

A Defesa Nacional

N.º 643

MAI/JUN 1972

Neste número :

- Doutrina Militar
- A Ação Comunista no Brasil
- Sudene — Estratégia e Desenvolvimento
- O Mecanismo das Operações Psicológicas
- Hipólito da Costa — O Fundador do Jornalismo Brasileiro
- Comunicação e Segurança Nacional
- A Sobrevivência nas Contingências — Um Desafio a Considerar
- Psicologia Militar e Fatores do Desenvolvimento Humano

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO 59.º	Rio de Janeiro, GB — Maio/Junho de 1972	Número 643
-------------	---	---------------

SUMÁRIO

DOCTRINA MILITAR — Gen Obino Álvares	3
A AÇÃO COMUNISTA NO BRASIL — Ten Cel Cav QEMA Nilson Vieira Ferreira de Mello	25
SUDENE — ESTRATÉGIA E DESENVOLVIMENTO — Gen Evandro Mo- reira de Souza Lima	41
O MECANISMO DAS OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS — Maj Inf QEMA Filadelfo Reis Damasceno	51
HIPÓLITO DA COSTA — O FUNDADOR DO JORNALISMO BRASILEIRO — Maj Eng QEMA Cláudio Moreira Bento	59
PESQUISA OPERACIONAL — Ten Cel Cav QEMA Paulo Emílio Silva Garcia	69
COMUNICAÇÃO E SEGURANÇA NACIONAL — Ten Cel Edmirson Ma- ranhão Ferreira	75
A SOBREVIVÊNCIA NAS CAATINGAS: UM DESAFIO A CONSI- DERAR — Cap Inf Lecy José de Oliveira	79
SITUAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL NA AMÉRICA LATINA — Cel Art QEMA Arthur Moraes Falcão Filho	89
O SERVIÇO DE VETERINÁRIA DA FORÇA AÉREA DOS ESTADOS UNIDOS — Trad. do Gen Stoessel G. Alves	96
PSICOLOGIA MILITAR — FATORES DO DESENVOLVIMENTO HUMANO — Maj R. W. Sylvester	103

INFORMAÇÕES

NOVAS DIMENSÕES DA ECONOMIA BRASILEIRA: INTEGRAÇÃO NA- CIONAL, INTEGRAÇÃO SOCIAL E ESTRATÉGIA EXTERNA — Min João Paulo R. Velloso	113
SUBSÍDIOS PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE DESPORTOS — Maj J. A. Pires Gonçalves	127
CORRIDA DA INTEGRAÇÃO NACIONAL — FOGO SIMBÓLICO DA PÁTRIA — Comissão Executiva do Sesquicentenário	148
PROVAS DO EXAME DE ESCOLARIDADE DO CAS/72	148

DE REVISTAS E JORNAIS

LIÇÕES DA GUERRA DE SEIS DIAS — Jac Weller	171
CONFLITOS ARMADOS NO INÍCIO DE 1972	179

DOUTRINA MILITAR

Gen OBINO ALVARES

*A disciplina militar prestante
Não se aprende, Senhor, na fantasia
Sonhando, imaginando ou estudando,
Senão vendo, tratando e pelejando.*

LUSÍADAS, Canto 109

1. INTRODUÇÃO

A contestação é uma das características da sociedade de nosso tempo. Duvidamos de tudo, mantemos controvérsias demoradas sobre a validade sempre temporária do conhecimento e subvertemos conceitos e valores tradicionais. Contestamos a estrutura econômica, o arcabouço político, os costumes públicos e a própria moral social.

O exemplo mais notável é o da contestação religiosa, nascida e alimentada no próprio seio da Igreja. Há um debate público tão acirrado em questões de fé, que os alicerces do Cristianismo parecem abalados, após dois mil anos de existência. Seus princípios são atacados pelo espírito revolucionário de nossa era, com a mesma fúria insensata e cega com que Sansão sacudiu os muros do templo.

Se essas controvérsias ocorrem no campo da doutrina religiosa, tida como conhecimento perfeito por ter sido revelado por Deus, não é de admirar que haja debates acesos em torno dos temas mais importantes da sociedade contemporânea.

Um desses temas é a guerra. A discussão gira sobre os métodos adequados para compreendê-la, objetivando proscrevê-la das relações entre os Estados, ou pelo menos, conservá-la sob controle, limitando ao máximo sua extensão e conseqüências. Ela gira portanto sobre os processos de emprego da força e, portanto, sobre a doutrina militar.

Faz cerca de um quarto de século, discutimos a respeito da estrutura adequada para uma doutrina militar brasileira. Nesse meio tempo temos debatido demais e produzido muito pouco. Há vários motivos para explicar nossas indecisões: a falta de uma experiência militar completa no que se refere à guerra; a peculiaridade dos nossos problemas de segurança; a incerteza quanto aos rumos de uma tecnologia

que se desenvolve em progressão geométrica; a expectativa de drásticas mudanças no modo de compreender a guerra e nos processos de conduzi-la.

Tais indecisões são fonte potencial de riscos e de prejuízos incalculáveis. A inexistência de uma clara visão da guerra e a correspondente falta de uma doutrina militar firmemente estabelecida, não nos permitirão organizar e adestrar com eficácia as Forças Armadas que haveremos de necessitar nos incertos dias do futuro.

O presente trabalho se inscreve no grupo de tentativas já feitas para estabelecer os fundamentos de nossa doutrina e se propõe:

- a pesquisar a respeito do campo abarcado pela doutrina;
- a analisar o grau de permanência de seus preceitos;
- a definir os fatores de mudança;
- a definir as bases da doutrina militar brasileira.

2. DEFINIÇÃO DA DOCTRINA

Os conceitos constantes dos dicionários são os mais simples ou, pelo menos, os mais sintéticos. Começemos por eles.

Cândido de Figueiredo assim define o verbete doutrina:

"Doutrina, conjunto de princípios em que se baseia um sistema religioso, político ou filosófico. Opinião em assuntos científicos. Disciplina. Instrução. Modo de pensar, de proceder."

Com ligeiras alterações, os demais autores brasileiros atribuem significação quase idêntica ao mesmo vocábulo.

Também nos idiomas estrangeiros, palavras de mesma raiz têm significado correspondente. "The Pocket Dictionary", por exemplo trata do assunto em dois conjuntos de sinônimos:

"Doctrine: that which is taught; the dogma of a church or party. Syn: Tenet, article of belief."

"Tenet: a doctrine or opinion maintained as true.
Syn: position, view, conviction."

Como se vê, a palavra "doutrina" ora significa conjunto de princípios ou disciplina ou instrução; ora opinião ou ponto de vista; ora modo de pensar ou proceder. Pondo de lado os significados que se restringem a definir pontos de vista individuais e restando os que representam um pensar ou agir coletivos, restam-nos os conceitos que se referem a conjuntos de princípios, disciplina, modo geral de pensar ou de proceder.

Tomando "disciplina" como grupo de conhecimentos que é objeto das atividades pedagógicas e "princípio" como regra, teoria ou idéia básica, podemos alcançar uma primeira definição admitindo que

Doutrina é a disciplina de conteúdo específico, constituída de princípios, idéias e regras que regem o funcionamento de um dado sistema de pensar ou de agir.

Poder-se-á elaborar, em consequência, tantas doutrinas quantos forem os sistemas de pensar ou de agir suscetíveis de codificação. Haverá, pois, doutrinas científicas, doutrinas sociais, doutrinas psicológicas, doutrinas militares etc.

* * *

A doutrina militar diz respeito ao sistema constituído pelas Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica e pela estrutura político-administrativa que lhes serve de apoio.

Para obter uma compreensão completa da natureza dessa doutrina, teremos de analisar as missões atribuídas às Forças Armadas e os processos de equacioná-las e cumpri-las, seja no âmbito de cada Força isoladamente, seja no conjunto de duas ou mesmo três Forças atuando num quadro operacional comum.

A principal atribuição da Força é produzir segurança para a sociedade nacional e garantir o predomínio da vontade política do Estado. Ela cumpre sua missão, normalmente, por intermédio da violência coletiva e organizada, que caracteriza a guerra.

A doutrina que rege o emprego das Forças Armadas está, portanto, relacionada com a guerra. Ela deve abarcar o conjunto de conceitos, princípios e processos que permitam realizar as operações militares em proveito dos objetivos estabelecidos pela política. Entretanto, mesmo sem o emprego da violência, intrínseca da Força, e apenas com a sua ação de presença, é possível obter a submissão da vontade do adversário. Por esse motivo, a doutrina militar deve abarcar também, pelo menos em parte, o conjunto de conceitos e procedimentos que dissuadam um inimigo potencial de realizar a agressão.

O policiamento internacional é uma modalidade particular de intervenção das Forças Armadas. Com efeito, a grande maioria dos Estados está formalmente comprometida a fornecer contingentes militares para ocupar áreas críticas e evitar conflitos entre as nações. A técnica operacional para realizar esse policiamento é semelhante às demais técnicas castrenses e portanto do domínio da doutrina.

Entretanto, nem todas as ações realizadas no campo da guerra pertencem à doutrina militar. Do mesmo modo, nem todas as ações realizadas pelas Forças Armadas devem ser incluídas no rol das ações de guerra.

No primeiro caso se situam as ações de natureza político-diplomática ou, econômica ou psicológica, não praticadas pelas FA que, por seu conteúdo de violência, são muitas vezes empregadas e consideradas como ações de guerra. Estão no segundo caso, as ações de apoio aos grupos comunitários amigos e à própria sociedade como um todo, cooperando nas missões de socorro nas calamidades públicas ou nos trabalhos de apoio ligados ao desenvolvimento. Essas últimas ações, estão fora do domínio da doutrina por se realizarem mediante processos não específicos das Forças Armadas.

Por intermédio dessa limitação tão precisa quanto possível, do que se inclui e do que não se inclui no campo da doutrina militar, entre as ações que as Forças Armadas são capazes de praticar, podemos ensaiar uma primeira definição dizendo que

Doutrina Militar é a disciplina que codifica as leis, os princípios, os processos e as práticas ligadas aos vários modos de fazer a guerra ou ao modo de evitá-la, empregando a capacidade de combate das Forças Armadas ou o seu poder de dissuasão.

3. CAMPO DA DOCTRINA

A delimitação e o estudo do amplo campo da doutrina serão abordados por meio do exame das atividades cumpridas pelo binômio homens-armas, porque, em última análise, é dessa combinação ou conjugado que decorrem a violência e a destruição, características marcantes da guerra.

Da antiga horda de bárbaros ao grande exército moderno a utilização das armas tem causado danos cada vez mais extensos, em ritmo cada vez mais acelerado, sobre distâncias que aumentam continuamente. Além disso o armamento tem sido protegido com crescente eficácia. Potência, Velocidade, Alcance e Couraça são pois os elementos que definem a escala desses danos crescentes e, por esse motivo, tomados como os dados ou termos materiais da equação militar. Maior potência, maior velocidade e alcance e couraça mais poderosa, exercendo influência marcante nos processos de emprego, exercem, por consequência, efeito decisivo no desenvolvimento da doutrina militar.

É evidente que as armas e máquinas militares, por si só, não têm capacidade de ação. Elas necessitam do engenho humano, da presença da vontade e da inteligência do homem, para causarem todos os efeitos previstos: elas exigem a Organização Militar.

a. Preparo da Força

1) A *Organização militar* resulta da associação de armas e máquinas — sejam elas navios, aviões, carros de combate ou morteiros

— com grupos de homens encarregados de acioná-las, apoiá-las ou protegê-las.

Cada associação elementar se comporta como uma célula, com sua função específica. A reunião de muitas células de mesmo tipo ou de tipos diversos dá lugar a conjuntos cada vez maiores, conjuntos que denominamos de unidades, armas, divisões, forças etc.

Tomemos o exemplo das forças terrestres. Sua organização é fruto da reunião de numerosas células de vários tipos, para a constituição das diversas unidades das armas e dos serviços. Por sua vez, a reunião dessas unidades, em proporção variável, dá nascimento às grandes unidades operacionais, desde a brigada — conjunto de cerca de 5.000 homens — até o grupo de exércitos que pode atingir algumas centenas de milhares de indivíduos.

As formações terrestres, navais e aéreas são constituídas segundo princípios e normas que levam em conta: as características funcionais de cada arma, máquina ou instrumento; as missões que esses materiais podem cumprir no combate; as funções pessoais a preencher, para obter do material o melhor desempenho; as condições de meio de atuação e de ambiente físico onde sobressaem a natureza do modelado e a variabilidade dos climas. O conjunto desses princípios e normas de organização, denominado de método de organização militar, constitui um dos capítulos da doutrina.

2) O *treinamento* é a segunda etapa do preparo da força. Reunidas as equipes e distribuídos às tropas, o armamento e os restantes materiais, faz-se necessário realizar a formação especializada dos indivíduos, seu ajustamento ao material e o adestramento dos pequenos e grandes conjuntos.

A formação dos oficiais e dos graduados; a instrução individual do combatente; os exercícios de combinação das armas e o treinamento da ação combinada de mais de uma força, se realizem segundo um conjunto de princípios, métodos, processos e normas de adestramento que incorporam um dos mais importantes capítulos da doutrina militar: o método de instrução e de ensino.

3) O preparo da força depende de duas outras atividades: o *serviço militar* e a *mobilização*. O primeiro, regula as condições de execução do serviço pessoal periódico às Forças Armadas. A mobilização visa tornar disponíveis e utilizáveis os recursos materiais e humanos necessários à ampliação da força em caso de emergência. Princípios, processos e regras de recrutamento do pessoal e de reunião de meios, constituem dois outros capítulos importantes da doutrina militar.

b. Emprego da Força

A organização militar, existente em forma embrionária ou reduzida, desde o tempo de paz, se desdobra no território segundo crité-

rios histórico-estratégicos que, em tese, colocam as tropas nas prováveis áreas de operações ou as situam em suas vizinhanças.

Quando se caracterizam as ameaças sob a forma de guerra, ou se espera seu desencadeamento iminente, a Nação concentra esforços na forja do instrumento necessário às operações militares. Nessa oportunidade se ampliam acelerada e continuamente as Forças Armadas existentes e se executam as seguintes ações:

- o transporte das tropas para os TO;
- a concentração de formações de envergadura, face aos objetivos previstos;
- o lançamento dos grandes conjuntos operacionais sobre direções estratégicas cuidadosamente escolhidas;
- as batalhas táticas e os combates locais;
- intensas atividades administrativas onde sobressai a logística dos teatros de operações.

O conjunto de princípios estratégicos, de métodos e processos táticos e logísticos e de numerosas normas e práticas de execução rotineira, constituem a parte principal da doutrina — com foros de doutrina semi-independente — a doutrina de emprego de cada força.

c. Planejamento Operacional

Durante o preparo da força e posteriormente, no decorrer da execução das operações militares, há uma intensa atividade de previsão e programação de atos que objetivam a execução continuada das operações, até a conquista do objetivo final. Essas atividades, que englobam os exames de situação, as sucessivas tomadas de decisão e o conjunto de ordens que desencadeiam a ação, se realizam de acordo com uma metodologia específica que constitui um capítulo importante da doutrina: o planejamento das ações.

d. Planejamento do Preparo

Finalmente, ressaltamos que a administração das Forças Armadas, no tempo de paz como em tempo de guerra, é ato de natureza política que se realiza no nível dos ministérios militares.

Os ministérios militares se organizam com uma superestrutura administrativa constituída de numerosos órgãos de direção geral e setorial, incumbidos da gerência administrativa de cada Força. Tais órgãos cumprem missões e atividades que, em síntese, visam o preparo da força. Por isso mesmo, o conjunto de princípios de gerência e os métodos e processos de planejamento e ação administrativa se inspiram nas necessidades de emprego e com elas se vinculam, constituindo um capítulo especial da doutrina militar.

A doutrina está presente em todas as atividades específicas das Forças Armadas. Segundo o Gen Eugene Salet, do Exército dos EUA, "a doutrina é o verdadeiro centro ou coração daquilo que fazemos e que iremos fazer".

Ela orienta a direção geral e a direção setorial de cada força; ela rege o preparo, com a seleção das armas, a organização dos conjuntos operacionais e o treinamento individual e coletivo; ela inspira o serviço militar e a mobilização. A doutrina está presente em todas as fases do planejamento militar. É também a grande inspiradora da estratégia, da tática e da logística.

A doutrina é, portanto, o conjunto central de princípios orientadores em torno dos quais giram as Forças Armadas.

Contudo, essa presença constante, tão enfatizada, não significa que ela integre ou substitua as atividades de execução. Ela não abarca a organização, nem o preparo, nem o planejamento, nem o emprego; apenas ensina ou orienta a sua execução.

Ainda segundo o Gen Salet "a doutrina específica em conjunto o Que, o Porquê, o Como e mesmo algumas vezes o Onde e o Quando, e fornece alguma visão de conjunto da direção desse vasto esforço".

4. CODIFICAÇÃO DA DOCTRINA

Tal como a conhecemos hoje, a doutrina militar é produto de muitos séculos de pesquisa paciente e de experimentação.

Sun Tsu, Vegetius, Maquiavel, Frederico, Guibert, Clausewitz, Jomini, Mahan, Foch, Liddel Hart, Douhet e Mao Tsé Tung, entre muitos outros, são os fundadores ou inspiradores da doutrina militar contemporânea. Historiadores ou estrategistas notáveis, filósofos ou táticos brilhantes, eles realizaram a análise crítica das campanhas militares antigas e modernas e nos transmitiram o saber e a experiência dos grandes capitães.

Graças a eles, encontramos em pequenos livros de bolso — os nossos manuais de campanha — os conhecimentos necessários para engajar combates ou travar batalhas de envergadura. Dentro desses manuais e de alguns outros documentos complementares, encontramos condensados: as leis gerais que regem o fenômeno chamado guerra; os princípios da arte de conduzi-las; a metodologia orientadora do planejamento; os grandes conceitos ou idéias ligadas às operações; os numerosíssimos processos de combinação de atividades de homens e armas e as normas padronizadas, correntes nas grandes organizações.

Um estudo comparativo dos manuais de campanha procedentes de várias origens permite-nos extrair algumas conclusões importantes.

Em primeiro lugar, verifica-se que a doutrina militar evoluiu até hoje sem descontinuidade, ainda que seu campo se tenha ampliado consideravelmente e seus ensinamentos se tenham cada vez mais aprofundado.

A seguir, se constata a semelhança dos conceitos doutrinários vigentes nas Forças Armadas dos diversos países, dentro de cada era histórica.

Por último se verifica que a doutrina militar, como orientadora da ação, tende a globalizar preceitos comuns às três Forças Armadas que, na guerra moderna, atuam em grandes conjuntos operacionais.

Essas observações ressaltam que:

- a evolução doutrinária é contínua, com o permanente desenvolvimento de novos conceitos e processos operacionais;
- não há uma doutrina militar nacional, pois que o emprego da força — permanecendo o mesmo tipo de armas — se faz segundo os mesmos preceitos operacionais de cada época, respeitados apenas o caráter de cada povo e suas motivações ideológicas;
- há necessidade de um conjunto de preceitos comuns ao emprego conjugado das três forças, como suporte sobre o qual se erguem as respectivas doutrinas — aérea, naval e terrestre — cada uma delas com os processos peculiares ao seu material e à natureza do meio físico onde operam;
- o corpo da doutrina de cada força é constituído dessa bases comuns e de um conjunto de documentos onde sobressaem os manuais administrativos e operacionais.

5. EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA

Os planejadores militares estão submetidos a dois tipos contraditórios de influências. De um lado, as forças de mudança, que lutam pela renovação do organismo militar; de outro lado, as forças que representam a tradição e a experiência da "guerra passada", que se batem pelo "status quo".

Na realidade, eles sabem que jamais houve duas guerras idênticas, como também sabem que a natureza não dá saltos e que os processos de emprego da força evoluem continuamente.

Os exemplos históricos, muitas vezes citados, podem ilustrar a natureza e a repercussão dos entrechoques da experiência com a evo-

lução. Entrevistando um dos mais destacados generais alemães da II GM, Liddell Hart ouviu-o afirmar que o sucesso da "blitzkrieg" foi devido a um novo conceito de emprego de carros de combate, reunidos em grandes massas, permanentemente apoiados por aviões de ataque.

Carros e aviões eram conhecidos e empregados pelos futuros beligerantes, desde 1918, muito antes da comprovação da nova teoria. Fuller e Liddell Hart, na Inglaterra; De Gaulle, na França; Guderian, na Alemanha; Tukhachevski, na Rússia, todos eles visualizaram o emprego dos carros de combate no âmbito de grandes unidades blindadas como, afinal, viriam a ser empregados pelos alemães, a partir de 1939.

Nenhum deles, salvo Guderian, conseguiu vencer a resistência das forças da tradição, que haviam empregado o carro no apoio à infantaria. Note-se que na Alemanha foi a influência de Hitler que impôs o novo conceito, o qual estabeleceria a diferença entre a vitória e a derrota.

Tendo sempre em vista as repercussões de um conflito dessa natureza, realizaremos uma análise muito sucinta da evolução da doutrina militar para definir os momentos e as causas da mudança.

Já havíamos concluído, no final do § 2º, por uma primeira definição de doutrina militar. Visando melhor orientar nossa análise, recapitulemos e amplieemos o conceito de doutrina militar, à luz dos estudos precedentes:

Doutrina Militar é o conjunto codificado das leis que regem a guerra e dos princípios da estratégia; dos métodos de tomada de decisão e de planejamento, da ação administrativa como da ação operacional das idéias e conceitos de guerra no mais alto nível; dos processos de treinamento da tropa e de emprego das formações de combate; das normas e práticas padronizadas do procedimento militar.

a. Análise da Evolução

Implícita ou claramente, codificada ou não, sempre houve uma doutrina regendo as operações militares. Ensaieemos pois um método de pesquisá-la, para apurar quando se processam as mudanças doutrinárias, como elas repercutem e que causas estiveram na sua

origem. Para isso, examinemos cuidadosamente o quadro abaixo, organizado com os elementos propostos na definição anterior.

LEIS DA GUERRA	PRINCÍPIOS DE ESTRATÉGIA	METODOLOGIA	CONCEITOS E IDEIAS GERAIS	PROCESSOS	NORMAS
Força	Objetivo	Tomada de Decisões	Compreensão da Guerra;	Táticos: Ataque e defesa;	Estacionamento
Movimento	Ofensiva	Planejamento:	Concepção do Emprego das FA	Técnicos: Mnt dos materiais;	Segurança dos QG
Proteção	Economia de Forças	do Preparo;	Conceitos Operacionais	Administ.: Apoio de Classe III	Redação das O Op
Desgaste	Surpresa	do Emprego;			etc.
	Segurança	administrativo			

Em seis colunas se encontram aqueles elementos de definição, cada um deles exemplificado com verbetes-conceitos ou com atividades operacionais características. Em alguns casos, faremos reagir sobre eles, sejam os termos materiais da equação militar, do tipo da potência, velocidade, alcance ou couraça, sejam os organismos padrões, do tipo batalhão ou divisão.

(1) Normas de Procedimento

As NGA, registrando procedimentos pradronizados, são principalmente o reflexo da experiência do comando. Numa mudança, mesmo drástica na área das normas-padrão não acarreta, necessariamente, uma doutrina. Um procedimento mais ou menos cauteloso no acantonamento da tropa ou uma nova medida para incrementar a segurança do BI, não alteram as características de emprego dessa unidade. Na grande maioria dos casos pode-se afirmar que tais atos se incluem no desenvolvimento de uma doutrina que, basicamente, permaneceu a mesma.

(2) Processos de Ação

Do mesmo modo, a mudança de certos processos de ação, poderá não repercutir ou causar alteração na doutrina. Quando o lançamento de pára-quedistas é feito de bordo do C-119, o salto se realiza da ponta lateral enquanto que, se lançado do C-115, o homem salta normalmente pela parte traseira do avião. Apesar das modificações de conduta do pessoal a bordo, ou apesar das alterações introduzidas nos processos e nos meios de treinamento em terra, o salto do C-115 não alterou o emprego do BIAet.

Por outro lado, a substituição do material em uso — arma, viatura ou outro material qualquer — pode ensejar mudanças drásticas de processos, com sensíveis repercussões na doutrina. A arma automática na I GM é um exemplo edificante, porque impôs a predominância da defesa sobre o ataque e conduziu os beligerantes à estabilização. Assim também o emprego do carro de combate que, entre 1939 e 1945, inverteu o processo e restituiu aos exércitos a capacidade de manobra perdida no conflito anterior. Parece localizar-se na área dos processos de emprego, modificados em face de novos materiais postos em uso, que se situam as alterações doutrinárias mais significativas.

(3) *Conceitos e Idéias Gerais*

Destacamos no início deste parágrafo que um conceito operacional renovado, como foi o de emprego dos carros de combate em grandes unidades, produziu mudanças drásticas na doutrina. Com esse artifício, melhor se aproveitam as características de potência, velocidade e alcance, de que os blindados são capazes.

Três outros conceitos permitem visualizar a influência que uma concepção renovada de emprego, de materiais já conhecidos, poderá vir a exercer sobre a doutrina militar contemporânea: os conceitos de aeromóvel, de guerrilha e de dispersão.

A ampliação da manobra terrestre de superfície, por intermédio do envolvimento vertical realizado por formações aeromóveis, transportadas por helicópteros, há de produzir, futuramente, profundas alterações na conduta da batalha terrestre, conforme nos autoriza a prever a experiência da luta contra a guerrilha.

A guerrilha, um conceito operacional primitivo, tem provocado sensíveis alterações na doutrina militar, após os eventos dos anos 50 e 60. Alterações na organização, no armamento e nos processos de emprego, tão drásticas que muitos teóricos de renome acreditam haver-se criado, com a guerra revolucionária, uma nova forma de estratégia.

O campo de combate nuclear imporá a dispersão sistemática, como regra de sobrevivência. Esse ambiente, à diferença dos grandes conflitos do passado, não tolerará grandes massas reunidas. Estimase que numa área operacional de 150 x 150 km, cada um dos partidos em luta, não terá reunidas, em momentos decisivos, mais que seis brigadas de vários tipos. A dispersão assim produzida obrigará à revisão completa dos principais processos em uso nos chamados conflitos convencionais.

Como a área dos processos, a área que corresponde às idéias gerais e aos grandes conceitos operacionais parece originar significativas mudanças de doutrina.

(4) *Metodologia*

Como tratado dos métodos, a metodologia militar, com muitos pontos de contato com outros sistemas congêneres, engloba os métodos de análise de situação, os métodos de tomada de decisões e os métodos de planejamento, nestes incluídos os planos administrativos, os planos de instrução e ensino, os planos operacionais e os planos logísticos.

Alterações de caráter metodológico, produzidas por opções entre planejamento paralelo e planejamento concorrente; ou planejamento integrado e planejamento por sistema, não parecem trazer alterações de monta nos processos de aplicação da força, ainda que uma racionalização metodológica possa acarretar mais precisão, integridade e ganho de tempo. Como tal, exercerão muito pouco ou nenhuma influência na evolução doutrinária, mais ligadas ao campo das normas do que ao dos processos.

(5) *Princípios Estratégicos*

Como regras ou idéias muito gerais de procedimento, os princípios de estratégia orientam a decisão do Chefe e inspiram a ação militar. Da mesma maneira que os princípios das demais artes, os que correspondem à arte estratégica gozam de uma longa permanência através dos séculos e são identificados ao longo dos vários estágios da doutrina militar.

Tanto na concepção da falange macedônica como na dos grandes grupamentos blindados alemães da II Guerra Mundial, estiveram presentes, algumas máximas ou preceitos tutelares: objetivo, massa, ofensiva, segurança, surpresa etc. Ainda que não tenham sido codificados ou explicitados claramente eles foram utilizados por Alexandre como o foram por Von Manstein. É mesmo admissível considerá-los como verdades ou constantes da história militar.

(6) *Leis da Guerra*

Conclusões semelhantes às dos princípios, se encontram na análise das leis da guerra. Não as "leis" resultantes de convenções internacionais e sim, as leis gerais que regem o fenômeno social constituído pela aplicação violenta e organizada da força, contra comunidades adversárias. Apesar de ser assunto sobre o qual há pouco debate, não há dúvidas a respeito de algumas constantes que estão presentes na guerra e sem os quais não seria possível a existência do fenômeno. É preciso que haja Movimento, que se realize a prova de Força para que se travem batalhas. Como leis ou verdades presentes em todos os conflitos, as leis de guerra são permanentes e não mudam nem sofrem alterações, decorrentes de mudanças da doutrina militar.

b. Origem das Mudanças

A análise muito sucinta dos "elementos de definição" da doutrina militar, como conceitos ou atividades operacionais, revela que:

- normas e métodos de planejamento podem sofrer alterações radicais sem que obriguem, necessariamente, a mudanças na conduta das operações, isto é, **sem produzir alterações substanciais** na doutrina; assim também pode ocorrer com certos processos técnicos;
- leis de guerra e princípios estratégicos, como idéias orientadoras muito gerais **gozam de relativa permanência**, mesmo que haja modificações apreciáveis da doutrina provenientes de outros fatores;
- um conceito operacional novo ou um renovado processo tático ou técnico podem **produzir alterações profundas na doutrina** militar vigente até então.

c. Fatores da Evolução

Se admitimos que as leis e os princípios ligados à guerra gozam de longa permanência e regem os mais variados tipos de conflito; se compreendemos a metodologia militar como parte de uma técnica universal aplicada às atividades castrenses sem que, por isso, exerça influência na doutrina, e se aceitarmos que as modificações introduzidas nas normas gerais exercem influência mínima nessa área, resta-nos procurar os fatores que condicionam as alterações doutrinárias em dois campos: (1) nos conceitos e idéias gerais; (2) nos processos de combate.

O Cel J.B. Magalhães ao analisar a guerra ao longo da História, em "Civilização, Guerra e Chefes militares", apresenta-nos uma série de FATOS NOVOS como marcos da evolução:

- a falange como conceito de organização militar;
- a relação existente entre a ciência, a técnica e a guerra explorada por Arquimedes;
- a utilização do cavalo como instrumento de guerra;
- o desenvolvimento das armas de jato a propulsão muscular;
- a descoberta da pólvora e sua aplicação nas armas de fogo;
- a influência gradativa da ação do fogo sobre a mobilidade das tropas e a de ambos na organização para o combate;
- o desenvolvimento da fortificação;
- a adoção do conceito de exército profissional;
- o advento do nacionalismo;
- a revolução industrial.

Inspirados nesse rotelro podem ser elaborados vários quadros de estudo que permitem vislumbrar: a evolução da guerra; as alterações da doutrina militar e o lento progresso do armamento em suas etapas iniciais, até a acelerada tecnologia da era do átomo.

Antes de mais nada ressaltamos que o retrospecto histórico que se inicia com dados imprecisos, tirados de textos gregos de antes de Cristo, já contavam com antecedentes valiosos. Emily Wauty, in "L'Art de la Guerre" assinala que Sun Tsu, no Século V AC, codificou uma experiência chinesa antiga, de 1500 anos. Comentando esse Código o autor ressalta:

"o essencial é que nos encontramos face a um conjunto coerente que denota admirável continuidade do pensamento militar".

De um modo geral podem ser esquematizados quatro grandes momentos doutrinários que revelam características militares próprias:

- o momento greco-romano, entre o século V AC e o século V da nossa era, com uma fase grega e outra romana;
- o momento feudal, entre os séculos V e XV da era cristã, também com duas fases: cavalaria medieval e cavalaria mongol;
- o momento moderno que abrange os séculos XVI, XVII e XVIII ainda com duas fases: séculos XVI e XVII e fase de Frederico e Napoleão;
- o momento contemporâneo que se inicia em 1815 e se termina em 1945 decomposto em três fases bem definidas:
 - de Waterloo a Sedan;
 - de Sedan ao término da I Guerra Mundial;
 - de 1918 a 1945.

A análise comparada dos momentos constantes desse esquema revela alguns traços definidores de cada um, ao lado de outros traços que participam de mais de um desses períodos. Ressaltamos suas características principais:

(1) O desenvolvimento das armas de lançamento, mesmo no início, com as armas de propulsão muscular, produziu alterações na evolução do combate, provocando um crescente afastamento dos combatentes, para distâncias cada vez maiores. De bordo de um submarino ou de um avião moderno, ou mesmo de uma bateria de mísseis, a equipe de tiro talvez nem faça idéia de quem sofrerá o efeito de destruição de seu projétil, nem como nem onde, enquanto que no combate antigo, o contendor via seu adversário, sentia-lhe o hálito e era capaz de prever suas reações pelo exame da fisionomia.

(2) O progresso do armamento obedeceu a um certo ritmo em que a velocidade de tiro, o alcance, a precisão e os efeitos destrutivos aumentaram continuamente. Entre a bombardas primitiva, que lançava pedras de 50 libras a 300 metros e um canhão moderno de grande calibre, há uma numerosa escala de materiais que se aperfeiçoaram em ritmo cada vez mais rápido.

(3) Em cada um dos momentos doutrinários mais importantes houve armas e equipamentos predominantes e principalmente a Arma básica, entendida aqui como um dos ramos das forças terrestres. As grandes massas da falange e da legião deram primazia ao combate a pé e a ação decisiva se realizava pelo choque. Era a infantaria primitiva sem essa denominação. No período seguinte, o choque ainda é decisivo mas a arma principal já é a arma montada, a cavalaria medieval. A substituição posterior, do combate montado pelo combate a pé, da moderna infantaria, resultou de um processo longo e bastante lento, ligado ao progresso do armamento e que culminou com o emprego das armas automáticas no princípio do Século XX. Ainda que o combate a pé perdure e que a infantaria continue a ser a arma principal, os combatentes modernos se deslocam e, às vezes, combatem de bordo de viaturas protegidas e armadas.

(4) Das grandes formações compactas, como a legião romana ou mesmo o exército do século XVII, que combatiam com dispositivos rígidos, em ordem paralela, passa-se a combater por meio de organizações cada vez mais flexíveis e adaptáveis ao terreno, em combate disperso, com o máximo aproveitamento do ambiente operacional. A rota é balizada pela brigada de Gustavo Adolfo, pela divisão do Marechal Broglie e pela organização divisória "sui generis" da DB norte-americana de hoje.

(5) Ao longo dos vários momentos podemos sentir os "sintomas" dessas mudanças.

- O período greco-romano durou um milênio e se caracterizou pelo choque de grandes massas de combatentes a pé, sempre utilizando o mesmo tipo de armamento, no âmbito de formações lineares rígidas que se engajavam no corpo a corpo decisivo.
- O período feudal também durou um milênio. Os conflitos eram verdadeiras guerras privadas, guerras entre os vários senhores feudais. Essas lutas que haviam perdido o senso de organização da época anterior, eram lutas de pequenos efetivos, armados com armas semelhantes às da legião, que se engajavam num corpo a corpo típico, pelo aumento do poder de choque originado pela carga de cavalaria.
- O período moderno voltou a dar predominância ao combate a pé e firmou a infantaria como arma principal. Durou três

séculos e se caracterizou pela ação de exércitos pouco numerosos que realizavam a combinação do fogo com o movimento. As formações adversas, inicialmente na ordem linear, se aproximavam uma da outra realizando fogos, até chegar à ação decisiva, ainda o combate corpo a corpo.

Na primeira fase — séculos XVI e XVII — os exércitos tenderam para a profissionalização, as hostes se enfrentavam em ordem paralela, com o fogo de mosquetes e canhões iniciando a batalha; o engajamento recíproco ocorria em formações emassadas com infantaria ao centro e cavalaria nas alas. Foi nessa fase que se organizou a brigada.

A fase seguinte marcada pela presença de dois gênios da arte militar — Frederico e Napoleão — durou cerca de 100 anos. Conjuntos operacionais autônomos marchavam separados e convergiam para o campo de batalha onde utilizavam a combinação de fogo e movimento visando a envolver e destruir o adversário. Concentrações de fogos cada vez mais poderosas se tornaram possíveis, com a organização da artilharia em arma independente. O fogo da infantaria tornou-se mais preciso e eficaz, e a maiores distâncias que na fase anterior. A divisão passou a enquadrar as brigadas e demonstrou capacitar-se para todas as ações do combate moderno.

- O período contemporâneo do qual as campanhas napoleônicas serviram de charneira, tem a duração aproximada de 130 anos. Ele se caracteriza por conflitos em que os efetivos crescem continuamente, chegando no final do período a vários milhões de homens que, agrupados em divisões, vieram a constituir corpos de exércitos, exércitos e grupos de exércitos. Transportes ferroviário, rodoviário, aéreo e marítimo, a serviço de uma técnica de comando que se tornou primorosa, com os modernos estados-maiores, possibilitaram a reunião e o engajamento de grandes massas de combatentes. As destruições atingiram a níveis até então inalcançados, mas o embate final ainda foi constituído pelo engajamento dos combatentes a pé. A primeira fase que durou 55 anos, teve como ponto culminante a guerra franco-prussiana. Ela foi a primeira experiência histórica de guerras dos grandes efetivos que já dispunham de meios de transportes e de comunicações mais rápidas e cujo planejamento e conduta se apolaram em estados-maiores de grandes eficiências.

A 2.^a fase, de 49 anos, culminou com a I Guerra Mundial. Após um início de grande mobilidade os exércitos adversários terminaram por se enfrentar numa ingrata guerra de trincheiras cercadas de arame farpado. A capacidade do fogo tornou-se soberana, por intermédio de poderosas barragens de fogos de armas automáticas e pelas grandes concentrações

de artilharia. Durante quatro anos muitas nações da Europa e algumas outras não européias deram a esse conflito uma escala de grandeza jamais atingida anteriormente. Na frente principal livrou-se uma série de batalhas de desgaste que levaram a Alemanha à exaustão apesar de sua desesperada guerra submarina.

A 3.^a fase durou 27 anos e teve a II Guerra Mundial como conflito mais importante. Graças à ação dos carros de combate reunidos em grandes organizações couraçadas, as divisões e os corpos blindados, fortemente apoiados pelo fogo aéreo, quebrou-se o impasse de 1914-1918 e os exércitos retomaram as operações móveis. Como no conflito mundial anterior, a II Guerra Mundial abrangeu as três dimensões e envolveu numerosas nações que combateram enquadradas em dois sistemas político-militares antagônicos.

(6) Em síntese podemos assinalar que:

- os vários momentos doutrinários tiveram duração cada vez menor: 1.^o período — 1.000 anos; 2.^o período — 1.000 anos; 3.^o período — 300 anos; 4.^o período — 150 anos;
- as fases dos dois últimos períodos, destacados por serem mais expressivos, também guardam essa relação decrescente: 3.^o período — 1.^a fase: 200 anos; 2.^a fase: 100 anos; 4.^o período — 1.^a fase: 55 anos; 2.^a fase: 48 anos; 3.^a fase: 27 anos;
- apesar de uma certa continuidade, os diferentes períodos e mesmo as várias fases dentro de cada período, guardam algumas diferenças no que se relaciona com as armas, com os conceitos operacionais, com o tipo de organização e com os processos de combate;
- as mudanças nos processos são causadas pelas alterações do armamento; um progresso notável no alcance ou na precisão, sempre redundando em modificações nos procedimentos de combate; o fuzil Chassepot, a metralhadora e o armamento de bordo do carro de combate, a seu tempo, criaram uma nova tática para a infantaria;
- os conceitos operacionais resultam de estudos e de experiências com novas técnicas de emprego e visam solucionar os periódicos impasses criados pelo dilema velocidade versus potência e que correspondem a novos ensaios com um mesmo material ou com o material aperfeiçoado;
- aplicação desses novos conceitos operacionais e, portanto, as diferentes organizações, refletindo aquelas experiências são influenciadas pela evolução do material disponível, principalmente das novas armas;

- os grandes efetivos se tornaram viáveis quando foi possível movimentar e suprir grandes massas, graças aos sistemas de transporte ferroviário e rodoviário; além disso eles se beneficiaram de uma superior capacidade de comandar, tornada possível pela criação de modernos sistemas de comunicações fundamentados no emprego da eletricidade; ainda aqui se denuncia a influência do progresso material;
- vê-se portanto que qualquer que seja o ângulo encarado: grandes idéias e conceitos operacionais ou novos processos de combate, a evolução em última instância, resulta sobretudo da melhoria dos materiais utilizados pelos combatentes, materiais sempre aperfeiçoados, num ritmo cada vez mais rápido;
- percebe-se também que há uma continuidade na evolução da doutrina que, muito mais que modificações, sofreu ao longo dos anos uma ampliação, um desenvolvimento maior, sintetizado com o progresso da ciência e da técnica.

(7) Nossa análise se esgota com o período que terminou com a II Guerra Mundial. Após 1945, contudo, durante mais de um quarto de século a tecnologia moderna se desenvolveu em ritmo jamais sonhado. As armas baseadas na desintegração nuclear se multiplicaram em variedade, poder, e possibilidades tais que, praticamente, não há defesa contra seu emprego. Essa aterradora ameaça deu nascimento a toda uma política dissuasória, a estratégia da era nuclear, uma espécie de veto aos grandes conflitos do tipo da II Guerra Mundial. Não obstante isso, as pequenas guerras do tipo convencional e a guerrilha, tão freqüentes após 1945, se desenrolam segundo uma doutrina militar em tudo semelhante à doutrina legada pelos beligerantes desse último grande conflito.

6. BASES DA DOUTRINA MILITAR

Apenas em casos excepcionais ter-se-á de abordar o problema da formulação de uma doutrina militar a partir do nada. Todas as nações que hoje dispõem de apreciáveis contingentes de forças do tipo convencional, dispõem "ipso facto" da correspondente doutrina de emprego.

O que realmente se recomenda é a periódica avaliação da doutrina existente, para verificar se ela se ajusta às novas armas e equipamentos tornados disponíveis.

De acordo com o nível de aprestamento das Forças Armadas de cada país, a doutrina em vigor se encontra mais ou menos difundida no conjunto de documentos e manuais que lhe dão corpo. Reformular a doutrina significa, pois, realizar uma série de atos capitulados em várias etapas distintas: o reexame das idéias e conceitos básicos; a reorganização e o reequipamento de vários tipos de uni-

dades militares se for o caso; a verificação experimental dos novos organismos nos campos de instrução e nas manobras e, finalmente, a reformulação de um ou mais manuais doutrinários.

Não constitui objetivo deste ensaio desenvolver idéias e preceitos sobre formulação ou reformulação da doutrina militar como um todo. Apenas uma das etapas — a definição das bases para a doutrina militar — será abordada sucintamente, pelo papel de alicerce ou de fundamento doutrinário que elas desempenham.

Nem todos os estudiosos de doutrina têm compreensão idêntica sobre as matérias que hão de integrar ou constituir as bases de uma doutrina militar brasileira.

Partindo do pressuposto de que, dado seu caráter de teoria, uma doutrina específica para as Forças Armadas se rege e se ritma segundo o progresso técnico-científico, não há como vinculá-la a hipóteses concretas de emprego, eminentemente conjunturais. Dentro de uma mesma conjuntura internacional poderá impor-se a necessidade de reavaliar a doutrina, ainda que perdurem as mesmas hipóteses de guerra, tais sejam as mudanças drásticas introduzidas no equipamento militar. De outro lado se o armamento e os demais petrechos de combate permanecem os mesmos, não há por que alterar-se o método de organizar, equipar, adestrar e empregar as forças de combate, ainda que a conjuntura política tenha mudado.

Se a doutrina como um todo pode vir a ser alterada periodicamente, com a frequência imposta pela evolução da técnica, suas bases são mais estáveis, menos sujeitas a modificações. Acreditamos que o cerne de sua estrutura, fundamentado em leis, princípios e conceitos muito gerais, resiste mesmo a grandes alterações nos próprios processos de combate.

Dentro dessas premissas, as Bases para a Doutrina Militar Brasileira poderão ser elaboradas segundo o sumário seguinte: (1) Conceitos e Premissas; (2) Compreensão Geral da Guerra; (3) Missão das Forças Armadas; (4) Ambiente Operacional; (5) Concepção Geral das Operações e (6) Sistema de Desenvolvimento da Doutrina.

a. Em Conceitos e Premissas buscar-se-á estabelecer os parâmetros entre os quais se há de elaborar uma doutrina, fixando-lhe as definições e os conceitos teóricos mais importantes.

b. A Compreensão Geral da Guerra visará interpretar o fenómeno da guerra, esboçar as leis gerais de seu desenvolvimento, classificá-la segundo os vários tipos de conflito possíveis e ditar os conceitos e princípios da arte estratégica.

c. A Missão Geral das Forças Armadas compendiará as tarefas atribuídas às diversas forças, segundo os mandamentos da lei e transcreverá as linhas gerais da política militar adotada pelo Estado.

d. O Ambiente Operacional descreverá: as condições médias do ambiente físico em que as tropas deverão atuar; as alterações a introduzir na organização, no equipamento e no adestramento, exigidas pelo ambiente fisiográfico extremado; o armamento e equipamento ao alcance das Forças Armadas e o condicionamento político-social da própria sociedade.

e. A Concepção Geral das Operações é o item sintetizador. Independente de hipóteses objetivas de emprego, mas levando em conta os tipos de conflito previsíveis, a missão das Forças Armadas e as condições do ambiente operacional, estabelece:

- (1) As características gerais dos vários tipos possíveis de conflitos;
- (2) O papel operacional da Força Naval em cada um deles;
- (3) O papel a desempenhar pela Força Terrestre em cada tipo de conflito, tanto na ofensiva como na defensiva;
- (4) O papel operacional da Força Aérea, tanto nas missões independentes como nas missões combinadas, com forças do Exército, com forças navais ou com ambas.

f. O Sistema de Desenvolvimento da Doutrina buscará articular os vários órgãos que têm por responsabilidade estabelecer a doutrina para cada Força Armada, fixar-lhes as bases gerais de trabalho e estabelecer a coordenação necessária, principalmente no âmbito das operações combinadas.

7. CONCLUSÕES

Ao longo deste ensaio procuramos analisar a doutrina militar em seus aspectos teóricos mais puros, como método adequado para quebrar o impasse em que nos encontramos.

Dessa análise ressaltamos os conceitos em que se baseia a disciplina denominada Doutrina Militar e delimitamos seu campo de influência, concluindo sobre o que constitui matéria específica da doutrina militar e aquilo que não a integra, apesar de praticável pelas Forças Armadas.

Estudamos com minúcia as condições que presidem a evolução da doutrina para concluir:

- que a tecnologia desempenha papel marcante no estabelecimento das organizações de combate e nos processos de emprego;
- que cada época histórica tem sua própria doutrina militar, fruto dos instrumentos de combate que a técnica torna disponíveis;

- que as condições ambientais, notadamente o ambiente físico e o nível de desenvolvimento de cada país, dão fisionomia própria a uma doutrina que é praticamente a mesma;
- que as várias conjunturas políticas, tanto interna quanto externamente desempenham importância mínima na doutrina, apesar de condicionarem, evidentemente, os planos de preparo e de emprego da força;
- que as bases de uma doutrina militar são constituídas de algumas idéias e conceitos mais importantes, sobre os quais se estrutura ou se fundamenta o corpo da doutrina;
- que o corpo da doutrina é integrado pelo conjunto de manuais e documentos que orientam: a organização da força; o método de adestramento; o sistema de recrutamento do pessoal e da mobilização de material; o emprego das formações de combate, no campo estratégico, tático e logístico; os métodos de tomada de decisão e de planejamento; os métodos administrativos para a execução da política no âmbito dos ministérios militares;
- que, finalmente, há de estruturar-se um sistema de desenvolvimento da Doutrina Militar e estabelecer suas normas racionais de funcionalidade e coordenação.

O culto à tradição, a lembrança das virtudes e feitos gloriosos de um povo forjam e estruturam a força viva de uma nação.

REPRESENTANTE!

A Revista precisa manter ligação mais constante e íntima com o senhor. Pretende fazê-lo, mas necessita da sua máxima cooperação. Assim, para iniciarmos nova fase de entendimento entre a Redação e o Representante, pedimos-lhe comunicar-se conosco, com a possível brevidade e preferentemente por carta, informando-nos detalhadamente da situação da Revista na sua Unidade. Esperamos, também, a sua colaboração não somente no tocante a sugestões para melhoria da nossa "A Defesa Nacional", como também no envio de matéria para publicação. Estamos às ordens, aguardando sua palavra.

A AÇÃO COMUNISTA NO BRASIL

Ten Cel Cav QEMA

NILSON VIEIRA FERREIRA DE MELLO

1. INTRODUÇÃO

Na edição de Set/Out 71 desta Revista, formulamos algumas considerações sobre "A Ação Comunista para o Domínio do Mundo." Neste número pretendemos apresentar alguns aspectos dessa ação internacional no nosso país, através de um rápido esboço histórico da vida do Partido Comunista do Brasil, focalizando em particular a Intentona de 1935, e dos antecedentes da Revolução Democrática de 1964.

Este trabalho baseou-se em dados compilados aqui e acolá, especialmente em uma conferência pronunciada pelo Exmo. Sr. Gen Muricy no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em 1966, e no livro "História das Revoluções Brasileiras" de Glaucio Carneiro.

2. OS PRIMEIROS ANOS DO PC

Durante algum tempo após sua formulação revolucionária, que podemos situar na divulgação do Manifesto Comunista em 1848, a ideologia marxista não encontrou, no nosso país, grande repercussão. Por ela apenas se interessaram alguns estudiosos, levados por mera curiosidade intelectual.

É no início deste século que vamos encontrar as primeiras tentativas de introdução, no cenário político nacional, de idéias revolucionárias inspiradas em doutrinas socialistas. Essas tentativas, contudo, não eram propriamente marxistas, mas antes anarquistas.

Como fato concreto dessas tendências, podemos citar a reunião, em 1906, de um Congresso Operário no Rio de Janeiro, no qual foram lançadas as bases de uma organização proletária de âmbito nacional. Como consequência desse Congresso, fundou-se, em 1908, a Confederação Operária Brasileira, de inspiração anarco-sindicalista, que não logrou maior repercussão, nem mesmo na classe que lhe emprestava o nome.

A vitória bolchevista na Rússia veio proporcionar o exemplo e a orientação que faltavam ao marxismo para tornar-se elemento eficaz de influência na História. Não fosse aquele fato histórico, muito provavelmente a ideologia de Marx não seria hoje mais do que uma curiosa concepção filosófica.

Com a ascensão de Lenine ao governo soviético e a conseqüente metodização revolucionária por ele efetuada, verificou-se, em todo o mundo, um incremento das idéias esquerdistas, agora tendentes a desembocar na torrente revigorada do marxismo-leninismo.

A influência da revolução bolchevista no Brasil fez-se sentir, desde logo, com a criação de um Partido Comunista, em 1918. Porém esse partido ainda apresentava mais tendências anarquistas do que marxistas. Criado antes mesmo da consolidação do regime soviético na Rússia, manifestou-se no seu seio, desde logo, a oposição de duas correntes: a dos anarquistas intransigentes, que abominavam todas as formas de poder estatal, e a dos que admitiam a ditadura do proletariado que se procurava implantar na Rússia. Estes últimos é que viriam, mais tarde, a constituir o núcleo formador do verdadeiro Partido Comunista do Brasil.

Em 1919, Lenine, sentindo a necessidade de dar orientação ao movimento revolucionário internacional, inclusive como meio de salvaguardar o nascente regime soviético russo, criou a Terceira Associação Comunista Internacional, vulgarmente conhecida como Comintern. Dentro dos propósitos do Comintern estava justamente o de incentivar a criação, nos demais países, de partidos comunistas obedientes às determinações de Moscou.

Os comunistas brasileiros começaram então a trabalhar no sentido de organizar um partido que apresentasse as condições necessárias para a filiação à 3.^a Internacional. Com esse objetivo, convocaram, em março de 1922, um Congresso Constituinte, com a participação de 9 delegados, representando os seus 73 membros inscritos. Organizado o Partido, cuidaram do seu registro como sociedade civil, visto como não havia, na época, lei especial regulando a organização e o funcionamento de partidos políticos. Poucos meses após, esse registro seria cancelado com a decretação do estado de sítio conseqüente à revolta do Forte de Copacabana, ainda em 1922. Nascia, assim, o PC praticamente sob o signo da ilegalidade, situação em que iria viver daí por diante, com exceção de um período entre 1945 e 1947, quando teve existência legal.

Em 1924, o PC do Brasil foi oficialmente admitido como membro da 3.^a Internacional, passando a contar com maior apoio dessa associação. Faltava-lhe, todavia, um líder de prestígio nacional, capaz de polarizar as simpatias de maiores parcelas da opinião pública brasileira. Esse líder foi encontrado na figura legendária do comandante da coluna revolucionária que, de 1924 a 1926, percorrera o in-

terior do país, criando uma aura mística de predestinado. Luís Carlos Prestes assume a liderança moral do movimento comunista em 1928 e, em 1931, embarca para a União Soviética a fim de cursar uma escola destinada à formação de dirigentes de partidos estrangeiros.

De volta ao Brasil, Prestes intensifica as atividades de infiltração e propaganda, já como Secretário-Geral do Partido. Lançando mão de técnica aprendida na União Soviética, procura alargar a sua influência no cenário político do país pela organização de "frentes", das quais a mais importante foi a Aliança Nacional Libertadora, criada em 1934. Aclamado Presidente de Honra da ANL, vai desenvolver a trama preparatória do movimento de 35 sob a cobertura dessa organização legal.

3. A INTENTONA DE 1935

Desde os anos 20, o país vinha vivendo uma prolongada fase de inquietações políticas, motivadas fundamentalmente pela ânsia de reformar os processos políticos utilizados na República Velha.

Na década de 30, novo fator de agitação veio se acrescentar aos já existentes. Referimo-nos à luta ideológica entre comunistas e fascistas que, na Europa, começava a tomar forte impulso.

No Brasil, os extremistas de direita congregaram-se em torno de Plínio Salgado, ex-membro do Partido Republicano Paulista. Com um "Manifesto à Nação", lançado em 1932, Plínio Salgado cria a Ação Integralista Brasileira, inspirado nos modelos nazista e fascista, inclusive quanto a certas exteriorizações, como o símbolo partidário (o sigma), a saudação (anauê) e o uso de uniformes. Mas, por outro lado, valia-se de certas idéias muito caras ao espírito brasileiro, como o sentimento católico, o espírito de brasilidade e o amor à família, consubstanciadas no lema "Deus, Pátria e Família", para compor o corpo doutrinário de seu movimento político. Com isto, conseguiu considerável número de correligionários, cerca de 800 mil, entre os quais personalidades de destaque na vida nacional, inclusive dignitários da Igreja Católica.

Por outro lado, os comunistas, revigorados com a impulsividade de alguns "tenentes" da década anterior, os quais foram levados para o comunismo pelas desilusões dos embates políticos, e acobertados pela Aliança Nacional Libertadora, lançavam-se com empenho na luta para sobrepujar o que Prestes qualificou de "maré montante do fascismo crioulo". Estimulados por essa emulação competitiva e querendo aproveitar o clima de intranquilidade em que vivia o país, os líderes comunistas brasileiros julgaram possível um golpe de força para a tomada do poder, o qual seria seguido de apelo popular, mo-

bilizado pela ANL. E disto persuadiram os dirigentes do Comintern, em fins de 1934, quando da realização, na União Soviética, das Conferências da Grande Ásia e da América Latina.

A partir desse ponto, a preparação revolucionária no Brasil passou a contar com o apoio da 3.^a Internacional que para cá deslocou seus revolucionários profissionais. Estão neste caso o ex-deputado comunista ao Parlamento Alemão Arthur Ewert, que entrou no nosso país com passaporte americano falso, expedido em nome de Harry Berger, e o Secretário-Geral do PC argentino Rodolpho Ghioldi.

Comentando a situação brasileira nessa época, dizia o delegado chinês no Comitê Executivo do Comintern, Van Mine:

- “Devo expor aos camaradas que a denominada Aliança Nacional Libertadora, da qual já participam oficiais e praças do Exército e da Marinha, foi criada sob a orientação secreta mas direta do PCB, segundo instruções recebidas diretamente da Legação Soviética em Montevideu, valendo ainda dizer que o nosso bravo camarada Prestes foi aclamado seu Presidente de Honra.”

Porém, todo esse esquema revolucionário, que contava com a ANL como peça importante, foi bruscamente afetado com a dissolução da Aliança, por decreto de Vargas de julho de 1935. Também as “frentes” congêneres “União Feminina do Brasil”, e “Aliança por Pão, Terra e Liberdade”, esta última lembrando, com seu título, a palavra de ordem de Lenine na revolução bolchevista, foram atingidas pelo decreto governamental.

Alarmados com esses fatos e receosos de que a polícia acabasse por inutilizar o que restava do esquema revolucionário, os líderes comunistas resolveram apressar o início da revolução. Prestes marcou, afinal, a data de 27 de novembro para a eclosão simultânea do movimento em vários pontos do território nacional, porém, isso só iria acontecer em três unidades da Federação, assim mesmo sem a planejada simultaneidade. Vejamos como os fatos se passaram.

NATAL

Um dos fatores do insucesso da revolução foi, sem dúvida, a antecipação de 4 dias do levante em NATAL. Parece que isto aconteceu em decorrência de um caso fortuito.

No dia 22 de novembro, uma 6.^a feira, um grupo de cabos comprometido com a rebelião envolveu-se num incidente que resultaria na sua prisão disciplinar. Certos de que sua punição ocorreria na semana seguinte, esses graduados viram-se na iminência de não participar da trama conspiratória prevista para dali a 5 dias. Baseados nesse pressuposto, os líderes locais do movimento resolveram iniciar o levante na noite do dia seguinte.

O fato é que, às 19h30min de 30 de novembro, um sábado, teve início a rebelião no quartel do 21.º BC. A essa hora, um grupo de graduados, liderando alguns soldados e civis, aprisionaram o oficial de dia ao Btl e um outro oficial que se encontrava no quartel. Em seguida, mandaram tocar reunir e sublevaram o restante das praças, sem lhes dar explicações detalhadas dos reais propósitos do movimento.

Dominada, pelos revoltosos, a situação no quartel, começaram a surgir focos de tumultos na cidade. Os oficiais do Btl, alertados por esses acontecimentos anormais, procuraram atingir sua Unidade, sendo aprisionados pelos rebeldes. O Cmt do Btl, TC PINTO SOARES, que estava havia apenas 19 dias no Cmdo, não conseguindo atingir sua Unidade, dirigiu-se para o quartel da Polícia Militar, onde, juntamente com o Cmt desta, Maj LUIZ JÚLIO, procurou organizar a resistência.

Durante esses acontecimentos o Governador do Estado, RAFAEL FERNANDES, estava presidindo uma solenidade de diplomação no teatro CARLOS GOMES, em companhia da maioria de seus auxiliares diretos. Tomando conhecimento do que ocorria, inclusive da prisão de seu Chefe de Polícia que saíra do teatro em busca de maiores informações, o Governador e seus auxiliares buscaram asilo no Consulado do Chile.

Os revoltosos estavam de posse de toda a cidade, à exceção do quartel da Polícia Militar que resistiu ao assédio por 19 horas, ao cabo das quais rendeu-se por falta de munição.

Um "Comitê Popular Revolucionário" foi organizado e constituiu-se no "governo" do Estado durante os 4 dias que durou a revolta. Esse "governo" estava assim constituído:

- Comissário da Defesa: Sgt músico Quintino de Barros;
- Comissário do Interior: funcionário da Casa de Detenção Lauro Lago (considerado por muitos como o "cabeça" do Comitê);
- Comissário do Abastecimento: sapateiro José Praxedes de Andrade;
- Comissário de Viação: jornalista João Baptista Galvão.

Durante o "governo" desse Comitê, as maiores tropelias foram cometidas, inclusive arrombamentos e saques de casas comerciais e bancárias. Somente da agência do Banco do Brasil foram roubados 2.974 contos de réis, quantia avultada para a época. Bandos armados divertiam-se em caçar, nas vias públicas, automóveis e caminhões para realizar farras comemorativas, algumas acompanhadas de violências de todos os matizes. Cenas de deboche e provocação infun-

diam o terror na pacata população da cidade, constrangida a assistir inerte à dramaticidade daqueles dias.

Tal estado de coisas só terminou quando os rebeldes tomaram conhecimento do fracasso do movimento em Recife. Sentindo-se isolados e sabendo que, no interior, já se organizava uma reação encabeçada por Dinarte Mariz e, mais que tudo, de que o 20º BC de Alagoas e a Polícia paraibana se preparavam para invadir o Rio Grande do Norte, abandonaram a cidade e embrenharam-se no interior, onde a maioria foi, mais tarde, capturada.

Os mortos na revolta não chegaram a 20, incluindo-se 4 vítimas das tropelias em Natal; mas o impacto sobre a população da cidade foi muito grande, devido aos momentos de horror que tivera de viver.

RECIFE

A revolução em Recife foi mais violenta e teve maior importância. Com ela estavam comprometidos vários civis de alguma proeminência no Estado, todos militantes da Aliança Nacional Libertadora.

Harry Berger, o enviado do Comintern, em relatório sobre a situação no Nordeste, assim se expressava pouco antes do movimento:

"A ANL está fazendo grandes progressos. Em Recife, as reuniões eram visitadas por 3.500 a 4.000 pessoas. O número de seus membros, em Recife, é avaliado em 2.000. Não existe um trabalho sério no interior do Estado e nas aldeias".

Considerando a importância de Pernambuco, Prestes designara para ali a sede do Secretariado do Partido para todo o Nordeste, entregando-o ao Ten Sylo Melreles, então desertor do Exército e que, mais tarde, abjuraria o comunismo.

O trabalho de preparação do movimento no meio militar foi entregue ao Cap Otacilio Lima, que já fizera o mesmo em Natal durante os 5 meses que lá estivera a serviço. Otacilio contava para ajudá-lo, particularmente no 29º BC, com os Tenentes Besouchet e Lamartine.

Os preparativos revolucionários estavam em curso quando chegou a Recife a notícia do levante em Natal. Imediatamente os chefes comunistas de Pernambuco reuniram-se e decidiram eclodir o movimento antes do término da noite de 23 para 24.

Na madrugada de 24, as ações tiveram início no próprio QG da 7.ª Região Militar, seguidas de ataques às delegacias policiais de Recife e Olinda. Mal a população da cidade era despertada pelo tiro-teio, chegava a notícia da sublevação no 29.º BC, aquartelado em Socorro, distante 15 km de Recife.

Por uma circunstância infeliz, nesse dia encontravam-se ausentes da cidade o Governador Lima Cavalcanti, o Cmt da 7.^a RM, Gen Manoel Rabelo, e o Cmt da Polícia Militar, então Cap Jurandyr B. Mamede. Os dois primeiros tinham viajado respectivamente para a Europa e para o Rio, aproveitando um convite para viajarem no dirigível Hindenburg que visitava o Brasil, e o último afastara-se a serviço da Corporação que comandava. No âmbito do Governo estadual, as primeiras providências ficaram a cargo do Secretário de Segurança, Cap Malvino Reis, que delas se desincumbiu com decisão.

No quartel do 29.^o BC, que desde a véspera encontrava-se de prontidão, os Tenentes Besouchet e Lamartine levantaram 260 praças e procuraram dominar a Vila Militar. Os Capitães legalistas Everardo de Barros e Frederico Mindelo procuraram interceptar as ações daqueles dois oficiais rebelados, tendo o Cap Mindelo conseguido se acercar do Ten Lamartine e agarrado o braço com que este oficial sustinha o revólver. Foi, porém, derrubado por um soldado e ato contínuo, agredido e dominado por outras praças, sendo conduzido preso para o xadrez do Btl. Enquanto isto, o Cap Everardo procurava arrecadar o armamento do Corpo da Guarda quando chegou o Cap Mindelo, escoltado por um sargento. O Cap Everardo gritou para o sargento que soltasse seu superior, provocando um momento de indecisão no graduado, de que se aproveitou o Cap Mindelo para dominá-lo. Após esses episódios, os dois oficiais legalistas, juntamente com pequeno número de praças leais, concentraram-se no pavilhão do Comando, onde resistiram das 9 horas de domingo até 11 horas de 2.^a feira, quando foram libertados por forças legais. Essa reação teve a virtude de acarretar a divisão de forças dos amotinados: enquanto um grupo dirigiu-se para Recife na manhã de 24, outro ficou enfrentando a resistência no quartel.

Nessa mesma manhã de 24, episódios sangrentos desenvolviam-se na reserva de armamento do CPOR, junto ao QG/7.^a RM. O Sgt Gregório Bezerra estava arrecadando armamento para armar os revoltosos quando foi surpreendido pelos Tenentes Agnaldo Oliveira e José Sampaio Xavier. Imediatamente o graduado atirou nos dois oficiais, ferindo o Ten Agnaldo e matando o Ten Xavier com toda uma carga de fuzil no ventre. O primeiro, embora ferido, depois perseguiu e prendeu seu agressor, restabelecendo-se o domínio legalista na área do QG. Convém lembrar, para acentuar a perfídia característica dos comunistas, que o Sgt Bezerra gozava das simpatias do Ten Xavier, a quem devia muitos favores. Entrementes, o Cmt interino da Região determinou o deslocamento urgente para Recife do 20.^o BC de Maceló e do 22.^o BC e de Bateria de Dorso de João Pessoa.

A fração rebelde que deixou Socorro na manhã de 24 foi interceptada na ponte dos Afogados por um contingente da Polícia Militar, no qual se juntaram elementos da Guarda Civil e 60 operários que, voluntariamente, se ofereceram para combater os comunistas.

Não podendo prosseguir para Recife, os revoltosos ocuparam o Largo da Paz, empenhando-se em cerrado tiroteio com os legalistas.

A situação manteve-se aproximadamente da forma acima esboçada durante o resto do dia 24, noite de 24 para 25 e manhã de 25, quando chegou a tropa da Paraíba. Foi, então, possível montar uma ação em força contra o reduto rebelde do Largo da Paz. Pouco depois, com a chegada do 20.º BC, que viera de trem até Prazeres, os revoltosos viram-se entre dois fogos, reduzindo de muito sua capacidade de resistência. Na noite de 25 para 26, os comunistas dispersaram-se em direção ao interior do Estado e na manhã desse último dia, as forças legais retomaram o quartel de Socorro, libertando os defensores do pavilhão do Comando do 29.º BC.

A rebelião em Pernambuco causou, segundo dados não oficiais, 720 mortos e centenas de feridos, sendo a mais sangrenta desse triste episódio da Ação Comunista no nosso país.

RIO DE JANEIRO

Desde algum tempo, esperava-se um levante comunista na Capital Federal. Os acontecimentos no Nordeste vieram confirmar e aumentar essa expectativa, determinando a prontidão de toda a tropa a 23 de novembro.

A 26, o Presidente Vargas, em mensagem que dirigiu ao Congresso pedindo o Estado de Sítio para todo o país, assim se expressava:

"A insurreição que acaba de irromper (no Nordeste), afirmo-o ao Poder Legislativo diante da segurança dos elementos colhidos nas investigações, tem outra finalidade, pois que tenta, por processos violentos, subverter, não somente a ordem política, senão também a ordem social, mudando a forma de governo estabelecida pela Constituição e a sua ideologia política, social e econômica. Tem, por isto mesmo, articulações em outros pontos do território nacional".

Com efeito, na madrugada de 27 de novembro, eclodia o movimento no então Distrito Federal, tendo como focos a Escola de Aviação Militar e o 3.º RI.

Nos Afonsos, a rebelião foi chefiada pelos Capitães Agliberto de Azevedo e Sócrates da Silva, acompanhados por mais alguns oficiais, entre os quais os Tenentes Benedito de Carvalho, Ivan Ramos Ribeiro e Dinarco Reis.

A propaganda da revolução, que se fazia sob a bandeira da ANL, impressionara particularmente os Cabos alunos do Curso de Sargentos Aviadores.

Na segunda parte da noite de 26 para 27, penetrou na Escola um automóvel conduzindo os oficiais revoltosos acima citados. O Cmt da Escola, então Ten Cel Ivo Borges, avistou-os e, em companhia de dois Oficiais legalistas, dirigiu-se para a Guarda e interpelou o seu Cmt, Sgt Belda, por que não tinha cumprido a ordem de impedir a entrada de qualquer viatura no quartel, fora do horário de expediente normal. A resposta do Sargento foi de que permitira a entrada porque o carro só conduzia oficiais da Escola. O Ten Cel Borges mandou então que o acompanhasse e partiu na direção do automóvel dos oficiais suspeitos, ocasião em que foram ouvidos os primeiros tiros e gritos de "Viva a Revolução". Ato contínuo, o Sgt Belda, que estava comprometido com a rebelião, gritou para os homens da guarda que atrasassem no Cmt da Escola e nos oficiais legalistas que o acompanhavam, os quais, todavia, lograram escapar, indo buscar auxílio num quartel do Exército na Vila Militar.

Nesse ínterim, os revoltosos procuraram dominar a situação, inclusive caçando, no interior da Escola, os oficiais que sabiam não participar de suas idéias. Assim foram mortos pelo Cap Agliberto e Ten Ivan, o Cap Armando de Souza e Mello e o Ten Danilo Paladini, segundo consta ainda dormindo, e aprisionados os Tenentes Benedito Lopes Bragança e Oswaldo Braga Ribeiro Mendes. Estes dois últimos oficiais foram conduzidos para o automóvel dos revoltosos e lá, conforme depoimento do Ten Mendes, o Cap Agliberto matou friamente o Ten Bragança com um tiro na cabeça.

A primeira reação contra os revoltosos partiu do 1.º Regimento de Aviação, cujo quartel era próximo da Escola, sob o comando do então Ten Cel Eduardo Gomes. A ação dessa Unidade impediu que os amotinados se apoderassem dos hangares dos aviões e dos depósitos de gasolina, conforme era do seu intento. Durante a luta, o Ten Cel Eduardo Gomes foi ferido em uma das mãos.

Pouco mais tarde, o Campo dos Afonsos era cercado por Unidades da Vila Militar, Deodoro e Realengo e os revoltosos dominados.

No 3.º RI, o movimento foi dirigido pelo Cap Agildo Barata. Agildo participara da Revolução de 30, destacando-se na articulação do movimento no Nordeste. Decepcionado com o rumo que os acontecimentos tomaram após a vitória da Revolução, rompeu com o governo, participando, inclusive, da Revolução Constitucionalista em 1932, sendo por isto exilado em Portugal. Pouco depois, abraçava a ideologia comunista e, em 1934, quando da anistia concedida pela Assembléia Constituinte, retornava ao Brasil para ingressar no PC. Agildo não desejava reingressar no Exército, somente o fazendo em determinação do PC, com a recomendação de que mantivesse em segredo sua filiação partidária, enquanto isso fosse útil ao Partido.

Designado para servir no 8.º BC em Santo Angelo, RS, desenvolveu nessa guarnição intensa atividade política, inclusive fundando o

núcleo gaúcho da ANL. Por causa de suas atividades políticas, foi punido com 20 dias de prisão, os quais deveriam ser cumpridos em outra guarnição. Diz Agildo em suas "Memórias" que foi ele próprio quem escolheu o 3.º RI para o cumprimento da pena disciplinar que lhe fora imposta, a fim de melhor articular o movimento sedicioso no Rio de Janeiro.

Uma vez no 3.º RI, ligou-se com o Ten Leivas Otero, chefe da cédula do PC e da ANL local, pondo-se a par do plano de subversão já elaborado, com o qual não concordou, traçando outro baseado na surpresa.

Segundo o planejamento de Agildo, em cada uma das subunidades do Regimento deveria haver um elemento em condições de assumir o comando da mesma, tão logo fosse dado o sinal para a deflagração do movimento. Esse intento só não foi conseguido nas 3.ª e 4.ª Companhias de Fuzileiros e na Companhia de Metralhadoras do 2.º Batalhão.

O Cmt do Regimento, Cel Afonso Ferreira, de algum tempo vinha observando o procedimento suspeito de certos oficiais, particularmente do Cap Alvaro Francisco de Souza, conhecido por suas idéias extremistas. Na tarde de 26, suspeitando da atividade anormal desse oficial, determinou a adoção de medidas extraordinárias de segurança. Todavia, essas medidas não foram adequadamente cumpridas, pois o próprio Cel Cmt surpreendeu-se ao encontrar, à meia noite de 26, o Cap Agildo perambulando pelo quartel, embora estivesse preso.

Na madrugada de 27, estava no pátio interno do Regimento a 1.ª Cia de Fzo, da qual era subalterna o Ten Leivas Otero. Foi dessa subunidade que partiu, quebrando o silêncio da noite, uma rajada de metralhadora, sinal convencionado para o levante. Imediatamente os revoltosos atacaram a Cia de Mtr do 2.º Btl, que respondeu com fogo, o mesmo fazendo a Cia de Mtr do 1.º Btl. Essas duas subunidades, respectivamente sob os comandos dos então Capitães Alvaro Braga e Alexínio Bittencourt, mantiveram os revoltosos encurralados durante horas. O Cmt do 3.º Btl, Maj Misael Mendonça, surpreendido pelo tiroteio, saiu do alojamento para o pátio para verificar o que sucedia, sendo morto por uma rajada. Na 1.ª Cia, o Ten legalista Armando Pereira, atacado pelo Ten revoltoso Tomás Meireles, reagiu a tiros, matando este último. Na luta que então se travava no interior do quartel, morreu também outro oficial legalista, o Ten Geraldo de Oliveira.

Enquanto isso se passava no pátio interno, o Cmt do Regimento, com alguns oficiais e praças, ficara encurralado no pavilhão central do quartel, de onde resistia ao assédio dos revoltosos e buscava ligar-se, pelo telefone, com os Comandos superiores do Exército.

A essa altura, os amotinados constituíram uma junta de comando, integrada pelos Capitães Agildo Barata, Alvaro de Souza e José Leite Brasil, sob a chefia do primeiro.

Os focos de resistência legalista das Clas de Mtrs dos 1.º e 2.º BtIs, após horas de fogo intenso, renderam-se, atendendo à intervenção dos Comandantes prisioneiros de seus respectivos Batalhões, os quais assim agiram para evitar derramamento inútil de sangue. Estava, assim, dominado todo o quartel, com exceção da cúpula central, onde o Cel Afonso Ferreira e alguns de seus comandados ainda resistiam.

Neste ponto dos acontecimentos, tropas da 1.ª RM, sob o comando pessoal do Gen Eurico Gaspar Dutra, já bloqueavam a única via de acesso ao 3.º RI, que era a Av. Pasteur, impedindo a saída dos revoltosos. Tentando evitar o sacrifício inútil de brasileiros, o Gen Dutra mandou um parlamentar — Sgt Laudemiro Ferreira — levar uma intimação aos rebeldes para depor as armas. Estes, porém, que ainda contavam com a ajuda da aviação, pois ignoravam que, nos Afonsos, a rebelião fora debelada, recusaram a intimação.

Em consequência, o Gen Dutra mandou intensificar o ataque e ordenou o bombardeio do quartel pelo 1.º GO 155. Queremos ressaltar aqui a bravura pessoal com que se houve o então Cmt da 1.ª RM que, de pé na Av. Pasteur, negava-se a atender aos apelos dos que o cercavam para abrigar-se da fuzilaria intensa que varria a avenida. Nessa ocasião, morreu ao seu lado seu Ajudante-de-Ordens, Cap João Ribeiro Pinheiro, atingido por uma rajada.

Com o bombardeio, o quartel foi duramente atingido, ruindo sua fachada externa e incendiando-se, obrigando o Cel Afonso Ferreira, ferido em um dos braços por um estilhaço, a se entregar aos revoltosos, indo fazer companhia aos 39 oficiais legalistas aprisionados no cassino. Segundo os relatórios dos acontecimentos, foi nessa ocasião que os Capitães Agildo e Alvaro de Souza pretenderam liquidá-los a granada, sendo impedidos pelo Cap Leite Brasil.

Tornando-se ineficaz a resistência, os revoltosos decidiram capitular. As 12h 15 min hastearam uma bandeira branca num dos cantos do quartel, já parcialmente transformado em fumegante ruína.

O levante deixara o saldo trágico de 19 mortos e 167 feridos durante suas doze horas de duração.

Não há a menor dúvida de que a Intentona Comunista não deveria circunscrever-se apenas aos três focos em que eclodiu. O que ocorreu é que, devido à precipitação no seu desencadeamento, pelas razões que já mencionamos, não houve tempo suficiente para prepará-la adequadamente em outros pontos do território nacional. Disso é prova cabal o já citado relatório de Harry Berger sobre a si-

tuação no Nordeste, datado de junho de 1935, que diz em um dos seus trechos:

"A luta na região de São Francisco: — Por ocasião da nossa chegada estavam em andamento todos os preparativos para a revolta numa região de seis municípios..."

e indicava como deveriam ser conduzidas as ações:

... "C. Iniciar nesta região um grande movimento de camponeses e desenvolver, deste movimento como apolo armado, corpos de voluntários..."

... Não se agiria em nome do Partido, nem no da Aliança. Não se criariam também "soviets", senão comitês e Ligas Camponesas. Criar-se-iam outros núcleos de combate em outras regiões de Pernambuco".

É curioso observar que a idéia de criação de Ligas Camponesas, utilizada por Francisco Julião para, anos mais tarde, tentar atingir o mesmo objetivo de subversão do Nordeste, já era uma técnica comunista da época.

4. ANTECEDENTES DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA DE 1964

Com o fracasso do Movimento de 35, vários líderes comunistas foram presos, inclusive Prestes, condenado a 18 anos de prisão.

Seguiu-se um período difícil para o Partido, particularmente com a instauração do Estado Novo, durante o qual foi movida intensa perseguição aos seus membros.

Esse estado de coisas só viria a se atenuar com a entrada do Brasil na 2.^a Guerra Mundial ao lado das Nações Aliadas, entre as quais formava a União Soviética, desde 1941. Terminado o conflito, o Governo brasileiro concedeu anistia geral a todos os condenados por crimes políticos, dela se beneficiando os comunistas. Estes, valendo-se do clima de otimismo em relação ao futuro da Democracia e da simpatia pela União Soviética por sua contribuição para a derrota do nazi-fascismo, sentimentos esses de que participava a maioria da opinião pública brasileira, reencetaram sua campanha pela legalização do PC.

Conseguido o registro do Partido na Justiça Eleitoral, cuidaram os comunistas de apresentar candidatos próprios aos diversos cargos eletivos nas eleições que se seguiram. Prestes foi eleito Deputado Federal por vários Estados e Senador da República pelo antigo DF.

Dentro em pouco, porém, verificava-se a impossibilidade de se manter, na convivência democrática, um partido que se dedicava jus-

tamente a destruir a Democracia. O Governo tomou, então, a iniciativa de mover um processo de cassação do registro do PCB, fundamentado no fato de seus Estatutos serem antidemocráticos por não admitirem a pluralidade partidária. É interessante ressaltar um detalhe do arrazoado produzido pelo Procurador-Geral da República que funcionou no feito — Dr. Alceu Barbedo — porque vai motivar, anos mais tarde, a mudança do nome do Partido. Dizia o Dr. Barbedo, entre outras considerações jurídicas bem fundamentadas, que “o Partido é comunista e é do Brasil, não é brasileiro”, já que seu nome era Partido Comunista do Brasil.

Anulado seu registro e cassados os mandatos dos eleitos por sua legenda, retornava o PC à clandestinidade e às suas técnicas de infiltração nos partidos e organizações legais.

A partir de 1956, nova crise viria afetar o Movimento Comunista Internacional. Originada com o famoso discurso de Kruschew no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, que iniciou o processo de “desestalinização” e a adoção da “coexistência pacífica”, iria culminar, a partir de 1961, com o conflito sino-soviético e a quebra do monolitismo do bloco socialista.

Os reflexos dessa crise vieram afetar o movimento comunista no nosso país. No V Congresso do Partido Comunista do Brasil, realizado em 1960, já se manifestaram profundas dissensões internas. Das recomendações desse Congresso constava a da reativação da luta pela legalização. Para isso, faziam-se necessárias modificações estatutárias de forma a satisfazer às exigências da Lei Eleitoral, inclusive a mudança do nome para Partido Comunista Brasileiro, para evitar observações como as formuladas pelo Dr. Barbedo. Com essas modificações não concordaram vários membros proeminentes do Partido, entre os quais João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e Lincoln Oest. Esse grupo dissidente desligou-se do PC e fundou, em fevereiro de 1962, um outro partido sob a denominação tradicional de Partido Comunista do Brasil (PC do B), de tendência radical e ligado à linha chinesa da luta armada.

Com a eleição de Jânio Quadros, em outubro de 1960, derrotando o candidato apoiado pelo PC, os comunistas adotaram, de início, uma atitude de expectativa. Logo, porém, as manifestações de simpatia do Presidente eleito pelo ditador cubano, a condecoração de “Che” Guevara e a chamada “política exterior independente” iriam transformar essa expectativa em vislumbre de recuperação da influência do PC junto ao Governo. Daí o apoio que deram ao retorno de Jânio ao poder, na fase em que essa atitude ainda não parecia irreversível. Tão logo ficou claro que não haveria mais possibilidade de Jânio voltar à Presidência, passaram imediatamente a apoiar a posse de João Goulart.

Vencida a fase aguda da crise da renúncia, passaram os comunistas a agir de forma a prolongá-la em seu proveito. Segue-se o episódio do plebiscito, no qual empenharam-se a fundo, resultando na anulação da solução de compromisso que fora o regime parlamentar.

Com a restauração dos poderes presidenciais, estava o campo aberto para a infiltração maciça dos comunistas no Governo. A escolha que Jango fez de seus auxiliares mais diretos facilitou aquela tarefa. Hermes Lima foi nomeado Chefe da Casa Civil, Evandro Lins Procurador-Geral da República e Raul Riff Assessor de Imprensa da Presidência. E não ficou só nisso. A Petrobrás foi entregue a Francisco Mangabeira, um dos signatários do Manifesto de lançamento da ANL em 1934, antigo militante criptocomunista e, na época, filiado ao suspeito PSB. A previdência social estava sob o controle de Roberto Morena, Dante Pelacani e outros conhecidos agitadores. A Supra foi entregue a João Caruso e depois a João Pinheiro Neto. Simultaneamente, formava-se forte dispositivo comuno-sindical como CGT, PUA e outros organismos espúrios. No setor legislativo, organizava-se mais uma "frente" de triste memória, A Frente Parlamentar Nacionalista. No setor estudantil, Ministros do Governo, como Paulo de Tarso e Darcy Ribeiro, apoiavam e financiavam largamente as atividades subversivas da UNE, UBES, UME e entidades congêneres.

Na área militar, o Gen Assis Brasil alardeava a existência de forte esquema militar, montado com a designação de elementos de confiança para todos os comandos importantes. Concomitantemente, buscava-se a desintegração das Forças Armadas pela subversão da hierarquia, insuflação das praças contra os oficiais e pela supervelocização das associações de graduados.

Prestes tinha razão quando, naqueles dias tenebrosos, afirmava que os comunistas já estavam no poder, restando-lhes apenas assumir o governo.

Acontecimentos de suma gravidade, como o comício da Central, a rebelião dos marinheiros e fuzileiros reunidos no Sindicato dos Metalúrgicos, a complacência do Governo em reprimir esse ato lesivo à disciplina das Forças Armadas e, finalmente, a assembléia do Automóvel Clube, vieram esgotar a paciência nacional. As "Marchas com Deus pela Liberdade", as manifestações de associações da mulher brasileira e o claro repúdio da Nação ao crime que se intentava praticar contra os seus caros valores, deram aos militares, que desde algum tempo preparavam-se para essa eventualidade, a senha para intervir. E o fizeram sob o mais evidente apoio popular, provando, mais uma vez, sua indissolúvel identidade com os anseios da Nação.

5. PALAVRAS FINAIS

A Ação Comunista no Brasil, como de resto em todo o mundo, tem se revelado tenaz e virulenta. Após cada derrota que lhe tem infligido a Nação brasileira, de novo ela se recupera, em busca de seus designios de implantação de um regime totalitário de minoria.

Mas, as técnicas utilizadas de terrorismo, assaltos e "expropriações" trazem a marca do desespero e afrontam a índole do nosso povo. Embora sejam coerentes com a doutrina de violência da Ação Comunista em todo o mundo — inclusive no Brasil, como pretendemos mostrar — ferem a consciência nacional e afrontam os mais mezinhos princípios de humanidade.

"O comunismo não é a fraternidade: é a invasão do ódio, entre as classes. Não é a reconciliação dos homens: é a sua exterminação mútua. Não arvorar a bandeira do Evangelho: bane a Deus das almas e das reivindicações populares. Não dá tréguas à ordem. Não conhece a liberdade cristã. Dissolveria a sociedade. Extinguiria a religião. Desumanaria a humanidade. Evertoria, subverteria, inverteria a obra do Criador."

RUY BARBOSA

«O Serviço Militar obrigatório, criado sob a inspiração dos nobres ideais de Rio Branco, permite ao Estado fornecer às Forças Armadas o contingente humano adequado para que elas possam bem cumprir sua missão legal. Principal instrumento para a formação cívica e educação do povo, poderá vir a constituir-se, mais adiante, na verdadeira base do sistema de defesa contra as ações político-ideológicas desagregadoras que se manifestam, quer vindas do exterior, quer surgidas no próprio seio do território nacional».

SUDENE — ESTRATÉGIA E DESENVOLVIMENTO

Gen EVANDRO MOREIRA DE SOUZA LIMA

Falar sobre o Nordeste é falar sobre uma Região de indiscutível importância sob todos os aspectos: econômico, social, histórico, político, estratégico etc.

Falar sobre a SUDENE é falar sobre a luta que vimos empreendendo no sentido de dotar esta Região dos meios necessários a um rápido desenvolvimento. Nordeste e SUDENE são, portanto, temas inseparáveis nos dias atuais.

Começemos por um sucinto esboço histórico.

Desde os tempos coloniais a região compreendida entre os Estados da Bahia e do Maranhão sobressaiu-se no território brasileiro. Isto devido a vários fatores, sendo de considerar-se, inclusive, a localização da capital brasileira na Bahia. Mesmo à época das capitanias hereditárias, entretanto, o atual Estado de Pernambuco já prosperava. Com o chamado ciclo do açúcar, a economia brasileira dependia, praticamente, do Nordeste.

Esta situação se manteria durante mais de dois séculos, superando mesmo a fase de transferência, na segunda metade do século 18, da capital para o Rio de Janeiro. Ainda à época imperial, o Nordeste se destacava como uma área eminentemente decisiva dentro do contexto sócio-político-econômico nacional.

A decadência nordestina começou por ocorrer, em etapas, a partir de inícios do século passado, com a transmigração da família real para o Brasil. O florescimento do Rio de Janeiro, de par com os efeitos gerados pelos ciclos econômicos do ouro e do café, representaram o deslocamento, do Nordeste para o Centro-Sul, do dinamismo econômico-cultural do País, com a queda, no mercado internacional do açúcar — pela concorrência que o Caribe passou a impor —, bem como com a ocorrência de estiagens que representavam verdadeiros flagelos, a Região foi-se retardando no processo ascensional brasileiro. As secas do último quartel do século passado se repetiriam ciclicamente, empobrecendo a economia da área e provocando o êxodo rural e urbano em demanda das terras mais férteis e subtemperadas do Centro-Sul.

Surtiu, assim, o fenômeno das distorções inter-regionais, agravadas com o tempo. O confronto entre o Centro-Sul e o Nordeste começava por demonstrar, já na primeira metade deste século, a gravidade da situação.

Esta, no entanto, se tornaria insustentável após a Segunda Guerra Mundial, com o conseqüente surto industrializador experimentado pelo Brasil e com a constatação da necessidade de um crescimento uniforme. Não foi difícil detectar o contraste que tomava corpo. O Brasil crescia desconjuntadamente.

Estados como São Paulo, Minas, Guanabara e Rio de Janeiro ingressavam, de fato, na revolução tecnológica moderna, exibindo bons índices de industrialização, de renda "per capita", de urbanização, de produtividade na agricultura, de sofisticação no processo produção-comercialização-consumo etc. A estes, juntar-se-iam outros Estados, como o Paraná e o Rio Grande do Sul, configurando um quadro que, de certa forma, demonstrava que as terras localizadas à altura e abaixo do Trópico de Capricórnio estariam fadadas ao grande processo de evolução na América Latina, em contraste com as regiões tropicais e equatoriais.

Esse tipo de crescimento, entretanto, resultava prejudicial ao Brasil. As razões são evidentes. De nada adianta — ou pouco adianta — desenvolver uma área em detrimento de outra, dentro da mesma Nação. Os efeitos se mostram negativos, mesmo para as próprias áreas desenvolvidas. Num raciocínio lógico e realístico, sem quaisquer conotações emocionais, é esta a conclusão a que se chega: as áreas engajadas no processo produtivo em grande escala necessitam, pelo menos, de consumidores para os seus produtos, fora de suas fronteiras. Há um outro raciocínio, porém, não menos lógico e realístico: somos uma Nação no mais alto sentido sociológico do termo. Somos um povo de admirável unidade, em todos os campos. Portanto, temos de crescer unidos, como devem crescer os irmãos.

Foi, então, criada a SUDENE.

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério do Interior. Sua missão: minimizar ou eliminar os desequilíbrios inter-regionais, mormente entre o Nordeste e o Centro-Sul.

A SUDENE estaria afetos o planejamento e a coordenação do crescimento sócio-econômico regional. Ressalte-se, portanto, que não lhe estavam afetas, como não estão, as tarefas executivas. Estas deveriam caber a órgãos de níveis federal, estadual, ou municipal, sob a coordenação da agência de desenvolvimento.

• • •

Cuidamos ser indicado, a esta altura, fazer algumas considerações sobre o que se entende por Centro-Sul e Nordeste, áreas que servi-

ram de ponto de partida para a detecção do descompasso e, por conseguinte, para a criação da Autarquia.

Para estes fins, o Centro-Sul se estende desde o Estado de Minas Gerais até o Rio Grande do Sul, incluindo o sul de Goiás e excluindo o norte de Minas. Quanto ao Nordeste, abrange as terras compreendidas entre o norte de Minas Gerais e todo o Estado do Maranhão, exclusive Goiás.

Este é o o chamado Nordeste da SUDENE ou o Grande Nordeste, de 1,6 milhão de quilômetros quadrados, quase 30 milhões de habitantes, abrigando em suas fronteiras nove Estados, parte de um outro, além do Território Federal de Fernando de Noronha.

É uma região dispare em sua fisionomia, composta de Estados de larga extensão territorial — como Bahia e Maranhão —, ao lado de outros com áreas inferiores a 100 mil quilômetros quadrados, como os cinco Estados costeiros que compõem o Nordeste Oriental. A propósito, é o Nordeste a região brasileira mais dividida em termos de Geografia Política.

As disparidades intra-regionais, no que tange à Geografia Física, também são acentuadas. Seis grandes sub-regiões fisiográficas caracterizam a área, desde o Litoral-Mata até os cerrados e as terras pré-amazônicas do Maranhão.

Se disparidades existem no Nordeste, muitos são os traços que assemelham e aproximam os seus diversos Estados e sub-regiões. Assim, o chamado Polígono das Secas, área delimitada por lei em 1951 como aquela em que maior é a incidência do fenômeno, estende-se por aproximadamente 950 mil quilômetros quadrados, isto é, quase dois terços de toda a Região. Este, contudo, é o Polígono "legal", de área bem superior à do Polígono "real", qual seja, o abrangente das regiões que têm sido deveras afetadas pela estiagem nos últimos tempos. Mesmo assim, são consideráveis as dimensões geográficas em que predomina o clima semi-árido.

Uma característica que aproximava e integrava as diversas sub-regiões nordestinas, era o subdesenvolvimento. Apesar de, na década de 50, já se notarem traços de uma incipiente industrialização e de um relativo progresso econômico em alguns poucos Estados — como é o caso de Pernambuco e Bahia —, o fato é que todo o Nordeste era uma Região identificada no atraso e no subdesenvolvimento, com índices baixíssimos de renda "per capita", processos obsoletos de cultivo da terra e de distribuição dos produtos, ausência quase total de infra-estrutura e, acima de tudo, uma mentalidade que era fator e reflexo desse estado de coisas. A apatia, quando não o desespero do homem nordestino, ante a grandiosidade do problema, era a nota marcante de uma época não recuada no tempo, mas já em grande parte superada.

Tudo isto numa região de grande tradição histórica, densamente povoada em muitas de suas áreas, com uma extensão territorial superior à de todos os países da América do Sul, à exceção do próprio Brasil e da Argentina.

• • •

Sob o ponto de vista estratégico, não é menor a importância do Nordeste. O assim denominado Saliente Nordestino, que se estende desde o Recôncavo Baiano aos limites do Maranhão com o Pará, teve seu significado estratégico reconhecido há séculos. Os pontos mais orientais do Brasil, da costa alagoana à rio-grandense do Norte, tiveram papel proeminente a desempenhar como base logística durante a Segunda Guerra Mundial. Do Recife e de Natal, aviões aliados alçaram vôo em direção à África, cruzando o estreito Natal-Dakar. Nas costas nordestinas, de há muito cobiçadas, desenvolveram-se ações bélicas. A distância que separa o Nordeste da África e, por via de extensão, da Europa, tem sido cada vez mais encurtada com o progresso. A importância crescente do Atlântico Sul, tanto sob o aspecto comercial quanto sob o ponto de vista de estratégia, coloca o Nordeste em posição de realce.

Isto, sob o aspecto externo.

A nível doméstico, o mesmo fenómeno ocorre. Tanto que a situação de atraso em que se encontrava mergulhada a Região determinou sua inclusão entre os itens de interesse da Segurança Nacional. A criação da SUDENE, em fins da década de 50, era o resultado, portanto, de toda uma gama de fatores determinantes.

Antes dela, porém, somente algumas poucas providências de profundidade com caráter de permanência haviam sido adotadas. É o caso, por exemplo, da CHESF e do BNB. Isto não significa que tudo o que havia sido feito até então, através do combate às secas, se tivesse perdido com o tempo e representasse tão-somente uma série de soluções paliativas. O que desejamos caracterizar é que, apenas quando o Governo Federal realmente passou a encarar o problema nordestino em toda a sua magnitude, é que se começou a implantar uma nova mentalidade e o país inteiro passou a enfocar a problemática em sua verdadeira dimensão.

A criação da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, com o aproveitamento do manancial do São Francisco, representou, de fato, o início da redenção do Nordeste. O funcionamento da CHESF, cujo raio de ação passou a expandir-se com o tempo, teve o matiz de uma fase deveras marcante na história da Região. Dela — pode-se dizer — nasceu todo um séquito de realizações de alto significado regional, obra infra-estrutural que é, assentada na realidade de então e de agora, vez que foi projetada também para o futuro.

A criação do Banco do Nordeste do Brasil, que começou a operar em 1954, foi outra decisão acorde com os novos tempos do Brasil da época. O papel que o Banco passou a desempenhar — e que a cada dia mais se fortalece — no progresso de todos os setores da economia nordestina, é dificilmente mensurável.

Já então, no decênio 50/60, passava-se a falar sobre o Nordeste sem as infalíveis ilações com a seca e o êxodo. Mesmo assim, a grande estiagem de 1958, de lamentáveis reflexos na produção agrícola e industrial da Região, apressaria a instalação de um órgão que realmente funcionasse, em nome do Governo da União, como fomentador do desenvolvimento nordestino.

No mesmo ano de 1958, o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste — GTDN, realizava amplo e aprofundado estudo sobre a problemática regional. Pela primeira vez de forma sistemática e científica, mergulhava-se nas fontes mais fundas que determinavam o atraso da Região. Seria um documento altamente importante, o elaborado pelo GTDN. E dele muito se serviriam os técnicos da SUDENE.

A Lei n.º 3.692, que criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, veio a lume em dezembro de 1959. A SUDENE, portanto, inaugurou a década de 60, embora seu I Plano Diretor só tenha passado a vigorar no ano seguinte. Nele se estabeleciam as diretrizes fundamentais do Órgão, seu funcionamento e atribuições. O mesmo ocorreria com os demais. O II Plano vigoraria de 63 a 65. O III de 66 a 68. E o IV de 69 a 73. Aqui, ocorreu uma alteração, com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional, que passará a substituir o IV Plano, a partir do ano de 1972 e até o ano de 1974.

São, os Planos Diretores, o resultado de todo um esforço voltado para o estudo, a pesquisa e a vivência. Eles consubstanciam a política da SUDENE para cada etapa determinada, com base em todo um elenco de observações e de experiências acumuladas ao longo dos anos. Embora eles representem um conjunto de certa forma harmonioso, sendo um Plano como que a continuação do que havia sido previsto e/ou realizado durante a vigência do anterior, a verdade é que cada um deles traz as inovações que resultam daquela experiência. Ademais, os objetivos e metas são alterados de conformidade com as novas necessidades criadas pelo desenvolvimento, excluídos os programas que porventura não tenham logrado o êxito pretendido e reforçando-se ou aprimorando-se os que tenham resultado satisfatórios.

Uma análise, mesmo que perfunctória, dos quatro Planos Diretores da SUDENE põe à mostra as tônicas reservadas a cada um deles, à proporção em que se ia alterando a fisionomia regional. Assim, os primeiros Planos evidenciam a preocupação em que se criasse no

Nordeste um embasamento infra-estrutural indispensável a qualquer projeto de desenvolvimento.

A Região carecia de obras infra-estruturais em todos os aspectos, a despeito da já mencionada energia elétrica da CHESF. Cuidou, então, a SUDENE de atacar o problema em toda a sua extensão, com respaldo em investimentos do setor público. Desta forma, pôde ser realizado um programa global de obras de infra-estrutura na Região, trabalhos estes que ainda não estão concluídos em sua totalidade, mas que foram suficientes para transformar a paisagem nordestina.

Com efeito, durante o decênio anterior, a ação direta ou indireta da SUDENE foi, em grande parte, responsável pela consolidação do processo de desenvolvimento regional. Os índices de crescimento experimentados pela Região, na década 60/70, foram maiores do que os registrados para o Brasil como um todo. Estes resultados foram obtidos em decorrência de um esforço coletivo respaldado numa política econômica racional, que teve no planejamento seu alicerce primeiro.

Alguns números nos poderão dar uma idéia aproximada das transformações que se operaram na Região.

Em termos de infra-estrutura, verificaram-se aumentos percentuais da seguinte ordem: rodovias pavimentadas — 830%, passando de 930 quilômetros por volta de 1960 para 8.660 quilômetros em 1970; geração de energia elétrica — 310%, isto é, de 280 MW para 825 MW. A participação do Nordeste, no País, aumentou de 4,7 para 7,8%.

No que tange à melhoria dos recursos humanos, registrou-se um aumento de matrículas do ensino primário da ordem de 100%, enquanto o ensino secundário atingiu cerca de 300% e o superior 200%. Ressalte-se, neste setor, que a SUDENE promoveu aproximadamente 400 cursos sobre mais de 100 especialidades, treinou cerca de 13.000 pessoas — a maioria de nível superior — havendo proporcionado mais de 1.400 bolsas de estudos no Exterior.

Os conhecimentos sobre os recursos naturais da Região foram sobremodo ampliados através de mapeamentos geológicos, pesquisas minerais, estudos pesqueiros, planos cartográficos, levantamentos agrológicos, hidrogeológicos.

Mais de duas centenas de cooperativas rurais e de pesca foram atendidas pela SUDENE, através da prestação de assistência técnica financeira e administrativa, setor em que vem sendo decisivo o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Projetos de irrigação foram lançados ao longo do Rio São Francisco, bem como nos Estados do Ceará e Piauí.

Em Pernambuco, também às margens do São Francisco, vem sendo mantido com êxito um projeto-piloto de produção de sementes seleccionadas básicas, de milho, feijão e algodão, distribuídas entre os diversos Estados nordestinos para formação de safras.

A fronteira agrícola regional vem sendo ampliada através de projetos de colonização — como é o caso do Alto Turi, no Maranhão. A ampliação da fronteira agrícola também é feita através de pesquisas e experimentos em áreas antes consideradas inaproveitáveis para a agricultura. Este é o caso dos Tabuleiros Costeiros do Nordeste, que abrangem o litoral de cinco Estados — Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte —, onde se realizam estudos que permitirão viabilizar a incorporação à fronteira agrícola de uma área de, aproximadamente, 950 mil hectares.

No setor de saúde, mais de oito milhões de nordestinos foram vacinados contra a varíola, no período 1965/68, enquanto prosseguem esses trabalhos e os de combate, juntamente com o Ministério da Saúde, à malária, à doença de Chagas e a outras moléstias.

A estes números outros mais poderíamos adicionar, a fim de melhor quantificar o que foi feito no Nordeste, ao longo dos dez anos de atividades da SUDENE e em decorrência dos investimentos do setor público. Sobreleva a concentração de esforços e recursos em obras infra-estruturais, capazes de dotar a Região das condições necessárias ao aceleração do processo evolutivo.

A par disto, entretanto, foram abertas as portas à iniciativa privada para a sua participação direta nesse mesmo processo. Isto foi concretizado através da criação do sistema de incentivos fiscais e financeiros, que passariam a ser conhecidos sob a denominação geral de Artigos 34/18, isto é, os artigos das leis que regulamentaram os dois primeiros Planos Diretores.

Através dos estímulos do 34/18, foram carreadas para o Nordeste, oriundas da iniciativa privada, substanciais somas de recursos deduzidos do imposto de renda devido pelas pessoas jurídicas ao Governo Federal. Consoante a sistemática, é facultado ao contribuinte — pessoa jurídica — deduzir até 50% do imposto de renda para inversões no Nordeste, em projetos econômicos considerados pela SUDENE como de interesse para o desenvolvimento regional.

Com a infra-estrutura de que já dispunha e com o respaldo do Governo Federal através do mecanismo de incentivos, pôde o Nordeste acelerar ainda mais o seu progresso sócio-econômico. Tanto é assim que, até junho último, 855 projetos industriais haviam sido aprovados pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, representando um investimento total da ordem de 11,4 bilhões de cruzelros, a preços constantes de abril/71, e ensejando a criação de 160.000 empregos diretos e 800 mil indiretos.

Cumprе ressaltar que cerca de 500 desses projetos foram aprovados no último quadriênio, quando realmente se consolidou o ritmo acelerado de desenvolvimento nordestino. É igualmente digno de realce o fato de que, não obstante a extensão a outras áreas e a outros setores, de incentivos respaldados na mesma filosofia que orientou a criação do sistema 34/18, continuam a ser carreados para o Nordeste consideráveis aportes financeiros, cada vez em maior número.

Também o setor agropecuário foi beneficiado com os incentivos do 34/18, a partir de 1965, quando foi aprovada a primeira proposta neste sentido. A exemplo do que ocorrera no campo industrial, também no setor primário da economia os projetos passaram a ser submetidos à SUDENE em larga escala, a partir de 1967.

Até junho de 1971, haviam sido aprovados 396 projetos, totalizando inversões da ordem de 1,5 bilhão de cruzeiros, a preços constantes de abril/71, e propiciando a criação de 96 mil empregos diretos e indiretos.

Somando-se os dois setores, teremos que mais de 1 milhão de empregos foram gerados em decorrência dos incentivos fiscais e financeiros.

Isto, de toda evidência, contribuiria para o ingresso de largos segmentos populacionais no processo produtivo e aquisitivo, tendo sido um dos fatores responsáveis pelo incremento de 110% registrado na renda "per capita" do nordestino, em dez anos, passando de 80 dólares em 1960 para 170 dólares em 1970. Embora ainda esteja muito aquém de ser satisfatória, esta mudança já é suficiente para determinar o quanto se fez pelo homem do Nordeste durante o curto período de tempo de dez anos.

De outra parte, é mister ressaltar que, a rigor, agora é que o Nordeste realmente inicia os seus passos definitivos em busca da sua auto-suficiência econômica. Assim é porque, conforme vimos, a década de 60 representou como que a arrancada inicial nordestina, impetuosa, porém bastante limitada por determinantes as mais diversas. Entre elas, estava o próprio desconhecimento relativo da Região, isto é, do campo sobre o qual a SUDENE teria de operar.

Agora, quando não somente está consolidado o processo de crescimento regional, mas também quando novos horizontes se abrem para o Nordeste em vista da prioridade que lhe é reservada pelo Poder Público, índices ainda maiores de progresso deverão ser atingidos.

Há pouco nos reportamos ao Plano de Desenvolvimento Regional, que substituirá o IV Plano Diretor — ora em vigor —, a partir do próximo ano. Cabem algumas palavras sobre o novo Plano. Ele nasceu da necessidade, constatada a âmbito federal, de se conjugarem

esforços no sentido de que os projetos de desenvolvimento regionais fossem compatibilizados, até onde possível, com as linhas mestras do Plano Nacional de Desenvolvimento.

Desta forma, foi assegurada a simultaneidade de vigência do Plano Nacional e dos diversos Planos Regionais, ao mesmo tempo em que se cuidou de harmonizá-los em um só conjunto, respeitadas, evidentemente, as peculiaridades de cada área. Foi assim que a SUDENE, que já vinha pondo em prática as diretrizes do seu IV Plano, tratou da elaboração de um outro. A primeira vista, a interrupção parece apta a causar espécie.

Longe disto, entretanto. O fato é que foi extremamente valiosa esta oportunidade que se ofereceu à SUDENE, de proceder como que a uma pausa em seu planejamento para a Região. Foram levantados novos dados, colhidas novas sugestões — com destaque, mais uma vez, para a interação com outros órgãos aqui atuantes —, descobertas falhas e méritos no que fora realizado e no que vinha sendo realizado.

Como decorrência, surgiram renovadas conclusões, e renovados caminhos foram abertos para o planejamento regional, à luz dos dados coletados e dos novos tempos brasileiros.

A prevalência, desta feita, dentro do princípio afirmado pelo ilustre Presidente Médici, é do nordestino sobre o Nordeste. É chegado o momento propício de, ao mesmo tempo em que se concede prioridade à consolidação do processo industrializador, reservar-se não menor prioridade à interiorização do desenvolvimento.

Agora, quando o Nordeste já dispõe de razoáveis condições infra-estruturais e de um parque manufatureiro em pleno florescimento, há que se pensar, ainda com maior ênfase, na definitiva incorporação de milhões de nordestinos das áreas rurais nos tempos novos que já chegaram em outras áreas.

Para tanto, contamos com o apoio decisivo do Governo Federal, bem como com a disposição dos Governos estaduais, de trabalharem conjuntamente para o objetivo comum de eliminar o descompasso entre o Nordeste e o Centro-Sul.

Por tudo isto, embora conscientes dos grandes desafios que nos caberá vencer, temos uma visão otimista, porque realista, do futuro nordestino. Por tudo isto também, não nos preocupam, negativamente, os benefícios de que outras áreas estão também usufruindo neste momento. Ao final das contas, este é o momento da integração nacional. A SUDENE nasceu justamente para eliminar as disparidades. Não seríamos nós que nos iríamos insurgir contra a extensão de estímulos, que eram somente nossos, e que irão ao encontro dos nossos irmãos de outras regiões brasileiras.

Assim como estamos preparados para o que se denomina, não raro injustamente, de "concorrência", também o estamos para os

benefícios que, direta ou indiretamente, poderemos colher da distribuição de incentivos. O nosso Plano de Desenvolvimento Regional contempla prioridade para programas ligados à irrigação, à colonização, à reforma agrária e ao florestamento. Tudo isto poderá ser feito, também, com o respaldo do Plano de Integração Nacional, que prevê, inclusive, a construção da Transamazônica e a concretização do projeto nacional de irrigação.

O deslocamento de populações para áreas mais férteis da Amazônia é apto a beneficiar ambas as regiões: o Norte e o Nordeste. A propósito, não é outro o projeto que estamos realizando nas selvas pré-amazônicas do Maranhão: povoamento orientado e racional de contingentes populacionais que se transferem voluntariamente para aquelas áreas.

Quanto à irrigação, esta é uma velha aspiração nordestina que poderá agora ser em grande parte atingida. Prevemos, no nosso PDR, o aproveitamento dos recursos hídricos dos rios, açudes e poços. Todo o projeto nacional de irrigação, em sua primeira etapa, contemplará cerca de 130 mil hectares no Nordeste. É nosso intuito ampliar essa faixa, com outras formas de irrigação, para o que já existem adiantados estudos.

No setor específico da agropecuária, as recentes decisões do Governo Federal vêm demonstrar a justeza da prioridade com que o novo Plano aborda a problemática rural. As grandes empresas agrícolas e agro-industriais são metas que temos em vista. Tudo em benefício do homem, desencadeador do processo de crescimento, seu agente e beneficiário, protagonista direto da grande luta que se realiza em seu nome, para sua felicidade.

É este o Nordeste que se renova, que se reinventa. Aqui, a SUDENE deposita o seu esforço.

A eficiência de todo exército depende de diversos fatores, mas um deles se destaca — o moral. Podemos dispor de todo o material existente no mundo; sem moral pouco conseguiremos. Esse fator que temos de considerar antes de mais nada, é determinado por diversas condições; em primeiro lugar, depende naturalmente do prestígio dos chefes, da disponibilidade de equipamento e, afinal de contas, da população que permanece na Zona do Interior.

GEN G. MARSHALL

O MECANISMO DAS OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS

Maj Inf QEMA

FILADELFO REIS DAMASCENO

1. INTRODUÇÃO

As operações psicológicas despertam a cada dia mais atenção no âmbito dos exércitos modernos em virtude do crescente êxito que têm obtido no apelo às operações de combate. Poderíamos conceituá-las, de modo simples, como a aplicação da Psicologia à arte da guerra, com o objetivo de fortalecer o moral de nossas tropas ou de minimizar a vontade de lutar dos nossos adversários.

Durante certo período as operações psicológicas foram cercadas de uma auréola de mistério. Face aos êxitos surpreendentes da propaganda militar, nos primórdios de sua aplicação científica, os responsáveis pela condução dessas campanhas psicológicas foram vistos, durante algum tempo, como mágicos ou feiticeiros. Atualmente, porém, sabe-se, com certeza, que os sucessos obtidos resultaram do correto emprego de princípios da Psicologia.

Aceita-se, hoje em dia, que os elementos encarregados do planejamento das operações psicológicas, nos escalões superiores, devam possuir um sólido conhecimento da ciência psicológica e grande vivência dos "Porquês" do comportamento individual e coletivo. Já para os indivíduos encarregados de executar as operações, todavia, exige-se muito menos: necessitam saber "o que fazer" e o "como fazer", para alcançar os objetivos a que se propõem. A exemplo do que ocorre em muitos setores da atividade militar, os segundos, sem a exigência de serem diplomados em Psicologia, poderão habilitar-se ao desempenho de suas funções através de um curso de especialização, desde que este seja prático, dinâmico e objetivo.

Ao contrário do que se supõe, normalmente, não existem diferenças marcantes na elaboração dos diversos tipos de propaganda. Tanto a propaganda política, como a propaganda comercial ou publicitária e a propaganda militar ou operação psicológica lançam mão dos mesmos recursos, leis, técnicas e métodos consagrados pela Psicologia.

Da mesma forma, é errôneo julgar que cada Exército possui um sistema próprio e original de conduzir as suas operações psicológicas. Em que pese algumas divergências de pequena monta, ditadas pela adoção de escolas psicológicas diversas, em essência, todos eles aplicam os mesmos princípios gerais, válidos igualmente para a propaganda política e a publicidade. Se assim não fora, a análise da propaganda inimiga seria impraticável e a contrapropaganda tornar-se-ia inexequível ou de resultados quase nulos.

Considerando, pois, que os princípios psicológicos são universais e imutáveis e que as variações existentes decorrem dos valores éticos, morais e políticos, adotados pelas diversos povos, podemos estabelecer um método geral seguido nas operações psicológicas.

2. MECANISMO DAS OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS

Tendo recebido a missão de apoiar psicologicamente uma operação de combate, o oficial de guerra psicológica passa a desenvolver uma série de medidas visando atingir o seu objetivo. Dentre as suas preocupações, destacam-se as abaixo apontadas, que podem ocorrer simultaneamente e devem merecer constantemente a sua atenção:

- Determinação do Objetivo Psicológico a atingir.
- Atrair a atenção do público-alvo.
- Manter a atenção do público-alvo.
- Ser compreendido pelo público-alvo.
- Adquirir a confiança do público.
- Influir na conduta do público.
- Avaliar os efeitos de sua propaganda.
- Utilizar a contrapropaganda.
- Obter uma opinião ou atitude favorável.
- Conseguir o comportamento desejado.

A seguir, analisaremos cada um dos aspectos acima apontados, exemplificando-os e tecendo comentários sobre os mesmos, de modo que possam ser facilmente compreendidos.

3. DETERMINAÇÃO DO OBJETIVO PSICOLÓGICO

Ao apoiar uma operação de combate, o Operador Psicológico de-
frontar-se-á, invariavelmente, com uma das seguintes situações: re-
forçar um comportamento existente ou então modificá-lo. Ambas são
perfeitamente aplicáveis tanto aos amigos como aos neutros ou ini-
migos.

O problema de reforçar ou manter um comportamento, que fa-
vorece ao nosso objetivo, torna-se muito mais simples quando com-
parado com a alteração de conduta, em virtude de o esforço da propa-

ganda ser dirigido no sentido desejado pelo público, que não apresenta oposição ao mesmo. Será muito mais fácil ainda se estamos tratando de nossas tropas, de quem conhecemos os interesses, opiniões, atitudes e motivações, com considerável grau de certeza.

É conveniente recordar que, segundo a definição de operações psicológicas, somente poderemos atribuir um efeito à propaganda se o mesmo foi estabelecido, *a priori*, como objetivo a alcançar. Os imponderáveis e eventos frutos do acaso não podem ser creditados às operações psicológicas.

Obedecendo à sequência que nos propusemos, consideremos um exemplo complexo, a situação mais complicada, qual seja: o operador psicológico estabeleceu como seu objetivo, mudar o comportamento de um inimigo, que lhe oferece tenaz resistência. Vejamos os passos seguintes dados pelo mesmo até alcançar o fim a que se propôs.

4. ATRAIR A ATENÇÃO DO PÚBLICO-ALVO

A primeira preocupação do operador psicológico é despertar a atenção do público para a sua mensagem. Todos nós possuímos uma percepção seletiva e os nossos sentidos têm a tendência a perceber tudo aquilo que esteja relacionado com os nossos gostos, preferências, interesses e aspirações e, da mesma forma, desconhecer aquilo que não nos diz respeito ou não nos interessa de perto.

Trata-se, portanto, para o operador psicológico, de fazer ressaltar a sua mensagem dentre os inúmeros estímulos que atuam sobre o público-alvo. Para que a mesma seja percebida é necessário que o foco da atenção dos indivíduos nela se concentre, de modo a predispor os ao recebimento da mensagem.

Como captar a atenção? As técnicas são muito variadas e vão desde os apelos sensacionais das manchetes das revistas e jornais à linda garota de biquíni recomendando um produto, até as mágicas e os animais amestrados dos camelôs. Todos esses artifícios, dos mais simples aos mais sofisticados, desempenham a mesma função de atrair a atenção.

No exemplo que vimos desenvolvendo, onde se busca a mudança do comportamento do inimigo, a situação é bem mais complicada. A mensagem encontra por parte do adversário uma reação violenta ou bloqueio, em virtude de ser catalogada como "propaganda inimiga". Como vencer tal dificuldade? Em primeiro lugar temos que apresentá-la de forma atraente, sugestiva, que desperte a curiosidade. Dentre as técnicas utilizadas todas elas explorando necessidades latentes no público, recomendam-se as seguintes: utilização de *slogans* e estribilhos sobre assuntos de interesse geral, disseminação de objetos funcionais, como chaveiros, canivetes, calendários ou outros brindes, como invólucros de alimentos, fotos e cartazes.

5. MANTER A ATENÇÃO DO PÚBLICO

Ainda mais importante do que captar a atenção do público é conservá-lo atento para a nossa mensagem. Despertada a atenção para o que pretendemos transmitir, através de um dos meios acima citados, devemos prender a sua atenção durante todo o tempo necessário à divulgação da mensagem. Em primeiro lugar devemos evitar a monotonia, através da variação dos estímulos: alterações no tom de voz, intercalação de fundos musicais entre frases do texto, criação de *suspenses* criando expectativa pelo desfecho, repetição das mesmas idéias com novas roupagens e emprego alternado dos diversos meios de comunicação são fatores que contribuem para manter a atenção.

Os meios audiovisuais assumem grande importância na manutenção da atenção por estimularem diversos sentidos do público-alvo. A música, sobretudo a conhecida do público, exerce poderoso atrativo e, quando sabiamente empregada, consegue manter a atenção por longos períodos de tempo. Na comunicação impressa, o cuidado na apresentação gráfica e a combinação artística das cores conseguem prender a atenção e muito contribuem para a difusão da mensagem.

6. SER COMPREENDIDO PELO PÚBLICO

Obtida a atenção para a sua mensagem o propagandista militar cuidará de se fazer entendido por aqueles que procura influenciar. A primeira providência a adotar é elaborar a mensagem na língua do público. Além disso a mensagem deverá ser escrita em termos simples, de modo a ser facilmente compreendida por todos. Deve-se adotar um linguajar médio e é recomendável o emprego de regionalismos e expressões típicas para conferir à mensagem o sabor local.

Nas transmissões radiofônicas é de toda a conveniência a utilização de locutores da região, pois o sotaque do locutor contribui em muito para dar autenticidade à mensagem e facilitar a sua aceitação pelo público. Tal prática tem sido empregada com grande sucesso.

Nessa fase do processo os tradutores e intérpretes assumem grande importância, pois concorrem para que a mensagem se aproxime do público tanto quanto possível.

A escolha de meios adequados de comunicação é outra consideração importante quando se busca a compreensão do público. Se nos deparamos com um público iletrado o meio mais indicado será o rádio, o alto-falante ou mesmo o boato, mas, face a um público alfabetizado a matéria impressa poderá ser, em certas ocasiões, o meio recomendado.

O Operador Psicológico deverá possuir um grande grau de empatia a fim de perceber as necessidades, interesses e aspirações do público-alvo. Quanto mais conseguir saber a que o público é sensível tanto mais atraente e objetiva será a sua mensagem.

7. ADQUIRIR A CONFIANÇA DO PÚBLICO

A primeira condição para o operador psicológico conquistar a confiança do público é evitar que se criem antagonismos entre o conteúdo de sua mensagem e o pensamento do público. A experiência ensina que a ofensa e o menosprezo aos valores considerados importantes pelo inimigo conduzem sempre ao fortalecimento do moral adversário e os resultados são o contrário do pretendido.

Além da manutenção de um clima cordial, para que a sua mensagem seja aceita, há necessidade de guardar certa ética, sobretudo quando a fonte da propaganda é identificada. A divulgação de notícias falsas ou a falta de coerência entre o que é informado por diversas fontes de um mesmo governo levam ao descrédito e podem invalidar todo o esforço da propaganda.

É interessante ressaltar, contudo, que a credibilidade é mais importante do que a verdade. Em determinadas situações o relato fiel da verdade pode merecer menos crédito do que as distorções realizadas intencionalmente pelo propagandista.

Como medidas preconizadas para conquistar a confiança do inimigo, as seguintes são as mais empregadas:

- Não ofender nem ridicularizar o inimigo.
- Ter como norma o uso da verdade.
- Antecipar notícias que possam ser confirmadas.
- Divulgar os nomes de prisioneiros de guerra.

8. PROCURAR INFLUIR NA CONDUTA DO PÚBLICO

Conquistadas a atenção e a confiança do público e tomadas as devidas precauções para ser entendido pelo mesmo, o operador psicológico atinge o ponto crucial de todo o seu trabalho. Trata-se agora de apresentar as idéias ou fatos que objetivam a mudança de comportamento dos indivíduos de que se ocupa no momento.

O estudo do público-alvo fornece as bases para toda a ação posterior. Há necessidade de conhecer as opiniões, atitudes, emoções e comportamento do público estudado. De igual importância é a constatação de seus antagonismos latentes, preconceitos, estereótipos, aversões, preferências e idolatrias. O grau de importância dado pelo público aos valores sociais é também de fundamental interesse, pois há necessidade de saber o que é considerado sagrado e o que é secundário, distinguindo os "folkways" dos "mores".

De posse desse conhecimento o operador psicológico passa a escolher os temas de sua mensagem. Os temas são um tópico, uma

linha de persuasão, um *slogan* ou uma frase. Constituem-se nos projetis das operações psicológicas e, de sua escolha acertada, depende o êxito da campanha de propaganda.

A elaboração dos temas é a parte crítica do processo. Considerando todos os fatores anteriormente citados, o operador psicológico ordena os temas no corpo da mensagem, visando dois objetivos:

- Despertar necessidades no público-alvo.
- Oferecer soluções para essas necessidades.

É evidente que as necessidades sugeridas contribuem para atingir o objetivo psicológico fixado e são facilmente aceitas quando coincidem com predisposições latentes no público-alvo.

Por outro lado, quando as necessidades criadas pelo propagandista contrariam as opiniões, emoções e atitudes do público, é de se esperar uma reação ao que foi sugerido, em virtude dos mecanismos psicológicos de defesa. A prática ensina que os temas não se devem dirigir contra idéias e atitudes fortemente arraigadas no público-alvo. O ataque direto contra opiniões e condutas cristalizadas quase sempre conduz a resultados negativos. A boa técnica é orientar os temas (criação de necessidades), na direção de assuntos relacionados com a idéia ou conduta cristalizada (dogma ou tabu) e, por vias indiretas, levar à conclusão de que a mesma deve ser modificada.

Ao despertar necessidades e oferecer soluções para as mesmas é necessário estar atento para evitar as frustrações do público. A não ser quando se deseja deprimir o inimigo, não devemos estimular interesses e aspirações que, sabemos de antemão, não serão satisfeitas, pois podem conduzir a resultados desastrosos.

Para modificar o comportamento do inimigo, o propagandista procura substituir suas opiniões, emoções e atitudes por outras necessidades por ele sugeridas, sejam fisiológicas ou psicológicas, e proporcionar-lhe condições de satisfazer a essas necessidades.

9. AVALIAR OS EFEITOS DA PROPAGANDA

Estando convencido de que a mensagem alcançou o público a que era dirigida, o propagandista militar preocupa-se em medir os seus resultados, a fim de verificar se deve conservar os temas ou modificá-los. Há uma série de indicadores que podem refletir o êxito de uma campanha de propaganda e a sua apreciação criteriosa é muito útil para o operador psicológico. O aumento do número de prisioneiros de guerra, a intensificação da deserção nas hostes inimigas, a adoção de medidas severas contra os que ouvem as nossas transmissões ou portam nosso folhetos e a criação artificial de interferência na nossa frequência de transmissão são sintomas de que a nossa propaganda está surtindo efeito.

Quando, ao contrário, as informações disponíveis indicam que os efeitos de nossa propaganda são nulos, o operador psicológico procurará descobrir onde a sua campanha falhou: se na avaliação das características do público-alvo, se no captar e manter a atenção, se no emprego de meios adequados ou na escolha dos temas. Identificada a falha no sistema uma nova campanha é desencadeada.

10. EMPREGO DA CONTRAPROPAGANDA

Em determinadas situações a nossa propaganda deixa de surtir os efeitos desejados pelo fato de ser neutralizada por uma eficaz campanha de propaganda adversa. A criação de necessidades diversas de nossa parte e por parte do inimigo provocam um conflito de atitudes na mente do adversário e impede que ele aja no sentido insinuado pelos nossos temas.

Vencendo o desejo sempre presente de responder à propaganda inimiga, somos obrigado a utilizar a contrapropaganda, ofensivamente. A análise da campanha adversa apontará as suas vulnerabilidades e estas deverão ser exploradas ao máximo. Somente demonstrando ser mais insinuante e inteligente que o nosso competidor teremos acesso ao público inimigo e poderemos modificá-lo.

11. OBTER OPINIÕES E ATITUDES FAVORÁVEIS

O objetivo último do trabalho do operador psicológico é modificar o comportamento de grupos sociais. Em cada caso particular essa mudança de conduta constitui um objetivo psicológico.

A Psicologia nos ensina que o comportamento ou ação dos indivíduos têm relação direta com as suas opiniões e atitudes. Na maioria das vezes a opinião e atitude são o prenúncio do comportamento. Assim, agindo quase sempre de forma indireta, o operador psicológico procurará obter de seu público, numa primeira fase, opiniões e atitudes concordantes com o seu objetivo e, após, numa segunda fase, manipulando essas opiniões e atitudes aceitas pelo público, conseguirá mudar o seu comportamento na direção prevista no objetivo psicológico.

12. CONSEGUIR O COMPORTAMENTO DESEJADO

Consideremos que o objetivo psicológico estabelecido pelo propagandista militar, no início de seu trabalho, foi o seguinte: "Enfraquecer o moral inimigo e destruir a sua vontade de lutar".

Ao longo de toda a campanha de propaganda, sempre coerente com a evolução das operações de combate, o operador psicológico empregou uma série de temas, entre os quais destacavam-se os seguintes: "Respeitamos integralmente as Convenções de Genebra", "Os únicos responsáveis pela guerra são os dirigentes do País X", "Os fatos mostram que nossa vitória é inevitável". No decorrer das operações temos conhecimento que o número de deserções e rendições cresceu de forma espantosa no lado inimigo, que há queixas e protestos contra os dirigentes pela forma como a guerra é conduzida e que os combatentes já não resistem até a morte, como no início das operações. Podemos, sem dúvida, creditar à propaganda militar esses sucessos, pois que foram previstos desde o início e tudo foi feito para consegui-los.

Os comportamentos do inimigo foram modificados através de um trabalho lento e paciente. Partindo de opiniões e atitudes pré-existentis no público-alvo ou criando outras opiniões e atitudes relacionadas com as existentes ou mesmo latentes, procurou-se fazer com que o público aceitasse as nossas idéias como válidas. Atingido esse ponto passamos a exortá-lo à ação, no sentido dos nossos interesses e, uma vez que passe a cumprir as nossas insinuações, teremos atingido a nossa finalidade.

13. CONCLUSAO

Procuramos apresentar no presente trabalho, em linhas gerais, o mecanismo das operações psicológicas seguido por todos os exércitos modernos. É o mesmo adotado pela propaganda política e pela publicidade, porque baseados todos em princípios psicológicos gerais e de validade universal.

O seu conhecimento é de grande utilidade para todos os combatentes, porque, como componentes de um público-alvo, devem estar a par dos processos empregados pelo inimigo para influir sobre o seu moral visando enfraquecê-lo.

Evitando entrar em detalhes técnicos, pretendemos ter levantado o véu de mistério que ainda envolve as operações psicológicas, na esperança de que outros companheiros se interessem por assunto tão palpitante e atual.



HIPÓLITO DA COSTA — O FUNDADOR DO JORNALISMO BRASILEIRO

**Maj Eng QEMA
CLAUDIO MOREIRA BENTO**

I PARTE

FIM DE UMA CONTROVÉRSIA

Ouvi com freqüência, no passado, opiniões ligando pelo nascimento aos municípios, ora de Pelotas ora de Canguçu, RS, a figura excepcional de Hipólito da Costa, consagrado como o fundador do jornalismo brasileiro por ter sido o editor do "Correio Braziliense" de 1808-1822, na Inglaterra, jornal de relevante participação na formação da opinião brasileira para a conquista e preservação de sua grande aspiração — a Independência do Brasil.

Algumas opiniões afirmavam ter Hipólito nascido na Estância Santana, propriedade de seu pai, que abrangia terras destes atuais municípios, cuja sede situava-se em Canguçu. Outras, negando o seu nascimento no Rio Grande do Sul, apegavam-se ao fato de a glória de Hipólito ter sido gerado no ventre materno na Estância de Santana e, após, nascer em Colônia do Sacramento.

A verdade histórica, fruto da pesquisa científica, é bem diversa, pois não confirma as opiniões acima, incorporadas à tradição.

Hipólito liga-se a Pelotas por ter ali vivido os melhores anos de sua vida, de 1782 a 1792, dos 8 aos 18 anos de idade, na Estância de Santana, até partir para estudar na Universidade de Coimbra, para nunca mais voltar ao Brasil e se notabilizar como jornalista, escritor, naturalista, diplomata, advogado, líder maçon, político, historiógrafo, dramaturgo e poeta, além de haver incursionado em outros campos do conhecimento humano.

Paulo Xavier acaba de provar que José Pinto Martins, tido como fundador das charqueadas em Pelotas, não era cearense de Aracati, e sim, português, tudo com base no testamento desta personagem.

A Canguçu, Hipólito se ligaria como proprietário de terras, caso fosse comprovado que a propriedade que herdou, ainda em vida, de seu pai, no local denominado Rincão do Pestana na serra dos Tapes, abrangesse terras desta comunidade.

É uma pesquisa interessante de ser levada a efeito por pesquisadores de Pelotas e Canguçu, dada a importância de Hipólito como precursor da comunicação social brasileira, atualmente em grande desenvolvimento, procurando acompanhar o momento atual da civilização, denominado por muitos — Era da Comunicação.

NASCIMENTO

Hipólito nasceu em 25 de março de 1774, em Colônia do Sacramento, no derradeiro momento em que esta praça pertenceu a Portugal, por força do Tratado de Madri de 1750, após um longo período de lutas iniciadas em 1680, com sua fundação, no qual, através de conquista armada ou por força de tratados ou acordos, passou por diversas vezes, ora para Portugal, ora para Espanha.

Com a tomada da praça em 1777, pelo Vice-Rei do Prata, Marquês de Ceballos, Hipólito, na companhia de seus familiares, foi obrigado a transferir-se para o Rio Grande do Sul como deslocado de guerra.

Sua família deixou em Colônia diversas propriedades que não mais recuperou, embora acalentasse, por muitos anos, o sonho de uma Colônia do Sacramento portuguesa.

FILIAÇÃO

Foram seus pais, Félix da Costa Furtado Mendonça, natural de Saquarema — Rio de Janeiro, e D. Ana Josefa Pereira, natural de Colônia.

Ao nascer Hipólito, seu pai, com 40 anos de idade, era possivelmente um civil, dedicado a atividades agropecuárias em Colônia do Sacramento. A vila de Rio Grande e grande parte da campanha sul-rio-grandense, adjacente aos Fortes de Santa Tecla em Bagé e São Marinho em Santa Maria, estava em poder dos espanhóis de Buenos Aires.

Em mãos portuguesas, barravam o avanço espanhol a Fronteira do Rio Pardo e Porto Alegre, transformada esta em capital do Continente de São Pedro, após invadida a vila de Rio Grande em 1763.

Em 1775, vamos encontrar o pai de Hipólito em Porto Alegre na condição de soldado do Regimento de Roncali que dali partiria para expulsão dos espanhóis da vila do Rio Grande e Fortes de Santa Tecla e de São Marinho.

Neste mesmo ano, ao comando de Rafael Pinto Bandeira, e como sargento, participou da conquista de São Marinho.

Sua ascensão militar foi rápida, pois num ano, iniciado como soldado, o encerrou como alferes, comandante do Forte de São Gabriel da praça de Colônia. Conquistada esta praça, o alferes Félix da

Costa serviria nas guarnições das vilas de Rio Grande e Porto Alegre, até deixar o serviço militar com 57 anos, para radicar-se em definitivo em Pelotas, até morrer em 1818, com 84 anos.

Foi enterrado na Igreja São Francisco de Paula em Pelotas, com o hábito do Carmo, atestado do prestígio de sua pessoa.

Em Pelotas, o alferes Félix da Costa, juntamente com o Padre Doutor Pereira Fernandez Mesquita, tio e padrinho de Hipólito, adquiriram terras no cerro de Santana, reconquistadas aos espanhóis por força das armas, em 1776.

Operando em negócios de trigo, criação de gado e de charqueadas, prosperaram bastante, compensando a perda de suas propriedades de Colônia aos espanhóis, e em período de paz, coincidente com o povoamento de Pelotas, início do fabrico do charque em grande escala no Rio Grande do Sul, na margem do rio São Gonçalo, e valorização da produção do trigo, que a partir de 1808, com a abertura dos portos, sofreu rude golpe, em concorrência com a farinha dos EUA de melhor preço e qualidade, combinado com o desencanto dos agricultores pelo não pagamento da produção e doenças que atacavam o trigo.

Hipólito viveu na Estância Santana em companhia de seus irmãos, Felício Joaquim, mais tarde primeiro vigário coiado de Pelotas, e José Saturnino, mais tarde Senador do Império do Brasil. Ali conviveu com gente simples, agricultores, criadores e pessoal ligado as charqueadas estabelecidas em grande número e, possivelmente, com personagens destacadas, tais como; o grande fronteiro Rafael Pinto Bandeira e o culto português Antonio Gonsalves Chaves, rico charqueador que hospedou Saint Hilaire e Debret, autor de "Memórias Econômico-Políticas" e por esta razão considerado como um dos precursores na história econômica do Rio Grande do Sul. Hipólito e seus irmãos, é quase certo, estudaram sob a orientação de seus tio e padrinho, o Padre Mesquita, doutor em cânones, que deixou uma memória sobre a tomada de Colônia por Cebalos.

É presumível que Hipólito tenha sofrido muito da influência espiritual e cultural de Antônio Gonsalves Chaves, que figurou como fiador na venda da Estância de Santana da família de Hipólito, para um terceiro.

O Padre Mesquita, Gonsalves Chaves e Hipólito, produziram trabalhos denominados "Memórias". Seria coincidência? O Padre Mesquita — perpetuado no arrolamento Padre Doutor em Pelotas — e Antônio Gonsalves Chaves foram dos homens mais cultos de Pelotas ao tempo que Hipólito ali viveu.

PROPRIETÁRIO RURAL

Hipólito da Costa, sempre fora do Brasil, não tomou posse da sesmaria que herdou de seu pai no rincão do Pestana.

Esta circunstância causou-lhe sérios aborrecimentos, pois foi ocupada por terceiros que a registraram em seus nomes.

Em 1822, antes da Independência do Brasil, recorreu ao Príncipe Regente D. Pedro, e este determinou ao Governo do Rio Grande do Sul que promovesse a reintegração de Hipólito na posse da sesmaria que herdara, abrangendo terras, segundo a tradição, dos municípios de Canguçu e Pelotas, fato a comprovar, como disse, pela pesquisa documental, bem como o destino das mesmas, após a sua morte ocorrida pouco depois.

ÚLTIMO DESEJO — RETORNAR AO RIO GRANDE

O feliz período que Hipólito passou em Pelotas marcou profundamente sua vida, contrastando com os "20 anos de exterminios em terras estrangeiras", conforme escreveu. Com base em Acebiádes Furtado Hipólito manifestou o ardente desejo de com 47 anos deixar a Inglaterra e radicar-se em Pelotas, na Estância de Santana.

Neste sentido, escreveu a seu irmão José Saturnino para saber como poderia reavê-la, acrescentando que, "tão logo pudesse arranjar os negócios da família, possivelmente em Colônia do Sacramento, e cobrar o que aqui tenho, vou me estabelecer no Brasil" e "nenhum país me agrada mais do que o Rio Grande".

Era o chamamento da querência, a volta às raízes e o "não permita Deus que eu morra sem que volte para lá".

O guerreiro queria descansar dos 31 anos de lutas em terras estranhas e longe de seus entes queridos, no mundo encantado de sua infância e mocidade — Pelotas.

O sonho e desejo ardente do fundador do jornalismo brasileiro não se concretizou.

Pouco após, decorrido um ano da Independência do Brasil, pela qual tanto lutara através do "Correio Braziliense", este, também fechado fazia 7 meses, Hipólito morreu de uma infecção intestinal, o mesmo mal que vitimara seu irmão, Padre Felício, 5 anos atrás.

II PARTE

UNIVERSITÁRIO EM COIMBRA

Com 18 anos, Hipólito deixou Pelotas e foi enviado para a Universidade de Coimbra onde se formou em Direito, em 10 de junho de 1797, após ter-se formado em Filosofia um ano antes.

Passou no Inquérito moral secreto a que foi submetido pelo corpo docente da Universidade, como era o costume ao tempo de D. Maria I.

Dito Inquérito abrangia aspectos relativos ao procedimento, costumes, merecimento literário, prudência, probidade e desinteresse de cada candidato e era enviado diretamente à rainha para servir de base para o aproveitamento do bacharel para o serviço público de Portugal.

INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO

Três meses após formar-se, Hipólito foi admitido no serviço público por D. Maria I, com base nas boas informações que recebera sobre seu valor.

Seu ingresso no serviço público "coincidiu com um período dos mais agitados que a Europa tem atravessado, duas guerra de proporções mundiais e de implantação de novos ideais políticos e sociais".

Na política, negação do absolutismo e supremacia da lei emanada da vontade popular.

No campo social a luta pela atenuação das conseqüências da desigualdade econômica.

MISSÃO DIPLOMÁTICA NOS ESTADOS UNIDOS

Hipólito, no final de 1797, foi enviado aos Estados Unidos em missão diplomática de caráter técnico e secreto:

Obter o inseto e a planta da cochonila e transportá-los para Portugal.

Estudar a cultura e preparo do tabaco de Virgínia e Maryland, a cultura da batata no tocante aos fertilizantes, e a cultura da cana-de-açúcar.

Devia estudar assuntos ligados à exploração do ouro e prata no México, bem como obras hidráulicas e equipamentos respectivos.

Em síntese, sua missão era a de transferir dos EUA e México para Portugal "know how" tecnológico.

Desincumbiu-se muito bem de sua missão e ampliou-a por conta própria, enviando a Lisboa valiosos relatórios sobre tudo que viu e observou, nada escapando a seu arguto espírito.

Em Filadélfia, onde morou pelo espaço de três anos, travou conhecimento e privou com altas personalidades do mundo científico internacional, ampliando seus conhecimentos e consagrando-se como botânico.

ENTRADA PARA A MAÇONARIA

Em Filadélfia foi atraído pela maçonaria e em certa altura escreveu no *"Diário de minha viagem a Filadélfia"* que gostaria de introduzir no Rio Grande, ou talvez, mais precisamente, no povinho de São Francisco de Paula, atual Pelotas, certa organização maçônica destinada ao preparo e amparo de jovens artifices.

De observação em observação, Hipólito terminou por ser admitido, em 11 de março de 1799, na Loja Maçônica Washington número 59 de Filadélfia.

No outro dia pediu dispensa, alertando do perigo a que se submetia se o governo de Portugal tomasse conhecimento de seu gesto.

PRESO PELA INQUISIÇÃO

Em 1801 retornou a Lisboa onde desenvolveu grande atividade como escritor e editou diversos trabalhos de sua autoria, pela Imprensa Régia, da qual era um dos diretores.

Em fins de julho de 1802, após retornar de uma viagem a Londres em missão dos pedreiros-livres de Portugal, "foi preso e processado pela Inquisição, pelo pretenso crime de framaçom ou pedreiro-livre."

Segundo Mecenas Dourado em excelente pesquisa, Hipólito se iniciou na maçonaria em Filadélfia. Ao chegar em Lisboa desenvolveu intensa atividade nesta organização e foi por ela mandado à Inglaterra, representando quatro lojas de Portugal, desejosas de unirem-se à loja-mãe naquele país.

Hipólito permaneceu prisioneiro nos cárceres da Inquisição durante três anos, nas condições mais miseráveis e sob a acusação de viajar sem passaporte.

Em meados de 1805, auxiliado pela maçonaria, conseguiu evadir-se e asilar-se na Inglaterra.

Entre seus protetores figurava o Duque de Essex, há algum tempo em Portugal e que proporcionou a Hipólito, na Inglaterra, um largo círculo de amizades influentes e facilidades para reiniciar a vida.

PENSAMENTO DE HIPÓLITO

Sintetizando Mecenas Dourado, Hipólito em toda a sua vida revelou grande interesse humano pela solução técnica de certos problemas sociais.

Sua vida foi uma luta constante pela reforma dos costumes políticos e instituições do Brasil-Colônia e Reino Unido a Portugal.

Dizia-se moderado e classificava as revoluções em graduais e repentinas, estas nunca fecundas e quase sempre contraproducentes.

Considerava-se renovador e reformador empenhado em orientar a opinião pública, reformar costumes pela ação educativa e em oferecer diretrizes de progresso ao bem-estar da nação.

O progresso, dizia, se obtém por meios pacíficos e originários do conhecimento científico e da persuasão.

Com esta idéia de persuasão, Hipólito já antevia a importância da Comunicação Social na construção do progresso material e espiritual harmônico de uma nação.

Na sua concepção, a invenção da Imprensa, a passagem à Índia pelo Cabo da Boa Esperança e outros fatos semelhantes, produziram revoluções consideráveis sem necessidade de derramamento de sangue fraterno.

O "CORREIO BRAZILIENSE"

O que lhe deu merecida celebridade e o título de fundador do jornalismo brasileiro foi a fundação do "Correio Braziliense" em Londres, que funcionou de 1.º de junho de 1808 até dezembro de 1822, portanto durante 13 anos e meio com um número mensal.

"O Correio Braziliense ou Armazém Literário" era uma brochura de cerca de 140 páginas dividido nas seguintes seções: Política, Comércio e Artes, Literatura e Ciências, Miscelânea, Correspondência e Reflexões sobre as novidades do mês.

Para Mecenas Dourado, o "Correio Braziliense" foi fundado para preparar para o Brasil instituições liberais e melhores costumes políticos e não para pregar a independência.

Hipólito advogava a união do Brasil a Portugal em pé de igualdade.

Passou no entanto a preconizar a Independência do Brasil a partir do momento em que as Cortes de Lisboa pretenderam reduzir o Brasil à antiga condição de colônia.

Antes, contribuiu de maneira indireta para a Independência ao atacar sistematicamente as instituições despóticas de Portugal no Brasil, desprestigiando o sistema colonial.

Em junho de 1810 escreveu em certa altura:

"Todo o individuo que se esforça pelos meios que tem a seu alcance para ilustrar e instruir seus patriotas, nas verdadeiras idéias de governo e das formas que podem contribuir para a felicidade pública, faz um bem real à nação".

HIPÓLITO E A EDUCAÇÃO

Hipólito dedicou especial atenção à educação de seus compatriotas, através do "Correio Braziliense" apresentando sugestões para a mais eficiente difusão do ensino primário em Portugal e no Brasil.

A preocupação com a educação do povo brasileiro, hoje de grande atualidade, já o era desde os tempos de Hipólito.

O próprio jornal, no seu conjunto, procurava elevar o nível cultural dos seus leitores, portugueses e brasileiros.

O reconhecimento de sua ação de educador, consta do documento existente na igreja onde foi sepultado:

"Por seus numerosos e valiosos escritos difundiu entre os habitantes do Brasil o gosto pelo conhecimento humano".

Mereceram tratamento comparável aos problemas de Ensino Primário, de parte de Hipólito em seu jornal, os relativos à Economia Política e de comparação das Constituições de Portugal e Inglaterra, ambos, problemas relacionados com a Educação, mas num nível mais elevado.

Hipólito era um defensor intransigente da monarquia constitucional, em substituição ao absolutismo, e achava essencial o estudo de economia política de parte de todo o homem público.

Transcreveu através do jornal a obra de Simone de Sismondi, economista suíço que, entre outras coisas, preconizava:

"O objeto da economia política não é apenas conhecer os fenômenos de produção, distribuição e consumo de riquezas, como também, as consequências sociais do trabalho industrial.

A economia política é dependente das necessidades sociais e instrumento político a ser manejado pelo Estado, como órgão fiscalizador da produção e da distribuição vantajosa por todos os indivíduos que o compõem, sem perturbação da ordem social e das instituições".

INTERPRETE DAS ASPIRAÇÕES DE SEU POVO

Estes eram os aspectos essenciais que julgamos necessários abordar numa síntese da vida deste grande brasileiro, por ocasião do ano do Sesquicentenário da Independência do Brasil, para cuja concretização e reconhecimento contribuiu, decisivamente, como jornalista.

Segundo Mecenas Dourado, "Hipólito versou e debateu todos os problemas fundamentais que interessavam às necessidades e à cultura de seu tempo. Foi um dos melhores talentos e uma das mais

completas organizações intelectuais de sua geração. Neste particular não teve superiores nem no Brasil nem em Portugal”.

Brasileiro como sempre se considerou, foi, a seu tempo, como tentei demonstrar, e na qualidade de comunicador social de primeira grandeza, um grande intérprete e ardoroso defensor das aspirações do povo brasileiro, de unidade, integridade, prestígio internacional, democracia, paz social, prosperidade espiritual e material, preservação dos valores espirituais e morais da nacionalidade e, sobretudo, da aspiração máxima de qualquer povo — a independência.

Com justa razão é considerado o fundador do jornalismo brasileiro, e decorridos 150 anos de sua morte, sua vida e obra contêm valiosos e atuais ensinamentos para os que se dedicam no Brasil à comunicação social inspirados pelos ideais de seu precursor.

OS RESTOS MORTAIS

Os restos mortais deste grande brasileiro repousam, faz mais de 148 anos, na igreja de Santa Maria, Harley, condado de Berkshire, esquecido por todos quantos contemplam a sua campa, da imensa contribuição de Hipólito através do “Correio Brasiliense” e atividade maçônica.

No interior da igreja existe documento mais explícito que diz bem de sua grandeza, e de autoria atribuída a seu grande amigo e protetor, que proporcionou sua fuga dos cárceres da Inquisição de Portugal em 1805 — O Príncipe Augusto Frederico, Duque de Sussex, filho de George III da Inglaterra e, a partir de 1813, Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica de seu país.

“Dedicado à memória do Comendador Hipólito da Costa falecido a 11 de setembro de 1823 com a idade de 46 anos.

Um homem não menos distinto pelo vigor de espírito e proficiência científica e literária do que pela inteireza do seu caráter e firmeza de atitudes. Descendia de uma nobre família do Brasil, e na Inglaterra residiu durante os 18 últimos anos, nos quais, por seus numerosos e valiosos escritos, difundiu entre os habitantes do Brasil, o gosto pelo conhecimento humano, a afeição pelas artes que embelezam a vida e o amor pela liberdade dentro dos limites das leis sãs e dos princípios de mútua benevolência e boa vontade.

Um amigo que conheceu e admirou as suas qualidades, assim as recorda para proveito da posteridade”.

UMA SUGESTÃO A IMPRENSA DO BRASIL

O desejo de Hipólito de retornar para a pátria e fixar-se em Pelotas, penso, possa ser realizado através da transladação de seus restos mortais para a antiga Estância de Santana em Pelotas.

Penso, igualmente, possa a tarefa ser encampada e realizada pela Imprensa do Brasil, da qual foi o fundador e destacado integrante.

Qual a melhor oportunidade para a transladação?

O ano de 1972, Sesquicentenário da Independência para a qual tanto contribuiu através de sua decisiva atividade jornalística no "Correio Brazillense" e eficaz atividade maçônica?

O ano de 1973, sesquicentenário de seu falecimento, ou o ano de 1974, segundo centenário de seu nascimento?

É uma sugestão que o historiador aponta à decisão da Imprensa do Brasil, para que este grande patriota volte à Pátria mesmo através de seus veneráveis restos mortais, para ser cultuado, eternamente, pelas gerações do Brasil de hoje e de sempre, como um exemplo a seguir e, mesmo, em respeito a seu grande desejo.

Fontes de consulta:

BENTO, Conrado Ermani — Arquivo Pessoal — Canguçu — RS.

DOURADO, Macenas. Hipólito da Costa e o Correio Brazillense. RJ, Bibliex, 1937, 2 vol.

FREYRE, Gilberto. "O Pan-Brasileiro Assis Chateaubriand". Caderno Moinho Recife n.º 9, Recife, nov 1971.

FURTADO, Alcebiades. "Biografia de Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça" Revista do IHGSP. São Paulo, vol XVII, 1912.

MELO, Homem de, Barão. "Biografia de Hipólito José da Costa Pereira" Revista do IHGB. RJ, 1872, tomo 34.

ORNELAS, Manoelito de, "Gaúchos e Beduínos", Porto Alegre, 1950.

OSÓRIO, Luiz Fernando, Filho. A Cidade de Pelotas, Pelotas, RS, 1919.

RHEINGANTZ, C. "Os últimos povoadores de Colônia do Sacramento". Revista do IHGRGS. Porto Alegre, 1931.

RIZZINI, Carlos. Revista O Cruzeiro, 29 Out 1935.

PESQUISA OPERACIONAL (*)

Ten Cel Cav QEMA

PAULO EMILIO SILVA GARCIA

CONCEITUAÇÕES BÁSICAS

O conjunto de eventos de um determinado universo é passível de enfoques característicos visando a adequabilidade dos meios utilizados para a concretização de objetivos almejados, assegurada uma variação de grau de confiança que está correlacionada aos próprios universos dos quais se origina.

A escolha da aplicabilidade das técnicas operacionais, nos sistemas que compõem os diversos universos, obedece à existência de condições de confiabilidade e veracidade. A própria mutabilidade dos fenômenos e processos leva a duvidar-se, em alguns casos específicos, qual deva ser a técnica mais adequada à abordagem do problema.

A decisão ou conjunto de decisões, fundamentada nas soluções ou alternativas das soluções, faz parte de um Sistema com estrutura e inter-relações afins que define uma situação de fato, cujas previsões estão vinculadas às leis normativas de funcionamento do mesmo sistema.

Segundo R. L. Ackoff, a palavra "sistema" é descritiva de grande variedade de fenômenos. Fala-se, por exemplo, de sistemas filosóficos, sistemas numéricos, sistemas de comunicações, sistemas políticos e sistema de armas. Alguns deles são construções conceituais; outros, entidades físicas. Uma organização, pelo menos em parte, pode ser definida como um sistema autocontrolado.

O economista Bertalanffy, na tentativa de classificar sistemas físicos, biológicos e sociais, acabou criando um novo campo de pesquisas: a teoria dos sistemas. Tanto a cibernética — ciência que estuda os sistemas de comunicação e autogoverno nos animais e nas máquinas — quanto a pesquisa de sistemas gerais, tratam do projeto, funcionamento e análise de sistemas.

É comum a divisão dos sistemas em dois grupos principais que, praticamente, correspondem aos respectivos universos:

- sistemas determinísticos
- sistemas probabilísticos.

(*) Este trabalho é continuação do publicado no n.º 640, nov./dez. 71, da revista com o mesmo título.

Nos primeiros, se pode prever sem risco de erro. O mesmo não acontece nos sistemas probabilísticos. Nestes, é possível, ou mesmo provável, prever-se o comportamento futuro, em numerosos casos, seja pela análise estatística do conhecido sobre o comportamento passado, seja pelos aspectos correntes do sistema, seja ainda, pela "simulação" do tipo de sistema em discussão.

Na opinião de Gordon Pask, referindo-se a sistemas abertos com entradas e saídas contínuas, contrastando com os sistemas fechados das ciências físicas, "o ponto crucial de uma organização é a estabilidade". Já Bertalanffy dá ênfase aos sistemas abertos que buscam "metas", como seria o caso das sociedades humanas que procuram uma posição de estabilidade em todas as ocasiões em que seu equilíbrio é perturbado. Este fato encerra implicações interessantes para o estudo das organizações dos sistemas; se os processos mediante os quais buscamos o equilíbrio são continuamente perturbados por instruções ministradas a subsistemas — políticos, econômicos ou sociais — sem levar-se em conta os efeitos sobre o sistema global, ou outros subsistemas, haverá todas as probabilidades de instabilidade ou oscilação. O êxito de muitos administradores de alto nível governamental ou empresarial será, talvez, devido ao reconhecimento inconsciente desse fato, limitando-se a proporcionar condições favoráveis à evolução do sistema e a permitir que as forças que o alimentam, procurem caminhos próprios em direção a metas globais.

O Dr. Thomaz L. Saaty na introdução de seu trabalho, "Métodos Matemáticos de Pesquisa de Operações" — com certo sabor filosófico — quis focalizar a falácia de se pretender fixar, em uma definição rígida, atividades complexas o que, na maioria das vezes, poderá conduzir a dificuldades de compreensão da verdadeira conceituação, tirando-lhe o caráter dinâmico e restringindo-lhe a flexibilidade necessária à sua aplicação. Isso se aplica ao tema em desenvolvimento, posto que, não há ainda, na literatura especializada, uma definição, de aceitação generalizada, sobre o que seja "Pesquisa Operacional". Tendo em vista focalizar os aspectos essenciais que consubstanciam a conceituação emprestada atualmente a essa atividade, passaremos a citar diferentes opiniões e conceitos expressos por estudiosos ou especialistas no assunto.

O próprio Dr. Saaty assim definiu "Pesquisa Operacional":

"... é a arte de dar respostas ruins a problemas que de outra forma teriam soluções piores."

Os Drs. George E. Kimbal e Philip M. Morse, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, em seu renomado trabalho "Métodos de Pesquisa e de Operações", definem:

"... é um método científico de prover o dirigente executivo de uma organização, de uma base quantitativa, para suas decisões relacionadas com as operações sob seu controle."

O Dr. Ellis A. Johnson, ligado aos trabalhos da Universidade John Hopkins, no seu livro "Aplicações da Pesquisa de Operações na Indústria", consigna:

"... é a predição e a comparação do valor da eficiência e do custo de uma série de ações específicas que colocam em jogo sistemas Homens-Máquinas, visando a alcançar os objetivos dados. Para esse fim, utiliza um modelo de ação determinada pela análise lógica e, quando isso se torna possível, por métodos matemáticos."

O professor Jacinto Steinhardt, ligado ao MIT em artigo intitulado "O papel da Pesquisa de Operações na Marinha", de forma sintética, expressou-se:

"... é pesquisa dentro de operações."

"... é bom senso quantitativo."

Já o General Renault, do Exército Francês, na publicação "A Pesquisa Operacional Militar" da Escola Superior de Guerra da França, apresentou três definições:

"... consiste em introduzir o método das ciências puras, não só aos estudos do material, das máquinas, dos indivíduos considerados isoladamente, mas também, ao estudo das atividades destes elementos, como um todo, como um processo global, numa operação determinada."

"método científico que permite fornecer aos dirigentes uma base quantitativa a respeito de decisões a serem tomadas."

"método de predição de probabilidades ou resultados consecutivos, que derive de um processo dado."

O mesmo Gen Renault cita, também, o autor francês professor Pierre Auger, que referindo-se a Pesquisa Operacional no campo militar disse:

"tem por finalidade fornecer uma base racional e, na medida do possível, numérica, às decisões de Comando, até então frequentemente deixadas à mercê de impulsos, instintos e emoções."

O dicionário da Força Aérea Norte-Americana, por sua vez, consigna:

"... é o estudo, por processos científicos, dos problemas que surgem no decorrer das operações de determinada organização."

Acreditamos, neste ponto de nosso trabalho, já estarmos em condições de destacar as idéias básicas que, no nosso entender, caracterizam a conceituação atual do que seja "Pesquisa Operacional" e de estender algumas considerações a respeito do assunto.

"Pesquisa Operacional" é pois o que seu nome sugere: Ela não visa criar meios, nem tampouco aperfeiçoar ou desenvolver os meios existentes; seu propósito básico é apresentar uma solução lógica para o problema enfocado, visando tornar máximo o rendimento do sistema ou da organização, analisado em seu funcionamento. Surgiu da necessidade da aplicação de métodos científicos para facilitar aos Chefes ou Dirigentes a tomada de decisões. Seus estudos se apóiam na determinação de bases quantitativas.

Prover o Dirigente ou Chefe, de bases para as decisões que só a eles competem — situa, exatamente, o papel da "Pesquisa Operacional". Ela não dita a solução mas apenas indica o custo, as vantagens e os riscos, etc., peculiares às diversas soluções possíveis; esporadicamente propõe uma escolha ponderada entre as mesmas; nos grandes problemas militares há ainda, e talvez haja sempre, outros fatores inadequados ao tratamento pelos métodos científicos, e que dependem exponencialmente da experiência, do talento, da inspiração do Chefe.

A "Pesquisa Operacional" assiste, portanto, àquele que decide fornecendo-lhe, tanto quanto possível, estimativas quantitativas de custo e eficácia de cada uma das várias soluções ou linhas de ação ou alternativas, que ele poderia escolher. A marcante distinção dessa atividade é que essas estimativas são baseadas, não em opiniões nem na intuição, como tampouco em simples extrapolações de experiências passadas, mas sim, em uma análise quantitativa.

Pode-se dizer que para os militares a "Pesquisa Operacional" nada mais é do que um prolongamento e uma modernização dos tradicionais Estudos de Estados-Maiores.

A "Pesquisa Operacional", realizada por meio de técnicas simples, praticamente sempre existiu no meio civil, mas o que lhe deu relevo foi o seu emprego, sistemático, no campo militar, durante a última Guerra Mundial. Após aquele conflito ela se desenvolveu, a tal ponto, que hoje as grandes empresas civis e as Forças Armadas dos países mais desenvolvidos não a dispensam.

A finalidade primordial da "Pesquisa Operacional" é cooperar para a maior eficiência e o menor custo das operações. Visa "otimizar" a operação ou o sistema estudado, "maximizando" a eficiência ou o ganho e "minimizando" o custo ou o risco.

"Pesquisa Operacional" é um trabalho de equipe, integrada por especialistas civis e militares de diferentes setores e campos do conhecimento científico. Na organização dos grupos de "Pesquisa Operacional", o problema fundamental consiste em fazer o militar compreender o auxílio inestimável que pode receber do cientista e em convencer a este que, por maior que seja a sua cooperação, na solução dos problemas, a decisão cabe única e exclusivamente ao Chefe. A função da "Pesquisa Operacional", portanto, é apenas de assessoria; seu papel é influenciar Decisões.

Um estudo verdadeiro de "Pesquisa Operacional" prevê respostas "realistas" a problemas prático-orais. Nessas condições, as técnicas e instrumentos usados não devem, jamais, ser limitados; todos os fatores significativos do problema devem ser considerados.

A essência da "Pesquisa Operacional", na maioria dos casos, está na determinação de um "modelo" que represente, simbólica e simplificada, a operação estudada e na observação estatística do comportamento físico, e do desenvolvimento matemático decorrente, para descobrir as leis e os parâmetros numéricos que convém fazer intervir. Chega-se, assim, à ou às soluções procuradas.

Finalmente uma última apreciação sobre a "Pesquisa Operacional":

A "Pesquisa Operacional" é um método científico que não pode mais ser desconhecido, nos dias de hoje, pelos militares e pelos civis com responsabilidade na Segurança Nacional. É um elemento novo que, alargando a área em que se processam os estudos das grandes questões de segurança, permite a racionalização das decisões, tirando, é verdade, ao chefe, uma parcela do seu poder pessoal, mas dando, à sua ação de comando, um sentido de maior dignidade.

FONTES DE CONSULTA

PESQUISA OPERACIONAL COMO INSTRUMENTO DE GERÊNCIA — Joseph F. MacCloskel e Florence N. Trefethen.

A PESQUISA OPERACIONAL — I-62-59-ESG — Coronel Pereira Conceição (Do Exército Português).

A PESQUISA OPERACIONAL — C-16-63-ESG — Cel Av José Ayrton Bezerra Studart e Ten Cel Jofre Sampaio.

A PESQUISA OPERACIONAL — C-33-65-ESG — Equipe do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra.

PESQUISA OPERACIONAL — C2-28-67-ESG — Cel Jofre Sampaio.

MÉTODOS DE ANÁLISE — C-29-68 — Equipe do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra.

PESQUISA OPERACIONAL — C-30-68-ESG — Embaixador Octávio Augusto Dias Carneiro.

SOLICITAÇÃO

VOCE, que tem idéias sobre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-as no papel e remeta-as para esta Redação. Use a sua tribuna para difundi-las.

VOCE, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo assim a todos.

VOCE, S-3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado.

VOCE, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um novo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fez algo novo, digno de ser divulgado e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia, para inserirmos na Revista.

VOCES, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem-nos suas colaborações.

Serão bem-vindos!

A REDAÇÃO

COMUNICAÇÃO E SEGURANÇA NACIONAL

Ten Cel

EDMIRSON MARANHÃO FERREIRA

O Comunicador tem em suas mãos a mais terrível forma de violência — "a Violência Psicológica".

1 — IMPORTANCIA E ALCANCE DA COMUNICAÇÃO

O valor da comunicação no mundo atual é indiscutível. A grande massa de atividades de comunicação por si só evidencia essa afirmativa. A palavra Comunicação tornou-se popular e repetida amplamente. Comunicam-se patrões e empregados, professores e alunos, pais e filhos, comandantes e comandados, pessoas e nações entre si. Já se fala hoje da "indústria da comunicação", onde atuam comunicadores, pesquisadores, veículos de comunicação, técnicos, distribuidores, etc., num grande complexo industrial onde o produto é a mensagem específica à obtenção de um comportamento humano desejado e tecnicamente programado.

O que se visa através do processo da Comunicação? Julgamos válida a interpretação de David Berlo ("O processo da comunicação") — "Nós nos comunicamos para influenciar e para afetar com intenção". Creio que o Comunicador tem realmente sempre um objetivo expresso ou inconsciente. Entretanto é lógico que o ato da comunicação não pode revelar seu objetivo sob pena de redução da força persuasiva. Daí, os diferentes mascaramentos sob as formas de: Relações Públicas, Informações, Relações Humanas, Propaganda, Publicidade, etc. ... A nosso ver todas essas atividades visam afetar um determinado comportamento — visam produzir uma "determinada resposta", dentro dos objetivos predeterminados pelo comunicador.

O estágio atual da Comunicação Social propicia um impressionante cabedal de meios de manipulação do pensamento e do comportamento das massas humanas.

A influência que pode exercer no comportamento das populações constitui hoje um fabuloso instrumento de imposição de vontade, cientificamente aplicado, dentro de interesses sociais, religiosos, econômicos, políticos e militares.

2 — PAPEL DA COMUNICAÇÃO NA SEGURANÇA NACIONAL

a. A inter-relação Desenvolvimento-Segurança sob o ângulo da Comunicação:

— A preocupação com a segurança é intrínseca ao homem. Mesmo nas Sociedades mais evoluídas o homem preocupa-se cada vez mais com a segurança. Levando a análise desta atitude ao comportamento grupal, no quadro do homem coletivo, vemos também a mesma preocupação. O processo de interação social intergrupos ou interações tem sido frequentemente por conflitos. Por outro lado, convém lembrar que o problema de segurança coletiva relacionava-se, em épocas passadas, predominantemente com a agressão física ao território e à população.

Entretanto, com o desenvolvimento técnico e científico; com o surgimento do fenômeno da cultura de massa; com o aperfeiçoamento da Comunicação Social a serviço de objetivos políticos e ideológicos; com a interpenetração cultural pela emissão maciça de mensagens dentro da aldeia global do mundo de hoje, outras formas de ameaças apareceram. O domínio físico territorial passou a plano secundário, com a prevalência do domínio mental das populações. Surge assim um novo inimigo que pode germinar no seio da própria população — o inimigo interno — doutrinado, intoxicado, financiado ou manipulado psicologicamente.

Campanhas de Comunicação Social planejadas e conduzidas pelas grandes agências internacionais doutrina politicamente, provocam pressões de base, geram desordens e retardam o desenvolvimento de nações. O desenvolvimento pressupõe um clima de ordem e tranquilidade. Por outro lado, progresso e a elevação dos padrões sociais, geram condições de paz social. Eis o inter-relacionamento entre desenvolvimento e segurança intimamente vinculado à aplicação da Comunicação Social.

b. Comunicação e desenvolvimento:

Neste tópico, é uma satisfação trazermos o pensamento do professor Wilbur Schraman ("Comunicação de Massa e desenvolvimento").

Schraman caracteriza uma posição otimista, positiva e elevada da Comunicação Social, ao afirmar "*A informação livre e adequada é necessária ao desenvolvimento econômico-social*".

Não há dúvida que a comunicação pode ser um valioso instrumento a serviço das nações em processo de desenvolvimento. Neste sentido tem atuado a própria UNESCO, através do seu Departamento de Comunicação de Massa, executando projetos destinados ao preparo dos veículos de Comunicação para atuarem como forças propulsoras de programas de desenvolvimento. A força do processo de comunicação pode levar o homem a reagir coletivamente para o progresso, para o prazer, para a autodestruição, ou para arregimentar a sua própria segurança. Daí atuar positivamente ou negativamente. Eis a beleza ou o perigo da

Comunicação. Sua força deve ser canalizada para o bem-estar coletivo — educando, informando bem, conscientizando para a participação positiva, gerando otimismo, sensibilizando uma conduta comunitária face aos problemas de desenvolvimento e segurança. No aspecto conjuntural brasileiro, ao considerar a nossa posição na perspectiva mundial, se esboça de antemão o problema econômico da necessidade de crescer com o índice superior a 7%, a fim de reduzir a distância de progresso com outras nações. Para se assegurar essa necessária e rápida aceleração do crescimento, com caráter auto-sustentável, será imprescindível a preparação psicológica da alma brasileira, para a criação de uma força de trabalho consciente, idealista e patriótica. Eis o papel da Comunicação.

c. Comunicação e Segurança:

Nos dias atuais, basicamente no concernente às nações em desenvolvimento, maiores vítimas de desequilíbrios sociais e de debilidade em seu campo psicossocial, fala-se apropriadamente em "*crescimento auto-sustentável*" e não apenas em crescimento. Os problemas atuais de segurança interna, particularmente os das nações democráticas, exigem o fortalecimento das bases psicológicas da população, de modo a suportar as investidas da guerra psicológica do Comunismo Internacional, cujos objetivos básicos visam a retardar e sabotar o progresso, fomentar conflitos intergrupos e interclasses e gerar indisciplina e derrotismo. Em linhas gerais dentro do quadro de atuação da guerra revolucionária, como instrumento de conquista do poder para a implantação da nova ideologia, faz parte da estratégia, corromper e abalar os costumes e valores culturais através das chamadas técnicas psicológicas destrutivas. Com o caráter nacional das guerras modernas, envolvendo toda a população, a Comunicação Social projetou-se como um instrumento também de decisão dos conflitos internacionais, seja na guerra convencional, seja na guerra revolucionária, empreendida esta diuturnamente pelo Movimento Comunista Internacional.

3 — A COMUNICAÇÃO COMO INSTRUMENTO BÉLICO

O uso da comunicação como instrumento político-militar surgiu com o primeiro conflito entre indivíduos, tribos ou nações. Acontece que apenas os chefes mais clarividentes e iluminados utilizavam a comunicação para consecução dos objetivos político-militares. Na história das guerras aparecem numerosos exemplos.

Heródoto ao descrever a guerra greco-persa relata a atuação de Temístocles, ao tentar retirar das forças navais persas o apoio de seus aliados Jônios e Carianos, lançando mensagens de valor persuasivo, escritas nos pontos de água.

O Duque de Caxias na pacificação do Rio Grande do Sul e do Maranhão utiliza técnicas de Comunicação Social.

Durante a 2.^a Guerra Mundial e na Guerra da Coréia foram utilizadas largamente operações de Comunicação Social, táticas, estratégias e de consolidação. Panfletos, rádio, alto-falantes, jornais, revistas, contatos diretos e pessoais, foram veículos amplamente utilizados.

Entretanto ocorreu um fenômeno curioso: com a paz, as ações bélicas desapareceram, porém permaneceu com maior desenvolvimento o emprego da Comunicação Social como instrumento de influência para o domínio das populações. A Comunicação Social passou a ser a arma básica da Guerra Fria. O seu emprego tem sido facilitado não só pelo avanço das ciências básicas e desenvolvimento dos veículos, bem como pelo surgimento do fenômeno do homem-massa cujo perfil psicológico revela: solidão mental, apesar de viver em grupos; atuação como homem coletivo, aparecimento do medo e solidão e vazio íntimo. Este vazio pode facilmente ser preenchido pelas mensagens a ele dirigidas.

4 — CONCLUSÃO

O aperfeiçoamento de técnicas capazes de produzir comportamentos predeterminados, colocou ao dispor do homem uma das mais fabulosas formas de violência — a violência psicológica. O comunicador pode manipular este instrumento no bom ou no mau sentido. Ele pode desempenhar uma tarefa importante no processo de desenvolvimento.

No quadro nebuloso, impreciso, sub-reptício da Guerra Revolucionária, a arma da Comunicação Social avulta de importância.

Marshall MacLuhan ("Os meios de comunicação como extensão do homem"), vislumbra o primado psicológico dos conflitos atuais, ao afirmar "*A tinta e a fotografia estão suplantando os soldados e os tanques. Diariamente a pena se torna mais poderosa do que a espada. A persuasão elétrica, pela fotografia, o cinema e a TV, age impregnando de novas imagens populações inteiras*".

A Comunicação Social é assim um instrumento capaz de nos levar à vitória ou à derrota, à intranquilidade ou ao caos. Tudo vai depender da atitude tomada pelo comunicador.



A SOBREVIVÊNCIA NAS CAATINGAS : UM DESAFIO A CONSIDERAR

Cap. Int
LECY JOSÉ DE OLIVEIRA

Se o CIGS, atualmente COSAC, respondeu admiravelmente às divagações sobre o combate nas selvas, por que não se responder, agora, sobre as incertezas e dificuldades de uma luta nas terras de Caatingas?

O Agreste e o Sertão têm seus aspectos particularíssimos, que em muito os diferem da Amazônia e da mata atlântica, e, um combate nessas regiões terá suas características próprias, tão cruentas, imprevisíveis e difíceis, quão difíceis, imprevisíveis e cruentas são essas terras.

Passou Conselheiro. Passaram cangaceiros e jagunços, mas ficou o chão em que pisaram. Monótona, permanece a verdade nua e crua de paragens cruas e nuas.

Não se criam novas formas nesse deserto. Quando vem a seca, elas são as mesmas: desoladas e aterroradoras, tristes e desafiantes. Parece, então, que o tempo não passou.

Cremos, e estamos convictos, da importância e necessidade de capacitar nossos homens para um combate nessas terras. Não duvidamos, em nenhum instante, da "aptidão" de nossas tropas, porém, em se considerando que "Capacidade é Aptidão Realizada", estamos conscientes que nossa "capacitação" para superar os obstáculos da Caatinga será um fato, quando aceitarmos seu desafio, estagiarmos em seu seio, experientarmos as agruras de uma sobrevivência mais que difícil, exercitarmos nossas aptidões, engendrarmos nossas improvisações, onde a água é quase mentira e o inferno quase verdade.

Os que chegam ao Nordeste, impressionam-se com a paisagem: praias, coqueiros, jangadas. A exuberância de seu folclore, a força de suas tradições, cirandas e maracatus deixam perplexo o forasteiro. Temos, também, nos impressionado com as experiências de sertanejos e vaqueiros na luta para sobreviver no Sertão e no Agreste. O depoimento de camaradas, oriundos desses pontos, enriquecem, em muito, nossa coletânea, juntamente com observações nossas em missões e exercícios ali efetuados.

Esses dados nos levaram à elaboração de anotações para a sobrevivência a que demos o nome de "Pequeno Maceteiro do Combatente na Caatinga". Nossa pretensão, nesse trabalho, não foi outra senão colaborar e oferecer sugestões no preparo da tropa, transmitindo nossas buscas de dois anos.

Aqui, nosso despretensioso artigo aborda, de modo condensado, alguns itens do "Maceteiro" aludido.

Como "viver" o homem em terras onde árvores franzinas e retorcidas mal conseguem "vegetar"?

A fome, a sede, as rudezas são vencidas. É necessário sabermos como fazê-lo.

O sertanejo sabe.

Procuraremos, em resumo, citar algumas das maneiras práticas de sobrevivermos usando os meios de fortuna de seus próprios habitantes e os recursos que a natureza, restritamente, lhes fornece.

I — AS REGIÕES NATURAIS

No quadro das "paisagens geográficas", apresentam-se o solo e o subsolo, o relevo (alturas e depressões), o clima, a hidrografia e a vegetação, como fatores de características definidas.

A vegetação é, de todos os acidentes, o que mais caracteriza os panoramas de uma região.

No Nordeste (e isso se observa mais acentuadamente em Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte), a vegetação impõe quase três aspectos distintos: a mata, o agreste, o sertão.

É bem verdade que cinco vegetações distintas aparecem na região Nordeste: a *floresta equatorial*, que é um prolongamento da Amazônia em território maranhense, dando lugar aos cocais de babaçu, mais para Leste; a *floresta tropical*, do Rio Grande do Norte ao sul da Bahia, quase que dizimada, pelo plantio da cana-de-açúcar; o *cerrado*, no sul do Piauí e Maranhão, e oeste baiano, onde surge a carnaúba, "árvore da vida" do Nordeste; a *vegetação litorânea*, com alagadiços e coqueirais praianos; a *caatinga*, abrangendo maior parte do Nordeste.

Mas, em termos de sobrevivência, é necessário abordar de outra forma e distinguir a zona de matas, o agreste e o sertão.

Para nós, interessam-nos, sobremaneira, os dois últimos.

a) O *agreste*: esta área, que se estende do Rio Grande do Norte até Alagoas, começa praticamente onde se podem notar os últimos vestígios da Zona da Mata.

É na verdade uma área de transição com características próprias, que termina onde começam os sertões, no topo do planalto da Borborema.

No agreste, o chão das caatingas é alterado pelos brejos, verdadeiros vales, sempre verdes, mesmo na seca, com a presença de roçados, açudes e aldeias.

b) O *sertão*: rareiam-se os "brejos", vales férteis e sempre verdes, não mais se alternando com as caatingas.

Já se distingue, então, na caminhada para o interior, a presença do sertão, semi-árido, de terreno cristalino que esbarra, a Oeste, nos locais e no cerrado, e, em direção ao Sul, penetra em Minas Gerais.

É o "sertão do verde quando chove", repetindo Hilton Sette. É mais um dos contrastes nordestinos. Terra de seca inclemente, se não chove por mais de 9 meses, muda seu aspecto, quase que num milagre, após o segundo ou terceiro dia da chuva. O solo impermeável não retém as águas das chuvas.

Para compensar, a natureza revestiu essas terras de plantas cactáceas (amigas das secas), plantas essas que retêm água em seus caules, devido à membrana impermeável que as envolve, dificultando a evaporação.

As folhas caídas das pequenas árvores cobrem o chão, dificultando a evaporação da pouca água armazenada no solo. Daí o aspecto desolador da caatinga durante o estio.

II — A ÁGUA

Bem sabemos que em alguns pontos dos sertões pisamos em plena seca, sobre verdadeiros lagos subterrâneos. É o caso da bacia piauiense, a maior reserva freática do Brasil, que se estende da chapada do Araripe até o sul do Maranhão, incluindo o vale do Rio Gurguéia.

Muitos são os poços artesanais a jorrar água no Nordeste. No Núcleo Colonial de Gurguéia, por exemplo, a vazão tem sido compensadora.

Mas, tratamos aqui dos recursos do combatente em conseguir água. Ocupamo-nos em pensar na água imediata, obtida com os recursos do sertanejo.

a) *Caldeirões*: São curiosas cisternas naturais, que conservam água de chuvas passadas, por longo tempo.

É necessário ferver essa água, ou tratá-la, antes do uso.

b) *Barreiros*: Antes das chuvas, os habitantes da região preparam uma espécie de bacia, de até cinquenta metros de diâmetro, cujo fundo é pisoteado pelo homem e pelo gado, até consolidar o solo; para ser ingerida, essa água também necessita de fervura ou de outro tratamento.

c) *Brejos*: Escassos no Sertão, porém, frequentes no Agreste, aparecem entre as caatingas, alguns vales férteis, ricos em pontos de água, onde se plantam pequenos roçados. São os chamados brejos, que continuam a fornecer água nos poços cavados, ainda nas mais rigorosas estiagens. Em torno desses "oásis", vive geralmente uma pequena povoação.

d) *Condensação da umidade*: Um outro recurso é colher, durante a noite, a pouca água condensada nas folhas, que escorre em filetes pelos troncos das árvores. O processo é lento e a água muito pouca.

e) *Gravatá aguado*: Encontrado comumente nas regiões mais secas, conserva água entre suas folhas.

f) *Macambira*: Semelhante ao gravatá, porém de menor capacidade de retenção de água.

g) *Mandacaru*: Consegue-se água pisoteando e espremendo seus pedaços mais verdes.

Normalmente, apresenta seis faces como lâminas com espinhos nas extremidades.

h) *Xique-xique e facheiro*: Essas plantas se assemelham. O *facheiro* é de maior porte, com ramificações mais abundantes. O *xique-xique*, menor, com espinhos maiores.

Fornecem água mediante o mesmo recurso aplicado ao *mandacaru*.

i) *Umbuzeiro* (umburama): Importantíssimo para a sobrevivência na Caatinga. Quando falarmos de alimentos, voltaremos ao *umbuzeiro*. Suas raízes apresentam protuberâncias (cafofas), como batatas, que acumulam água.

Esta protuberância da raiz (cafofa) deve ser seccionada na parte de cima. Um aquecimento abaixo da mesma fará porejar água, para uso imediato, na parte seccionada. Outro modo: espremer a batata.

Esses recursos que vimos, mais as escavações de poços nos leitos dos rios intermitentes ou temporários, isto é, aqueles que secam na estiagem, são recursos do sertanejo para obter água nas regiões desérticas.

Diz o sertanejo que "ninguém morrerá de sede se, pacientemente, acompanhar uma cabra ou uma ovelha". É que esses animais procuram água mais cedo que o homem.

Um outro recurso é seguir o rastro de cobra, que nos pode levar à água... ou à própria cobra.

A presença do lagarto (teju, tiu) pode ser indicio da proximidade de alguma água. Sua toca, normalmente, não se distancia de um ponto favorável à obtenção do líquido.

III — ALIMENTO

Em regiões tão inóspitas, quando nas secas, não poderíamos pensar em recursos fáceis. Contudo, a sobrevivência é possível. O sertanejo, "antes de tudo um forte", ensina-nos grandes lições.

a) A caça:

A caça, ainda que difícil, não é impossível.

Devido à seca, os animais se recolhem, ocultam-se, refugiando-se em locais menos desfavoráveis. Mesmo assim, podemos encontrar, em plena caatinga, aves, como o nhambu, a perdiz, a codorniz, a rolinha, a codorna, a seriema, a ema.

O tatu-peba, o tatu-bola, a preá, o lagarto (teju), também habitam essas regiões.

Uma atenção especial deve-se dar ao lagarto: se esverdeado, ou ainda, esverdeado com pintas pretas, de rabo longo, ele não se presta para alimento. De igual modo, se apresentar costa não serrilhada, e papo de vento abaixo da boca.

Alguns habitantes do sertão contestam essa restrição feita ao lagarto. É preferível ficar com os outros, que afirmam ser real.

b) *Alimentos vegetais:*

- 1 — *Umbu*: é, na verdade, uma dádiva da natureza ao sertanejo. Frutifica no período dezembro-março.

Além de fornecer água, como já vimos, seu fruto é um excelente alimento. Um agradável doce é conseguido, das batatas de suas raízes (cafofas). Basta, para isso, adicionar mel, e cozinhá-las.

- 2 — *Quixaba*: assemelha-se à uva preta, e frutifica no período novembro-maio.

- 3 — *Murici*: pode ser localizado pelo cheiro forte que emana. Amarelo, semelhante em tamanho à ervilha.

- 4 — *Araticum*: fruto amarelo, parecido com a graviola.

- 5 — *Fruto da palma, e do Mandacaru*: frutos vermelhos, com muitos espinhos na casca. O uso abusivo pode trazer complicações intestinais.

- 6 — *Juá*: fruto do juazeiro, árvore que conserva suas folhas verdes, ainda que em plena seca.

O fruto é pequeno e muito doce. Tanto o fruto, como a casca, produzem uma interessante substância, que, como meio de fortuna, substitui o dentifício. Consumir o juá, por mais de dois dias, é se expor a perturbações intestinais e hepáticas.

- 7 — *Ouricuri (catolé)*: fruto de um arbusto tipo coqueiro-anão. Ingerido pelas cabras, semente a polpa é absorvida na digestão. Os cocos, que "sobram", então, são encontrados no estrume caprino. São um precioso alimento. A casca do ouricuri pode ser cozida e aproveitada como alimento.

- 8 — *Pequi*: abundante nas regiões do Ceará e Piauí, particularmente na chapada do Araripe. O pequizeiro é uma árvore de grande porte, e seu fruto é rico em óleos e vitamina A.

- 9 — *Cerca de Frade*: é uma curiosa planta, que se assemelha a uma coroa depositada sobre o solo. Os frutos, semelhantes ao das demais palmas, constituem-se num excelente alimento.

- 10 — *Xique-xique*: obtemos um alimento semelhante à macaxeira (mandioca), quando assamos os pedaços mais verdes do xique-xique.
- 11 — *Macambira*: seu miolo, depois de assado, apresenta sabor agradável e adocicado.
- 12 — *Coco da carnaúba*: tido como "árvore da vida" do Nordeste, a carnaúba é uma característica da paisagem maranhense e piauiense. Contudo, ninguém se surpreenderá ao encontrá-la em outros pontos do Nordeste, ora isolada, ora em concentrações, a circundar açudes, cacimbas e barreiros ou a rodear brejos. O sertão do Rio Grande do Norte é um exemplo.
Em alguns casos ocorre encontrá-la não longe do mar, como se presenciamos nos mangues do Jaguaribe, em Aracati, ou em Canguaretama, na Paraíba.

c) *Mel de abelhas*:

As abelhas do tipo sanharó, capuchu, italiana e abelha-cachorro, também trabalham na caatinga. A abelha uruçú é mais rara.

O mel do *inzu-chapéu* deve ser evitado, quando nas proximidades existirem macegas de avelcz. O mel colhido, então, pode ser venenoso.

d) *Sucedâneo para o café*:

O "agreste", mais benevolente que o sertão, oferece a manjiroba, o mata-pasto e o feijão-guandu.

As sementes das vagens, torradas e moidas, podem substituir o café.

IV — INSETOS, COBRAS E ARACNÍDEOS

1) *As cobras*:

Cuidaremos agora apenas dos tipos que, mais comumente, habitam as caatingas, quer no agreste, quer no sertão.

a) *Salamanta*: conhecida como "cascavel-preguiça" por sua lentidão; é *venenosíssima*. Recolhe-se às pedras e aos de pau. Sua cor é chumbo-avermelhado com espécies de nós seguidos, brancos, no dorso.

b) *Jararaca*: oculta-se nas proximidades de riachos, açudes, cacimbas, barreiros, caldeirões.

De cor amarelada, é *venenosa*.

c) *Cascavel, venenosa*: oculta-se em regiões pedregosas. Sua principal particularidade é o chocalho na cauda.

d) *Coral*: pequenina, com anéis cinza e preto. A coral é caso à parte. Não apresenta as características das cobras venenosas, no entanto, é *venenosíssima*; o soro antiofídico, que se aplica às picadas das demais,

não surte efeito no caso da coral. Ainda mais, nem sempre traz anéis cinza e preto. Existem as de anéis vermelho e preto, e outras sem anéis.

Felizmente, a possibilidade de inocular seu veneno é muito difícil, devido à imobilidade do maxilar onde está a sua "presa".

Segundo o Instituto Butantã, de São Paulo, em 57 anos foram registrados apenas 17 casos de picada por cobra coral.

e) *Cobra-cipó*: muito *venenosa*, aproxima-se de setenta centímetros. Acinzentada, procura dissimular-se na árvore onde se acolhe. A cabeça é grande, desproporcional ao corpo.

f) *Corre-campo*: de cor marrom, muito veloz e agressiva, chega a dois metros. Encontrada nas clareiras e terrenos mais limpos, porém não é *venenosa*.

g) *Cobra-do-Veado*: assemelha-se à jibóia, alcançando três metros. Ligeira em seus movimentos, tem força idêntica à de sua similar. Não é *venenosa*.

h) *Papa-ovo*: barriga cor de gema e dorso esverdeado, não é *venenosa*, nem agressiva. Podemos encontrá-la com até dois metros de comprimento.

i) *Víbora*: logicamente não está incluída entre as serpentes, porém incluímos a víbora aqui, neste trecho, devido à semelhança de sua aparência como a de cobras venenosas, sendo também um réptil ofídio.

Conhecida como "Filha-do-Cão", tem a cor marrom, com três listras marrom-escuro no dorso, ou com três listras claras. É venenosa e rapidíssima.

2) Insetos:

Veremos apenas alguns insetos dos muitos que podem perturbar o combatente, trazendo-lhe complicações:

a) *Barbeiro*: abriga-se nas casas de taipa, nas pedreiras e junto aos açudes, caldeirões e barreiros.

Atua durante a noite. Alimenta-se de sangue de mamíferos. Sua picada não é dolorosa, procurando geralmente o rosto; daí seu nome vulgar, "barbeiro".

Após a picada, dejeta. A vítima se coça, inconscientemente, assimilando, então, o Tripanossoma Cruzii, causador da Doença de Chagas.

b) *Mangangá*: avermelhado, de pernas longas, ou preto, de pernas peludas, semelhante a um besouro, é agressivo quando nas proximidades de seus refúgios, que podem ser em ocos de pau ou no chão.

3) *Aracnídeos* (aranhas e escorpiões):

a) *Aranha caranguejeira*: ainda que impressione pelos seu tamanho e aspecto, ela pica poucas vezes, e seu veneno não é tóxico para o ser humano.

Mais encontrada na caatinga, em períodos de chuva. Não é agressiva, salvo uma espécie coberta de pelos cor de fogo.

b) *Armadeira*: de cor cinza-escuro, pernas finas, toma uma posição peculiar ao se "armar" para a picada, vindo daí seu nome; abriga-se entre madeiras velhas, tijolos, telhas. É venenosa.

c) *Viúva-negra*: encontrada em vegetações rasteiras e arenosas. Pequena, com manchas vermelhas no dorso, é a mais peçonhenta e perigosa.

d) *Escorpião*: No Brasil, é encontrado em larga proporção no Estado de Minas Gerais. Em 130 casos mortais, 127 ocorreram naquele Estado, conforme o Dr. Emanuel Alves (Medicina de Urgência).

Sua picada pode causar perturbações digestivas, circulatórias, respiratórias, térmicas e urinárias.

V — TRANSPORTE

1) *Animais*: resistente às inclemências do tempo e da terra, alimentando-se até com cascas secas de madeira, o *jumento* ainda é o maior amigo do sertanejo. Quando de porte maior, é chamado de "pirilampo" e é usado para montaria. De menor porte, chamado de "casco-duro", enfrenta melhor o trabalho e as cargas. O burro, quando da cruzada com égua, é mais resistente, sendo por isso utilizado na caatinga. O cavalo não apresenta resistência para as situações adversas da região, com exceção de um tipo pequeno, arisco, chamado de "pé duro".

2) *Viaturas*: na caatinga, o Jeep, devido às suas tradicionais características, encontra melhor possibilidade de utilização.

Isto ocorre, particularmente, na caatinga chamada "baixa", arbustiva, onde sempre podemos encontrar caminhos naturais, entre as vegetações.

Falamos aqui resumidamente de alguns aspectos da sobrevivência em terras, que, por si só levarão uma tropa à derrocada, mesmo sem que esta se engaje em combates.

Gostaríamos de pensar, em detalhes, no uniforme adequado. Numa grande cobertura à cabeça, para proteção contra o sol inclemente. Em calçados arejados, em calças e gaxetas que facilitem a transpiração, ao mesmo tempo que resistentes e reforçados. Pensar em equipamentos aliviados. Tal assunto mereceria mais minucioso estudo.

Muitas são as superstições, tradições e "estórias" do povo sertanejo. "O coaxar da rã, se pela tarde, é aviso de chuva. Porém, se há silêncio das rãs, e estrilar da cigarra, a seca virá inclemente; ainda mais, se confirmada pelo canto vespertino e de grande alcance do aracuã, ou por um inesperado e agourento frio pela madrugada".

Nada afirmo sobre isso. Nem mesmo comento a tradição do "caatingueiro", que, quando perdido "deita-se de peito para o chão, relaxa-se, e, num salto retoma a direção perdida". Porém, sei bem, e estou convicto, que é necessária uma capacitação de nossos homens nas Caatingas do Agreste e do Sertão, para cumprirem melhor qualquer missão, nessas paragens onde a água é quase mentira e o inferno, quase verdade.

"Nas florestas tropicais do sudoeste da Ásia, não há um substituto barato para o artigo mais caro de todos: o infante treinado para o combate; não o soldado produzido em massa nos campos de instrução, mas ao combatente da selva, pacientemente instruído, que sobreviverá na selva — não em sua orla — e que sobrepujará o inimigo quando necessário."

BERNARD FALL

CAPÍTULO IV

DOS REPRESENTANTES

Art. 86 — Em cada Corpo de Tropa, Quartel-General, Repartição ou Estabelecimento Militar, haverá um representante da Revista, escolhido entre os assinantes ou associados.

Art. 87 — São deveres dos representantes:

- a) servir, em todos os atos, de intermediário entre a Revista e os assinantes;
- b) angariar assinantes, trazer a Administração informada sobre o movimento das assinaturas e a ela enviar semestralmente uma relação nominal dos oficiais prontos, no corpo, repartição, etc.;
- c) distribuir prontamente os números recebidos, devendo logo reclamar à Administração sobre quaisquer irregularidades do recebimento da Revista;
- d) enviar ao Diretor-Secretário os trabalhos dos colaboradores, e bem assim as sugestões ou reclamações provocadas pelos artigos publicados;
- e) receber as importâncias das assinaturas e remetê-las ao Diretor Administrativo, deduzidas as despesas indispensáveis à execução desse serviço;
- f) providenciar, quando tiver de deixar as suas funções, sobre quem o deve substituir, e entregar ao seu substituto todos os documentos relativos à Revista, de tudo dando conhecimento à Administração;
- g) remeter diretamente à Administração todas as quantias pertencentes à Revista e que se acharem em seu poder, quando tiver de passar a outrem as suas funções.

(Do Estatuto de A DEFESA NACIONAL.)

SITUAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

**Cel Art QEMA
ARTHUR MENDES FALCÃO FILHO**

I — INTRODUÇÃO

Inicialmente desejamos afirmar que não somos nem economista nem sociólogo. O trabalho que ousamos apresentar é o resultado de um dos estudos que fomos obrigados a realizar, quando, no período de 1969/70, cursamos o Colégio Interamericano de Defesa (CID).

Para a elaboração deste trabalho partimos da premissa de que, com a integração econômica regional, o desenvolvimento da América Latina será acelerado.

Além da premissa, consideramos como fatos os seguintes aspectos relacionados ao tema:

1. Os países da América Latina (A.L.) encontram-se em diferentes estágios do processo de desenvolvimento econômico-social.

2. O Sistema Interamericano integra vários meios e instrumentos multilaterais para conseguir o desenvolvimento da América e conta com a participação de um país não latino, mas cujo estágio de desenvolvimento o coloca entre as superpotências mundiais.

3. De um modo generalizado, os países da A. L. necessitam de financiamento externo para alcançar seus objetivos de desenvolvimento acelerado, sejam a curto, médio ou longo prazos.

4. A explosão demográfica agrava o processo de desenvolvimento dos países.

II — PRINCIPAIS CAUSAS DOS PROBLEMAS QUE AFETAM O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. SOLUÇÕES A CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS

a — Características da Economia

Inicialmente devemos considerar algumas características da economia latino-americana que nos permitirão identificar as causas motivadoras de seus problemas fundamentais.

1) *Produtos Primários*

A maioria dos países do Continente Americano padece dos grandes males que se originam da fundamentação econômica na monocultura, cujos produtos são os principais geradores de divisas, por constituírem os elementos essenciais da exportação.

Todavia, as pragas e circunstâncias climáticas adversas a que estão expostas permanentemente produções dessa natureza, já que as monoculturas são, geralmente, do tipo agropecuário, provocam riscos na produtividade e colocam os países afetados numa constante situação de incerteza.

Os países têm procurado resolver seus problemas críticos com a produção de matérias-primas, de tipo agropecuário e mineral, o que constitui uma frente econômica muito frágil em toda a A. L., porquanto este tipo de produção sofre intensa concorrência mundial, alimentada, principalmente, pelas jovens nações africanas e pelos países asiáticos. O café no Brasil, as carnes na Argentina e no Uruguai, o cobre no Chile, a pesca industrializada no Peru, a banana no Equador e na América Central e o petróleo na Venezuela, são exemplos claros de monoculturas e de produção de matérias-primas.

Fácil é compreender que estes produtos primários estão expostos a uma soma considerável de riscos de tipo ponderável (comerciais) e imponderáveis (meteorológicos).

Sob o ponto de vista de intercâmbio, esta situação é agravada na A. L., uma vez que os produtos primários, que constituem a fonte de renda principal, são submetidos a uma série permanente de restrições, originadas por pressões dos grandes mercados internacionais, que regulam os preços de acordo com as suas próprias conveniências, sem levar em conta os interesses nacionais dos países produtores.

2) *Recursos Naturais*

Devemos, contudo, frisar que a existência de abundantes recursos naturais em exploração e, particularmente, potenciais, configuram um panorama otimista para um futuro indeterminado.

A A.L. pode ser considerada como um Continente privilegiado em tal sentido e é de se destacar que os recursos disponíveis têm um adequado grau de complementação, que pode favorecer um crescimento rápido e firme.

3) *Mercados Insuficientes*

Esta característica afeta, fundamentalmente, o processo de produção e a comercialização e é principalmente sensível seus efeitos no tocante às indústrias básicas, que normalmente requerem produções maciças e demandas acordes, para que sejam mantidos níveis de preços competitivos.

A existência de mercados insuficientes é notada, justamente, nos países de menor desenvolvimento relativo e é causa de retardo no ritmo de crescimento.

4) *Insuficiência de Capitais*

É crônica tal insuficiência, devida a níveis inadequados de poupança interna, às programações das inversões nem sempre bem estudadas e à concorrência limitada de investidores externos, face à multiplicidade de causas que não são totalmente econômicas.

A esta receita limitada e à existência de moedas fortes, devemos somar a drenagem que se produz anualmente pelo motivo da repatriação de capitais, juros de dividendos e pagamentos dos serviços da dívida externa.

5) *Estatismo*

Em grande número de países, o estado assume um papel excessivamente grande na condução econômica, que muitas vezes afeta a iniciativa e participação privadas.

Tal interferência, geralmente e preponderantemente, se manifesta nas indústrias siderúrgicas, de produção de energia, de petróleo e em algumas produções minerais.

Esta circunstância é particularmente grave, quando os problemas econômicos se subordinam aos interesses de partidos políticos no poder, afetando os fatores de produtividade através de crescimentos insatisfatórios, administrações deficientes, desconhecimento de necessidades técnicas e demagogias trabalhistas.

6) *Nacionalismo*

É uma característica destacável e em crescimento em nossos países latino-americanos, porém demagogicamente explorada por líderes que perseguem interesses pessoais e nem sempre visam aos melhores interesses nacionais.

O nacionalismo na A. L. é particularmente sensível nos itens referentes a minerais sólidos e líquidos. Em algumas ocasiões, este nacionalismo adquire aspectos ponderáveis e se constitui em saudável reação defensiva face à ação de monopólios ou de grandes organizações internacionais.

7) *Planejamento*

Nos últimos anos tem-se caracterizado por uma orientação nítida para os processos de planejamento integrado, como forma de clarear e fortalecer a metodologia do desenvolvimento econômico, mediante a fixação de normas precisas e programadas, determinação de metas e rotas a seguir, meios a utilizar e dosificação escalonada dos mesmos.

Esta característica tem-se manifestado não só na ordem interna da maioria dos países, como também, tem transcendido para a regional e continental. Em tal sentido, cabe mencionar, como exemplo, a existência da ALAIC, do Grupo Andino e do MCCA.

Os processos de planejamento econômico se tem praticado a curto, médio e longo prazos, segundo as necessidades circunstanciais.

b — Soluções a curto, médio e longo prazos

De uma forma global, podemos afirmar que a economia latino-americana padece, em seu conjunto, de uma série de debilidades baseadas em acentuadas condições de subdesenvolvimento, se comparada com a dos países anglo-saxões.

Tais condições críticas, estimulam as tensões sociais e afetam as estabilidades políticas dos países do continente, o que, em última instância incide sobre o processo de desenvolvimento econômico, gerando ou configurando um círculo vicioso.

Ao abordarmos anteriormente as características da economia, automática e simultaneamente abordamos algumas das principais causas que são fonte de distorção no processo do desenvolvimento econômico, sem todavia, concluir que eram as únicas ou as mais importantes.

Outras, tais como: *Dependência externa*, em questão de crescimento acelerado; a *deterioração dos termos de intercâmbio* e a *inflação* são acrescentadas com o fim de ampliar o panorama.

Resumidamente, abordaremos algumas sugestões de solução a curto, médio e longo prazos.

1) *Soluções a curto prazo*

Encontra-se face a uma grave encruzilhada de seu desenvolvimento, na qual as necessidades imediatas dos países não estão em condições de serem atendidas pelas possibilidades.

Aproximadamente há quinze anos, os países latino-americanos assistem, impotentes, a um decréscimo relativo de suas arrecadações referentes às exportações, em virtude das oscilações de preços no mesmo sentido.

Individualmente, os países da América, graças a incessantes esforços nacionais, apoiados em alguns casos por instituições de crédito internacional, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a AID e o BIRF, estão concluindo programas de industrialização primária e secundária com a finalidade de sair dessa situação de instabilidade provocada pela existência de monoculturas.

Por outro lado, e de um modo razoável, os países procuram realizar uma crescente substituição de importações, a fim de reduzir ou anular em parte a demanda de produtos importados.

As seguintes soluções a curto prazo têm sido propostas ou adotadas para saírem da inércia a que são submetidos pelo jogo da importação-exportação:

- a) Estabilização de preços de exportação e retribuição adequada por partes dos países industrializados importadores;
- b) Entradas, sem gravames, dos produtos de exportação da América Latina nos países desenvolvidos, sem prévia reciprocidade;
- c) Diversificação de mercados para colocação dos produtos continentais e incremento do intercâmbio regional;
- d) Acesso aos mercados de capitais dos países desenvolvidos e custo razoável do dinheiro bem como facilidades para obtenção de créditos a médio e longo prazos, para inversão em obras de infra-estrutura;
- e) Reformas nacionais internas e saneamento financeiro dos orçamentos, sistemas tributários, estruturas administrativas, regimes de propriedade, fomento, etc.

2) Soluções a médio prazo

O revigoreamento da economia será uma função clara do êxito que poderão ter as soluções a curto prazo anteriormente citadas.

A América Latina, em conjunto, está consciente da imperiosa necessidade que existe de serem concretizadas, em fatos, as soluções referidas, como única forma de acelerar o desenvolvimento da região, num ritmo constante e seguro e com coeficientes razoáveis de crescimento, o que, de certo modo, lhe permitiria estabilizar a brecha que a separa dos países desenvolvidos, evitando o aumento constante desse fosso que se observa na atualidade.

Sob um ponto de vista puramente teórico, apresentaremos uma série de soluções tendentes a corrigir o ritmo do desenvolvimento económico, acrescentando algumas que podem ser realizadas no próprio continente e que contam apenas com limitada participação externa:

- a) Ampliação constante e progressiva dos mercados internacionais, particularmente os oferecidos pelos países mais desenvolvidos;

b) Aceleração das correntes comerciais em ambos os sentidos, incentivadas por constantes facilidades alfandegárias e por um adequado financiamento internacional e nacional;

c) Desenvolvimento progressivo e constante da investigação tecnológica regional e intercâmbio amplo com os centros científicos e tecnológicos mais avançados do mundo;

d) Desenvolvimento de indústria de base a níveis competitivos internacionais ou, pelo menos, a custos de produção razoavelmente protegidos;

e) Desenvolvimento de políticas orientadas no sentido da manutenção de uma adequada estabilidade monetária, que permitam facilitar o comércio internacional, obter a confiança dos investidores externos e internos e que estimule a poupança interna;

f) Integração do tipo sub-regional nos aspectos econômico e geográfico;

g) Desenvolvimento intensivo da educação tecnológica e preparação, em quantidade apreciável, de mão de obra qualificada;

h) Desenvolvimento dos organismos de financiamento nacionais para a promoção do crescimento industrial a médio e longo prazos.

As soluções aventadas em "f", "g" e "h" poderão ser concretizadas com limitada ajuda externa.

3) Soluções a longo prazo

Para melhor compreensão das soluções que serão apresentadas, convencionalmente estabelecemos como *longo prazo* aqueles períodos de tempo superiores a dez anos.

Com as limitações que são óbvias, atrevemo-nos a relacionar as seguintes soluções a longo prazo:

a) Integração econômica e geográfica, em nível regional, com tendência paulatina na formação de um mercado comum latino-americano, nos moldes do Mercado Comum Europeu (MCE);

b) Incremento da produção de alimentos para atender o aumento de população, não só continental, como também para satisfazer a demanda de exportação;

c) Intercâmbio intensivo de produtos industriais, particularmente bens de capital produzidos na região;

d) Desenvolvimento constante do comércio internacional extracontinental;

e) Aumento do financiamento interno e externo para acompanhar o processo de desenvolvimento;

f) Modificação da composição das correntes de intercâmbio, balanceando os itens industriais com as matérias-primas e alimentícias;

g) Desenvolvimento dos centros de investigação científica do continente;

h) Distribuição eqüitativa e progressiva da riqueza entre as camadas da população;

i) Incorporação paulatina de núcleos populacionais ao processo de desenvolvimento de uma economia de consumo, com ênfase em uma industrialização própria de suas áreas.

III — INFLUÊNCIAS DAS ESTRUTURAS EXISTENTES NA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS

A América Latina encontra-se num dilema típico de um processo de desenvolvimento econômico, em sua etapa de transição, quando deve fazer frente às mudanças das estruturas residuais de uma economia primária pelas modernas, próprias de uma sociedade que se abre ao processo de industrialização, com vistas a alcançar em curto prazo o estado de economia de consumo. As estruturas antigas, apoiadas em conservantismos de tipo colonial e até históricos, se empenham em resistir às mudanças que as novas tendências exigem e que, de fato, implicam em modificações profundas que afetarão, necessariamente, as distribuições das riquezas, o acesso dos povos ao processo de desenvolvimento e a incorporação de uma dinâmica a que não estão acostumados esses setores.

É justamente nestas circunstâncias, quando se estabelece uma titânica luta entre as forças acomodadas e as pujantes diretrizes renovadoras que tendem para a modificação do "status", que as propostas de soluções aventadas anteriormente podem cristalizar-se em fatos concretos.

A primeira frente de luta que deve ser travada pelas forças do progresso se encontra dentro de cada país, o que, necessariamente, exige uma séria mudança de mentalidade e um prolongado processo educativo em todos os níveis sociais, mas que, felizmente, se está realizando, ainda que não em forma tão acelerada como seria desejada.

Por outro lado, a existência de uma economia que, generalizando-se, pode-se caracterizar como do tipo primário ou agrário constitui, também, um sério impedimento ao estímulo necessário à passagem para a etapa da industrialização, em razão de uma notável série de deficiências, provocadas justamente por tal estágio primário, como sejam: a falta de bens de capital, insuficiência de capitais para financiamento, falta de conhecimentos técnicos suficientes, escassez, qualitativa e quantitativa de mão-de-obra etc.

Todavia, não podemos desconhecer a existência de uma série de organismos de âmbito internacional que procuram ajudar a vencer essas resistências e que tendem, precisamente, a corrigir, na atualidade, as normas que servem para a formulação de políticas econômicas, de modo a torná-las mais condizentes com a realidade de cada país e de nossa época.

É agradável poder-se constatar que nos últimos anos as forças retrógradas têm sofrido sucessivas derrotas face à perseverança dos grupos mo-

dernistas e que já se pode observar alguns resultados modestos, porém importantes uma vez que traduzem uma mudança de tendências e uma definição orientadora.

As organizações referidas são: o BID, o CIES, a CEPAL, a ALALC, a AID o MCCA, o BIRF e o Grupo Andino, para citar apenas alguns dos mais importantes.

Todos esses organismos têm contribuído de alguma forma para produzir uma modificação nas estruturas econômicas existentes apoiando projetos relativos a fomento, produção de energia, saneamento, industrialização, agricultura, educação, transportes e outros.

As políticas econômicas traçadas pelos países latino-americanos têm tido um princípio de execução através da elaboração de planos e programas que cobrem períodos variáveis, segundo as necessidades imediatas ou não dos Estados do Continente, porém os êxitos até agora obtidos têm, permanentemente, sofrido oscilações variadas.

Insistimos em afirmar que a ação persistente de forças conservadoras, adornadas com mentalidade retrógrada, reforçadas por subversivos e terroristas subvencionados por países comunistas, têm-se empenhado em dificultar a marcha ascendente das gerações modernistas que desejam apressar o desenvolvimento e tirar as nações continentais do atraso crônico em que se encontram.

Outro fato de interesse e que também tem tido certa influência nos acontecimentos econômicos, tendo, inclusive, afetado as estruturas de tipo colonial que existiam em alguns países, é o programa da Aliança para o Progresso, que, apesar das frustrações que causou, deixou saldos favoráveis que ajudaram a despertar consciências adormecidas e ânsias de superação sócio-econômica.

Existem, na época atual, fundadas esperanças nas novas gerações de técnicos e sociólogos que estão voltados para a mudança das estruturas pre-valetentes nos povos do Continente e a obra que vem surgindo de suas idéias é traduzida no delineamento de políticas realistas e com objetivos razoáveis.

IV — CONCLUSÕES

A economia enfrenta um elevado número de dificuldades, próprias de suas ambições de crescimento e das condições circunstanciais em que vive o mundo atual.

A separação notável que existe entre os países industrializados, possuidores de uma economia de consumo, e os denominados "em desenvolvimento" tende a uma permanente ampliação, com visíveis prejuízos dos menos favorecidos. Dentro da América, a maioria dos países encontra-se na segunda condição, estando os E.U.A. à testa dos que integram o primeiro grupo. Este fato, evidentemente, produz conseqüências que os países latino-americanos estão procurando corrigir, através de todos os meios disponíveis, seja durante a realização de congressos econômicos internacionais ou por meio de árduas negociações bilaterais.

Os resultados obtidos ao longo da última década são alentadores e permitem abrigar esperanças de substanciais melhoras nos próximos anos. Todavia, o domínio econômico exercido, em geral, pelos países ditos "desenvolvidos", baseado na enorme capacidade que possuem de autocrescimento, impede uma negociação franca e entre iguais, gerando fracos benefícios para os países de menor potencialidade.

A América Latina, por sua vez, face a tais circunstâncias, tenta reagir, procurando reduzir a importação de bens manufaturados através do fomento industrial interno, que persegue uma crescente substituição de produtos estrangeiros de alto valor, os quais são os que incidem com maior impacto, motivando balanços comerciais desfavoráveis. Contudo, esta política econômica não frutificará adequadamente, uma vez que os mercados internos estejam deprimidos e reduzidos às classes médias superiores, que são relativamente pequenas. Em consequência, os governos têm o grave problema de urgentemente procurar ampliar os mercados nacionais de consumo, para fazerem entrar as indústrias nativas num processo de modernização e diminuição de custos de produção que tornem os artigos manufaturados em condições competitivas internacionais.

Coincidentemente com a natureza deste problema, tropeça-se com a dificuldade de se encontrar mão-de-obra com preparação atualizada em matéria de administração de grandes empresas e, por outro lado, os recursos tecnológicos são insuficientes para cooperar com os referidos propósitos.

Também a enorme taxa de crescimento percentual, que possui a população latino-americana em geral, conspira contra o incremento das rendas "per capita" e, cada vez mais, nota-se uma diminuição relativa de melhoramento em tal sentido. O crescimento econômico geral não acompanha o crescimento demográfico e gera em si uma nova brecha muito difícil de ser coberta pelos meios ou métodos econômicos convencionais.

A inflação tem sido, igualmente, um recurso muito utilizado por grande parte dos governos latino-americanos, com o fim de amenizar dificuldades financeiras internas. A criação desmedida de meios de pagamento para cobertura de deficits fiscais, para atender medidas demagógicas em função de necessidades políticas internas ou, simplesmente, por ineficiência da produção nativa, tem sido causa freqüente de processos inflacionários que, em alguns casos, têm alcançado percentagens anuais da ordem de mais de 100% e têm sido a base de crises econômicas de alguns Estados.

De um modo geral, todos os países do Continente empenham-se no desenvolvimento de planos de inversão interna de grandes alcances, porém a carência de capitais nacionais, não apoiadas pelos índices de poupanças e somados às necessidades mundiais e às tensões monetárias atuais, fazem com que as dificuldades aumentem progressivamente.

Subsidiariamente com os problemas de natureza financeira, a instabilidade política e a falta de diretrizes econômicas contribuem para

aumentar os eventuais investidores externos que poderiam colaborar com os capitais nacionais e, ao mesmo tempo, reduzir o interesse dos próprios investidores nativos que preferem enviar seus dinheiros para o exterior, em busca de zonas mais propícias e estáveis.

Muitas vezes sucede, também, que, face à disponibilidade de certos montantes em condições de serem investidos dentro dos países latino-americanos, não existe uma política corretamente projetada no sentido de canalizá-los para as áreas reprodutivas; ao invés são empregados em itens que oferecem rápida e apetitosa retribuição, os quais, porém, não são os que contribuem com propriedade para a obtenção de um progresso econômico de maior consistência e seriedade.

Como uma possível solução a esses cruciais problemas, citados ao longo deste trabalho, os países latino-americanos estudam a possibilidade de uma integração econômica em nível regional e dentro de um prazo que satisfaça as expectativas de todas as nações envolvidas. Sem dúvida alguma, a tarefa nada tem de simples já que a existência de enorme quantidade de diferenças e peculiaridades de toda natureza conspira contra o desenvolvimento de um processo rápido e efetivo. Um desses intentos foi a organização denominada ALALC que subsiste desde 18 de fevereiro de 1960 e que até esta data tem obtido alguns resultados animadores, mas que, todavia, modificou recentemente seus propósitos cronológicos, devido, justamente, a fatos como os citados. Diferenças substanciais no tocante aos níveis de desenvolvimento econômico, de políticas econômicas e monetárias, de regimes de trabalho, de custos de produção interna, de sistemas fiscais, de dimensões de mercados e de outros do mesmo estilo fazem com que as dificuldades de integração real sejam enormes, porém, há um evidente consenso dentro do Continente para superá-las com o correr do tempo, haja vista o acordo estabelecido no Protocolo de Caracas de 1969 que dilatou o prazo para que fosse obtida a integração, para o ano de 1980.

Outras experiências interessantes, em igual sentido, foram o Mercado Comum da América Central (MCCA) que existe desde 1959 e, mais recentemente, o Pacto Andino, firmado em Cartagena em 27 de maio de 1969, que se caracteriza, justamente, por tentar adequar-se à realidade econômica latino-americana. Todavia, os objetivos que podem ser alcançados nos próximos anos dependerão de circunstâncias e intenções nacionais ainda não reveladas e que seguramente oferecerão alguns escolhos aos interesses postos em jogo.

Resumindo, a economia latino-americana tem conseguido progressos de certa monta na última década e, em tal sentido, podemos anotar uns 4.5% de incremento global entre 1961/67, que não é expressão de regularidade em todos os países e tão pouco indica um crescimento satisfatório, porém de todas as formas é índice de uma intenção, de uma fé e de um desejo de alcançar realizações que possam plasmar os anseios mínimos dos povos americanos.

O SERVIÇO DE VETERINÁRIA DA FORÇA AÉREA DOS ESTADOS UNIDOS

**"Traduzido do opúsculo "United States Air Force
Veterinary Service"**

Tradução do Gen STOESEL G. ALVES

Mais um exemplo da propriedade e da importância de um Serviço de Veterinária Militar: o da Força Aérea dos Estados Unidos, este, obviamente, sem nenhuma relação, passada ou presente com assistência a solípedes.

A medicina veterinária militar sofreu uma evolução no início do Século XX para satisfazer à necessidade primordial de fornecer alimentos sãos ao pessoal militar. De início, seu objetivo era, principalmente, assegurar a produção de alimentos sãos, o seu transporte e o cumprimento das especificações de aceitação do governo. Mais tarde esse objetivo foi ampliado para incluir a higiene do serviço e das instalações ligadas à alimentação, saúde pública militar e atividades de pesquisa.

A Medicina Veterinária é uma ciência altamente diversificada que se ajuste bem à ampla área militar. O Serviço de Veterinária da Força Aérea, como uma parte integrante do seu Serviço de Saúde, reúne uma equipe de dedicados profissionais, cujo trabalho em pesquisas, programas de ação cívica, assistência aos animais do governo e saúde pública é de considerável interesse e importância.

O Serviço de Veterinária da Força Aérea é normalmente constituído de mais de 400 médicos veterinários e 900 experimentadas praças especialistas. 80% dos oficiais de carreira do Serviço receberam ou estão em vias de receber graus de pós-graduação (inclusive doutorado) em especialidades das mais importantes e necessárias como sejam Radiologia, Toxicologia, Clínica de Animais de Laboratório, Patologia e Saúde Pública.

Nesta era de rápido desenvolvimento tecnológico, existe uma correspondente necessidade de pesquisas para criar novas técnicas e esferas de conhecimentos. Mais de 25% dos oficiais do Serviço de Veterinária estão engajados no apoio direto a pesquisas e programas de desenvolvimento. Estão servindo como investigadores científicos e engenheiros de projetos em atividades de pesquisa destinados a identificar, controlar e, se possível, eliminar riscos para o homem no espaço, em vôos convencionais e em ambientes terrestres, de todos os tipos com que se defrontam as Forças Armadas no mundo inteiro.

Um certo número de veterinários da Força Aérea tem prestado importantes contribuições à ciência quando designados para o Laboratório Médico Aeroespacial, do Hospital Welford Hall da Força Aérea, na Base Aérea de Lackland, no Texas. Projetos desenvolvidos nesse estabelecimento incluíram emprego de animais, em apoio de pesquisas de clínica médica da Força Aérea; transplantes de rim e de coração e estudos de ressuscitação cárdio-respiratória.

No 6570.º Laboratório de Pesquisas Médico-Aeroespaciais, na Base Aérea de Wright-Patterson, Ohio, foram empregados animais para estudos de critérios biomédicos para vôos aeroespaciais. Muitos dos projetos com que veterinários da Força Aérea têm sido associados nessa unidade de pesquisa têm tido direta influência sobre os programas de armamento ou espaciais dos Estados Unidos. Outros estudos, tais como os concernentes à descompressão rápida, com ou sem lesões pulmonares associadas, relacionadas com os diversos perfis de descompressão, têm sido feitos. O estudo toxicológico de propelentes sólidos empregados nos diversos sistemas de armamento da Força Aérea, bem como a avaliação de diferentes aditivos destinados a aumentar o retardamento da chama e a proteção térmica de roupas especiais são outros tantos importantes projetos de pesquisas.

A maior colônia de chimpanzés do mundo encontra-se no 6571.º Laboratório de Pesquisa Aeromédicas localizado na Base Aérea de Hollman, em Novo México. Ai, chimpanzés e outros animais são treinados, condicionados e instrumentados para provas em câmaras e pistas de aplicação, além de outras provas em condições extremas. Estudos metabólicos são feitos com primatas de grande porte sob diversas condições de altitude e ambiente gasoso.

Entre as numerosas atividades da Escola de Medicina Aeroespacial (SAM), na Base Aérea de Brooks, Texas, que ostenta também um grande bictério, estão apoio cirúrgico, alimentação aeroespacial, estudos aeroespaciais e estudo de química fisiológica de animais. A divisão de Serviço Veterinário presta assistência profissional e serviços técnicos veterinários não só às pesquisas como às atividades de ensino dessa escola. O interesse pelos problemas de alimentação em vôo ou no espaço é muito intenso, porque um sistema de alimentação adequada é uma das exigências essenciais para manter a vida durante missões espaciais. A Secção de Comportamento Fisiológico, ramo da Fisiologia da SAM, está profundamente engajada nesses problemas e tem tido parte ativa nas pesquisas de alimentação espacial e nos projetos de produção para as séries Gemini e para o programa de vôos Apolo. Atualmente estão trabalhando no programação de alimentação para o Laboratório Orbital Tripulado.

Um Laboratório de Sanidade de Ambientes está localizado na Base Aérea de Kelly, no Texas e outro na Base Aérea de Clellan, na Califórnia. O veterinário toxicologista, e ecologista designado para a Base Aérea de Kelly apóia programas de higiene veterinária e de am-

bientes como assessor especializado. Ele investiga e determina os efeitos das pressões físicas, psicológicas e químicas resultantes das atividades da Força Aérea sobre animais, peixes e aves, desenvolvendo e mantendo, também, uma central de informações científicas relativas a essas pressões. Além disso dirige estudos e pesquisas ecológicas.

Um veterinário da Força Aérea é designado para o Laboratório de Defesa Radiológica Naval, em São Francisco da Califórnia. Suas principais contribuições têm relação com estudos dos efeitos de radiações sobre animais, tais como ovelhas, cabras, porcos e cães. Estudos recentes resultaram num reexame dos conceitos predominantes sobre as lesões de radiações e sua recuperação no homem e demonstraram a possibilidade de que a resistência à radiação seja possível.

O Serviço de Veterinária da Força Aérea também fornece apoio profissional e científico, além de pessoal técnico, para outras pesquisas e missões médicas da Força Aérea, da Marinha e do Corpo de Fuzileiros Navais. Apoio semelhante é prestado ainda à NASA, à Comissão de Energia Atômica, à Agência de Apoio à Defesa Atômica e a outras agências federais sob convênio com as Forças Armadas.

A contribuição dos veterinários da Força Aérea para os programas de ação cívica, demonstraram dois importantes fatos: (1) o interesse dos Estados Unidos no bem-estar de outros países e suas populações e (2) a capacidade do Serviço de Veterinária de enfrentar exigências e situações especiais de uma maneira altamente profissional e produtiva que conquista crédito para a profissão e para a Força Aérea dos Estados Unidos.

Os veterinários militares têm estado engajados em programas como o desenvolvimento de uma fonte produtora de leite fresco e laticínios na Dinamarca, Holanda, Alemanha, França, Áustria e nos Açores; o desenvolvimento de uma fonte produtora de carne fresca na Irlanda e na Escócia; desenvolvimento de um programa de inspeção de aves abatidas na Escócia; melhoramento da indústria agropecuária na Tailândia e na maioria dos países europeus; investigações epizootológicas da raiva na Groenlândia e em Guam; da piroplasmose nos Territórios sob mandato, no Pacífico; da Febre-Q na Turquia e na instituição de programas de controle da raiva no Japão, Coreia, Filipinas, Vietnam, Tailândia e Guam e da Febre Aftosa na América do Sul. Essas atividades são apenas alguns dos programas de ação cívica em que os veterinários da Força Aérea estão engajados. Talvez um dos mais importantes resultados desses variados programas de ação cívica dos veterinários da Força Aérea seja a compreensão pelos povos de muitos países estrangeiros de que o Governo dos Estados Unidos deseja ajudá-los a conseguir uma melhor maneira de viver.

O Serviço de Veterinária é responsável pelo apoio profissional ao programa do Cão Militar. Esse apoio abrange obtenção, treinamento, bem como assistência veterinária e tratamento dos animais. Inclusive

também o estabelecimento de uma dieta adequada e programas de alimentação, a revisão de planos para novas construções e modificações dos canis, instalações de apoio e locais.

O presente conflito do Sudeste da Ásia tem levado o cão militar (sentinela) a uma posição de invulgar importância na guerra. Esses animais, dos mais inteligentes e superiormente treinados na história da guerra, dando alertas salvadores de infiltração inimiga, muito além da percepção humana e ocasionalmente suportando doses de veneno de cobras que nem tinham sido vistas pelos seus companheiros humanos. A companhia e a segurança que oferecem aos seus condutores em uma terra inimiga e hostil, particularmente à noite, não são de menor importância. O valor dos cães sentinelas, seja física, seja psicologicamente, é incalculável e seu treinamento, alimentação, manutenção e assistência veterinária constituem responsabilidades de vital importância.

Também de vital importância são as atividades de saúde pública do Serviço de Veterinária. Seus esforços para higiene dos ambientes e controle de zoonoses são bem amplos. Entretanto o de maior valor é a contribuição da inspeção de controle da qualidade dos alimentos porque a inspeção de alimentos continua sendo a principal missão do Serviço de Veterinária da Força Aérea. Consideráveis esforços e habilidades são necessários para assegurar um suprimento de alimentos sadios ao pessoal militar espalhado por todo o mundo. A proteção dos interesses financeiros do governo é também um importante aspecto da missão de inspeção de alimentos. Durante o ano fiscal de 1969, alimentos no valor de mais de cinco milhões de dólares, deteriorados ou fora das especificações de contrato, foram rejeitados.

Os únicos problemas são encontrados na obtenção de produtos de fabricação local, no ultramar. A supervisão de processamento dos alimentos e a inspeção dos estabelecimentos produtores, bem como das provisões de produção local, constituem a tarefa dos veterinários militares nas áreas do ultramar. Os padrões sanitários têm que ser elevados a um nível comparável ao dos Estados Unidos antes que os produtos locais sejam aceitos pelas forças militares. Em muitos países estrangeiros o esforço de elevação desses padrões tem resultado no melhoramento de suas indústrias agropecuárias e aumentando a eficiência de seus programas de controle de doenças animais.

O Serviço de Veterinária da Força Aérea está orgulhoso de sua missão e de suas contribuições, individual e coletivamente; de seus integrantes dedicados à sua profissão; da missão do Serviço de Saúde da Força Aérea dos Estados Unidos e do seu papel na segurança nacional.

PSICOLOGIA MILITAR — FATORES DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Maj R. W. SYLVESTER

OBJETIVOS

Com muita razão pode-se indagar: "Por que incluir o estudo de psicologia em um estabelecimento de ensino militar, como a Escola de Comando e Estado-Maior?"

Podemos responder, fazendo outra pergunta: o que é psicologia? Numa definição sumária, é o estudo do comportamento do indivíduo. Nosso objetivo é dotar o comandante militar com o conhecimento básico da conduta humana, que lhe facilitará apreciar, orientar e controlar com segurança as suas próprias ações e as dos outros. O estudo de psicologia é uma base perfeitamente lógica para o estudo da arte de comandar e dirigir homens. A administração do pessoal, militar ou civil, constitui uma ciência, que encerra princípios científicos e exige pesquisas e raciocínio inteligente, como qualquer das ciências clássicas. A compreensão de alguns fatores fisiológicos e psicológicos da conduta humana permitirá aprender praticamente as regras mais eficientes para assistir e dirigir os homens.

Em sentido restrito, o que se estuda na Escola de Comando e Estado-Maior é a "psicologia militar", que difere das demais modalidades apenas na extensão em que é suscetível de aplicação prática pelo comandante militar. Assim, pois, aproxima-se mais da psicologia aplicada. Estudando-a como ciência e adquirindo o conhecimento e a compreensão da psicologia das diferenças individuais, o chefe pode entender melhor o efeito que o combate exerce sobre seus homens. Quando, sob o troar da artilharia, recebe cem praças de recompletamento, que chegam da Zona do Interior, sabe que não conta com cem homens igualmente preparados, estabilizados e eficientes para o combate; pelo contrário, compreende que terá de fazer uso de maiores qualidades de condutor e administrador de homens do que as necessárias a qualquer chefe industrial, nas mais críticas condições do trabalho.

Com habilidade infinita e muito tato, terá de incorporar o pessoal de recompletamento à sua unidade e guiá-lo ao cumprimento do dever.

FATORES FISIOLÓGICOS

Antes de procurar analisar os complexos tipos de conduta que resultam das necessidades do indivíduo, devemos passar em revista os fatores fisiológicos que ditam o comportamento do homem. Num rápido resumo dessa questão, como é o nosso artigo, não podemos entrar em pormenores sobre as funções dos diversos órgãos do corpo humano; entretanto, tal conhecimento daria ao aluno uma sólida base para compreensão mais ampla do desenvolvimento do homem.

A personalidade humana, que se traduz pela conduta do indivíduo, é o resultado de muitos anos de maturação, sendo influenciada pela maneira como o mesmo foi criado. Não somente o desenvolvimento físico, mas também, as influências sociais e econômicas condicionam a personalidade.

a) *Sistema Nervoso* — O desenvolvimento do sistema nervoso tem início antes da criança nascer. Mesmo no caso do feto, o sistema nervoso determina certas atividades. Muito antes da criança atingir um estado de maturação, em que passa a controlar suas reações em face do mundo exterior, o sistema nervoso dirige-lhe estas reações de tal forma que acabam incorporando-se à sua personalidade. O mecanismo disso é extremamente complexo, contudo sua importância exige muita atenção do estudante de psicologia.

Os fisiologistas dividem o sistema nervoso em três sistemas particulares: o central, o exterior ou periférico e o autônomo. O sistema central compreende a medula espinhal e o cérebro; sua função é dirigir o corpo, coordenando os movimentos. O sistema periférico é o conjunto de nervos que transmite e recebe a energia nervosa do sistema central e o liga às demais partes do corpo. O sistema autônomo controla os "processos vegetativos" do corpo: respiração, digestão, eliminação e reflexos emotivos; suas funções são geralmente involuntárias e inconscientes, fora do controle do indivíduo. O sistema autônomo se divide em dois ramos principais: o simpático e o parassimpático. O primeiro se localiza quase todo no tronco e entra em ação nas emergências, produzindo instantaneamente todos os efeitos que resultam da adrenalina (v. letra b, número 4), mas por prazo curto. O parassimpático incumbe-se das funções da vida quotidiana.

A fisiologia das células nervosas é de importância secundária para o nosso estudo; mais interessante para a psicologia da conduta humana é o efeito que todo o sistema nervoso exerce sobre ela. Os indivíduos reagem de maneira muito diversa em face dos vários estímulos; talvez a natureza da reação seja a mesma, mas a intensidade com que se manifesta é muito variável. Por exemplo, numa bateria antiaérea, alguns soldados assinalam os objetivos com muito mais rapidez do que outros; há homens que enxergam melhor no escuro do que seus companheiros. Experiências intensivas de labo-

batório, sobre a ação reflexa, a destreza manual e outras manifestação da vivacidade e capacidade mental, deram-nos grande cabedal de conhecimentos sobre as reações humanas. Durante a guerra, ferimentos no cérebro demonstraram dramaticamente que certas zonas são responsáveis por determinadas condutas.

O conhecimento do sistema nervoso tem revelado que, embora a reação humana aos estímulos exteriores seja sempre da mesma natureza, sua intensidade varia acentuadamente. A educação modifica a rapidez das reações, mas o progresso não é igual para todos. Doenças e ferimentos prejudicam seriamente as funções do sistema nervoso; a herança de uma inteligência deficiente e de físico franzino constitui grande obstáculo para o soldado considerado individualmente. A ciência médica moderna pouco pode fazer para modificar a fisiologia dos seres humanos no que diz respeito ao sistema nervoso. Os efeitos que um padrão de vida elevado e o melhoramento das condições sociais exercem sobre o corpo humano são questão muito transcendente, fora dos limites desse artigo.

b) *Glândulas endócrinas* — Espalhadas pelo corpo, encontram-se as diversas glândulas que afetam a conduta do indivíduo e que são afetadas por ela. A tensão física, produzida pelo medo, o ódio, a ira e outros estados emotivos que determinam atitudes peculiares, se manifesta, é controlada ou deixa de ter lugar, dependendo da presença e da quantidade de secreção dessas glândulas na circulação do sangue. Uma substância química lançada por qualquer órgão na corrente sangüínea leva cerca de quinze segundos para atingir todos os demais órgãos do corpo. Vemos, pois, que o sistema circulatório tem tanta importância para o organismo quanto o sistema nervoso.

Essas substâncias químicas são produzidas pelas glândulas denominadas *endócrinas*, ou glândulas de secreção interna, as quais lançam seu produto diretamente na corrente sangüínea. Geram um ou mais *hormônios* que aumentam ou diminuem a atividade de certos órgãos, os quais, por sua vez, afetam acentuadamente o funcionamento de todo o organismo.

1) *Pâncreas* — Custa a crer que, num indivíduo aparentemente perfeito, um pequeno órgão, localizado logo atrás do estômago e chamado *pâncreas*, possa perturbar completamente o seu comportamento. O pâncreas produz duas secreções: a) o *suco pancreático*, que não é uma secreção rigorosamente interna, pois cai nos intestinos, onde atua sobre o alimento, facilitando a digestão; b) a *insulina*, que é muito mais importante pelos seus efeitos. Este último hormônio, arrastado pelo sangue, é uma secreção interna que permite aos músculos, ao sistema nervoso e ao cérebro queimar açúcar (glicose), que é o combustível do corpo humano. Quando a produção de insulina é deficiente, resulta a diabete; a variação da quantidade de insulina dá lugar a grande alteração das atividades e dos sentimentos do indivíduo. Um excesso no sangue faz com que a pessoa sinta fome,

cansaço profundo, tensão de espírito e preocupação; quando muito pronunciado acarreta graves distúrbios mentais e, finalmente, o delírio e a inconsciência. Também a deficiência de insulina pode produzir distúrbios mentais.

2) *Tiróide* — Esta glândula, localizada na base do pescoço, diante da traquéia, não é muito maior do que o pâncreas pesando menos de trinta gramas. Sua hipertrofia produz a papeira. A falta de tirosina, o hormônio da tiróide, faz com que a pessoa perca energia e se mostre idiota e indolente; os músculos cerebrais tornam-se inertes e o indivíduo fica lerdo e estúpido, esquece tudo o que aprende e não consegue concentrar-se. Se a criança nasce sem essa glândula ou se a mesma sofre uma lesão na infância, as conseqüências são seríssimas; o crescimento fica prejudicado e o desenvolvimento intelectual se atrasa. Os casos mais graves, os chamados *cretinos*, são anões e imbecis. Uma das notáveis descobertas da endocrinologia foi a cura da deficiência de tirosina nos adultos, por meio de extrato de tiróide das ovelhas. O tratamento certamente não restabelece a glândula, mas, enquanto for mantido a pessoa permanece normal.

Quando a tiróide se ativa demais, o indivíduo fica em estado de grande excitação; torna-se inquieto e irascível, emocionalmente instável e constantemente preocupado. Nos jovens, a tiróide superativa produz o gigantismo, assim como a deficiente dá lugar ao cretinismo e à atrofia. A função primordial do hormônio da tiróide consiste em acelerar o *metabolismo* ou atividade química do corpo; ajuda e regula a oxidação do açúcar, que a insulina provocou. Desta forma, está claro que um soldado com metabolismo basal baixo sofrerá de falta de interesse, energia e capacidade para resistir aos rigores do combate; ao contrário, com um metabolismo superelevado, sua atuação em combate será incerta. O ponto importante, com relação ao comportamento do indivíduo, é que as variações dentro desses limites extremos, embora não justifiquem a hospitalização, podem acarretar inesperadas e graves alterações de personalidade.

3) *Paratireóides* — Localizadas em torno da tiróide, acham-se quatro pequenas glândulas arredondadas, do tamanho de uma ervilha. Funcionam independentemente da tiróide e controlam o teor do cálcio no sangue, dependendo delas o desenvolvimento dos dentes e dos ossos. A perda das paratireóides é quase sempre fatal; com a deficiência do hormônio, o indivíduo torna-se irascível e deprimido, sujeito a condições de depressão e excitação maniaco periódicas; os espasmos musculares são frequentes. As injeções de extrato de paratireóide têm sido muito eficientes para melhorar a disposição e a estabilidade emocionais do doente.

4) *Supra-renais* — Sobre cada rim, encontra-se uma glândula chamada supra-renal, que se divide em duas partes: o *córtex* e a *medula*. Embora pareça estranho, cada uma destas partes difere da outra e constitui uma glândula à parte. A medula produz a *adre-*

nalina e o córtex, o hormônio cortical. A deficiência desse último pode ser fatal; a pessoa sofre de insônia e se enfraquece cada vez mais. Seu metabolismo basal decresce e o indivíduo perde a resistência às infecções. Homens com falta deste hormônio não podem suportar temperaturas extremas; seu juízo se perturba. Todavia, é possível combater tais sintomas ou mesmo conseguir a cura mediante a administração de extrato de substância córtica. A adrenalina é um poderoso hormônio, capaz de produzir grandes perturbações do organismo. Em excesso no sangue dá lugar aos seguintes distúrbios:

- a) O fígado é estimulado a soltar o açúcar acumulado;
- b) a fadiga muscular se alivia;
- c) a rapidez de coagulação do sangue aumenta;
- d) a pressão arterial se eleva, forçando o sangue para o cérebro e os músculos, em lugar das vísceras e da pele;
- e) as pulsações cardíacas tornam-se mais aceleradas e fortes;
- f) a acuidade visual aumenta, em virtude da dilatação das pupilas;
- g) a eliminação do organismo se prejudica;
- h) as vias respiratórias se alargam.

Nem todas essas alterações fisiológicas são produzidas apenas pela adrenalina; muitos segundos, pelo menos, decorrem até que ela entre na circulação do sangue e as provoque. O ramo *simpático* do sistema nervoso autônomo produz os mesmos efeitos instantaneamente, por um prazo mais curto do que a adrenalina. A coagulação do sangue, devida ao funcionamento normal das glândulas supra-renais, e o perfeito equilíbrio do sistema autônomo, apto a desempenhar seu papel, têm poupado inúmeras vidas em combate.

5) *Gonádias* — São glândulas sexuais que segregam hormônios importantíssimos para o crescimento e o comportamento do indivíduo. Na puberdade, essas glândulas determinam o aparecimento dos caracteres sexuais secundários, tais como as glândulas mamárias das mulheres, a barba e a voz grossa dos homens. O equilíbrio dos hormônios masculinos produz fortes características de virilidade, enquanto que o dos hormônios femininos resulta em feminilidade.

6) *Pituitária* — A pituitária, muitas vezes denominada glândula principal, por parecer que ela controla a secreção das demais glândulas endócrinas, acha-se localizada na base do cérebro, quase no centro do crânio. Como a supra-renal, segrega duas substâncias (e vários hormônios secundários), uma no lóbulo anterior e outra no posterior. A primeira contém hormônios que afetam a tireóide, as gonádias, o córtex da supra-renal e outras glândulas. O lóbulo anterior da pituitária exerce considerável influência sobre o crescimento; pode causar o atrofiamento ou o gigantismo. Um excesso de hormônio dá lugar à *acromegalia* ou hipertrofia do crânio: o queixo, nariz, os olhos, etc. tornam-se proeminentes. Os atrofiados por mau

funcionamento da pituitária são diferentes dos anões cretinos, pois possuem inteligência e aparências normais. O distúrbio das funções da pituitária constitui a causa do mau comportamento de muitas crianças. Essa glândula desempenha papel destacado no desenvolvimento da personalidade; o desequilíbrio de sua secreção resulta geralmente em vagabundagem, indisciplina, rebeldia, extravagância e espírito turbulento.

c) *Equilíbrio endócrino* — Não resta dúvida que as glândulas endócrinas exercem poderosa influência sobre o físico e a personalidade do indivíduo. Para bem compreender os efeitos do sistema endócrino no comportamento dos homens, precisam ter em mente que todas as glândulas são importantes. A reação de uma sobre as outras, de certo modo semelhante ao antagonismo entre os sistemas nervosos, resulta em modificações do físico. Por exemplo, uma pequena superatividade da pituitária torna o indivíduo musculoso, agressivo e emocionalmente estável, enquanto que a deficiência de atividade acarreta más condições físicas, apatia, falta de iniciativa e tendência a desanimar-se com facilidade. O excesso ou a falta dos hormônios pituitários podem, por si só, provocar esses estados físicos, que, entretanto resultam, às vezes, do desequilíbrio de todos os hormônios das demais glândulas. A reação do indivíduo à opinião crítica dos outros complica o seu estado. O soldado indolente que é criticado ou punido, pode chegar a condições sérias ou manifestar uma atitude muito mais grave do que a causada pela deficiência da tireóide. Um desenvolvimento sexual incompleto ou a secreção insuficiente de hormônios sexuais pode levar o soldado a procurar uma forma anormal e perversa de satisfação de seus desejos. Em princípio, o problema do equilíbrio das glândulas endócrinas compete ao médico; todavia, o conhecimento de suas funções e dos estranhos comportamentos causados pelos diferentes hormônios permitirá ao comandante de corpo de tropa compreender melhor a complexidade da conduta humana. Pensará melhor, antes de atribuir a um soldado covardia, medo sem motivo, estupidez ou outros traços de caráter indesejáveis, que podem resultar de condições fisiológicas sobre as quais o homem não tem ação, mas suscetíveis de ser tratadas com êxito, transformando-o em elemento útil para a unidade.

FATORES SOCIOLOGICOS

A influência das forças externas no desenvolvimento humano pode ser generalizada, embora com menor precisão, considerando os efeitos da sociedade sobre o indivíduo. Sem querer abordar a questão da "hereditariedade em oposição ao meio" e a extensão em que essas circunstâncias podem afetar o desenvolvimento humano, é lícito afirmar que o meio ambiente exerce tanta influência sobre a formação da personalidade quanto uma droga qualquer ou hormô-

nio, sendo igualmente difícil de controlar. De fato, o tratamento médico por si só pode ser ineficiente para corrigir os desvios de personalidade, causados pela ação de uma sociedade que priva o indivíduo de satisfazer seus impulsos internos, que o impeça de realizar seus objetivos ou que não lhe permita familiarizar-se com a dura realidade da vida.

O estudante de psicologia, tratando do desenvolvimento humano, teria muito mais facilidade se pudesse precisar quais os fatores que determinam o desenvolvimento do organismo. Infelizmente, a natureza humana e suas reações aos ensaios nem sempre são previsíveis. Há muitas variáveis a considerar e poucas se transformam em constantes; essa imprevisibilidade não depende do sexo.

A superatividade do grande simpático, quando o indivíduo se mostra tomado de medo sem que haja motivo para tal, é a causadora de muitas perturbações que afligem o homem. O aflito crônico, o psicastênico, pode preocupar-se a ponto de acabar sofrendo de úlceras no estômago. Perdurando neste estado por tempo suficiente, transformar-se-á num neurastênico, verdadeiro psiconeurótico. Torna-se inútil para o combate e, quando suas condições se agravam, termina internado num hospital. Essas reações físicas não se desenvolvem intencionalmente; a vítima ignora por completo a superatividade do grande simpático. Sua situação é tão séria quanto a de um soldado ferido em combate e a cura poderá ser demorada e difícil.

As causas de todas essas perturbações de comportamento, excentricidades e outras desordens físicas e mentais não podem ser encontradas unicamente no sistema nervoso ou nas glândulas endócrinas, muitas vezes em perfeito equilíbrio. A maioria dos indivíduos herdou um sistema nervoso capaz de funcionar sob a tensão da vida moderna. Por conseguinte, é evidente que a dinâmica do desenvolvimento humano requer considerações de outra natureza.

As influências sociológicas do meio em que o indivíduo vive logo se manifestam em suas atitudes, prevenções e receios, que adquire em suas relações com os que o cercam. Esse conceito é mais lato do que o do *behaviorism* de Watson, que reduziu o ajustamento do indivíduo à sociedade a uma questão de três ou quatro tendências reativas ou "reflexos emocionais" que posteriormente se transformam em personalidade complexa.

O cidadão soldado traz consigo, ao ser incorporado, diversos estados de espírito que afetam acentuadamente a facilidade com que se ajusta ao militarismo. Estas atitudes mentais levaram muitos anos para tomar forma e têm certa persistência, dependendo do interesse do soldado e dos estímulos. Com a aquisição de cada nova atitude, prevenção ou receio, o comportamento do soldado vai modificando-se, com alteração correspondente de sua personalidade. Em todas as idades, o espírito humano é extremamente sensível às con-

dições externas. Inquéritos procedidos antes e depois de uma sessão cinematográfica, apresentando habilmente um grupo social indesejável, um candidato político ou uma região pouco conhecida do país, revelam muitas vezes uma mudança radical da opinião pública.

Quanto mais arraigados forem os credos e as atitudes do indivíduo, mais difícil será modificá-los. Um psicólogo profundo afirmou: "O homem ajuizado muda de opinião; o tolo persiste no erro".

De que maneira essa influência do meio se reflete no recruta? Ao ser incorporado ao Exército, especialmente em tempo de guerra, se lhe impressionarem desnecessariamente com a severidade de sua disciplina e a intensidade do trabalho, será imediatamente afetado a ponto de não se poder contar com ele. Sua adaptação à vida militar tem de ser gradativa.

Dessas generalidades, podemos deduzir diversos fatores importantes do desenvolvimento humano:

a) A maturescência influi sobre o desenvolvimento mental e físico do indivíduo.

b) Por sua vez, a maturescência é afetada, não só por fatores hereditários como também pelo meio social.

c) A maturescência é um processo contínuo; a evolução fisiológica ocorre durante toda a vida do indivíduo, que também psicologicamente se acha em permanente estado de transição.

d) Resultados de pesquisas e a experiência adquirida durante a guerra demonstram que as atitudes, as obsessões, os receios, as prevenções e até impulsos internos dos homens são suscetíveis de modificar-se.

A influência do meio começa a manifestar-se antes mesmo de a criança tomar seu primeiro alimento. Quando o meio dita um interesse, uma necessidade ou uma objetivação, desenvolve-se no indivíduo uma reação emotiva que logo se transforma em hábito. A rapidez com que ele reage conscientemente em face dos estímulos externos depende da rapidez com que amadurece. Nem todos o fazem uniformemente; crianças nascidas no mesmo ano não manifestam os característicos da adolescência nas mesmas épocas. A maturescência, que produz a semelhança física, não faz o mesmo com respeito ao desenvolvimento mental, o comportamento ou a personalidade.

No crescimento de dois indivíduos, fortes influências externas moldam de modo diverso a sua faculdade de raciocínio, os seus credos e a sua maneira de encarar a vida. A escola, o partidário político, a situação geográfica e outros fatores mais sutis combinam para formar em cada indivíduo essa qualidade difícil de se definir e que se chama caráter.

A modificação e a reação desses impulsos e dessas atitudes resultam muitas vezes em conflitos. Consideremos o caso de um jovem soldado que se encontra pela primeira vez em combate, depois de uma vida sujeita às constantes dificuldades do lar, privada de privilégios sociais e educacionais, sem objetivos nem ideais próprios. Não é de surpreender que seja invadido por um sentimento de insegurança, que o torna completamente incapaz de fazer face à sua situação.

Ao contrário, um soldado que teve as vantagens de uma vida normal e que sempre foi um indivíduo estável e bem equilibrado, com vários interesses e uma atitude salutar com relação ao mundo, terá maior facilidade de adaptar-se aos rigores da guerra, se tiver bons chefes e fortes incentivos. Um indivíduo assim livra-se dos recalques, satisfazendo-se de outras maneiras. Sentirá medo no combate, como é natural, mas o dominará, apreciando inteligentemente a situação em que se encontra. Sua capacidade para tal não é consequência apenas da instrução, do valor de seu chefe e do incentivo que o Exército lhe dá; deve-se antes às influências do meio em que cresceu e da maneira como reagiu sob os estímulos externos. Naturalmente, isso não quer dizer que a educação e vida social transformarão qualquer soldado num herói.

Há muito que se vem discutindo se os *instintos* ou *impulsos naturais* se manifestam nos seres humanos antes de cultivarem as ações reflexas. Certo procedimento instintivo é inato, devendo ser considerado o fator potencial da personalidade do indivíduo. Há qualidades que são hereditárias, da mesma forma como o sistema nervoso ou as glândulas endócrinas. Está claro que se sujeitam a certas restrições relativas à extensão em que podem ser modificadas, suprimidas ou desenvolvidas, assim como certos característicos físicos podem ser desenvolvidos dentro de certos limites.

Define-se um instinto ou impulso interno como "atividade natural ou não aprendida". Estas necessidades orgânicas, não só nascem com a pessoa, como persistem por toda a vida.

Aparentemente, as atividades naturais ou inclinações pouco se alteram, mas o comportamento do indivíduo se modifica muito por efeito da educação. Podemos, pois, dizer que a modificação do comportamento por influência do meio ou da educação é diretamente proporcional à extensão em que os instintos atuam e à grandeza do estímulo recebido. O soldado de sexualismo exagerado pode sentir dificuldade em controlar seu desejo de procurar a satisfação. Seria pouco aconselhável agir sobre as glândulas endócrinas correspondentes, visando moderar essa atividade. É menos perigoso para o soldado esforçar-se por suprimir o desejo; com o necessário incentivo, poderá sublimá-lo ou substituir por atividade superior. Entretanto, se o reprimir por completo, isto é, bani-lo de seu espírito e esquecê-lo, o mesmo se transformará em atividade inconsciente de

sua vida emocional. A repressão não elimina a atividade; pelo contrário, pode manifestar o recalque por sintomas neuróticos.

Os psicólogos denominam *catarse mental*, o meio pelo qual o indivíduo pode livrar-se de emoções profundas e perturbadoras, que se manifestam como traços de má personalidade ou que levam a vítima a procurar compensações excessivas em qualquer outro sentido. Essa catarse consiste apenas em fazer a pessoa compreender a causa da perturbação; guiado por um psiquiatra ou psicólogo experiente, o indivíduo se desabafa, falando sobre seus medos, suas prevenções ou suas dificuldades emocionais. Todo comandante que acha tempo para conversar com um subordinado, deixando-o contar-lhe os seus problemas, está aplicando o processo. O estado depressivo de um soldado pode prejudicar toda a unidade.

O soldado norte-americano é um cidadão versátil e confiante em si próprio. Vindo de qualquer dos Estados e municípios do país, expõe-se quotidianamente ao vasto e inconstante panorama que o torna individualista. Por todos os lados, recebe uma variedade de estímulos que afetam suas atitudes, seus credos e suas predileções. A imprensa, o rádio, o cinema e as atividades combinadas de seu lar e da vida social contribuem para moldar e modificar sua personalidade. A cada novo estímulo, a cada novo interesse, ele modifica de certo modo o seu comportamento. O serviço militar teve enorme influência sobre a vida de milhões de homens e mulheres. A experiência de um combate particularmente violento pode alterar completamente a vida mental de um soldado; pode eliminar a influência do lar e da educação, o que também costuma resultar de um choque muito profundo. Não é possível classificar todos os soldados em grupos definidos; não há regra prática que se aplique indiscriminadamente. Os problemas de comando e administração do pessoal são tantos quantos forem os homens de uma unidade. O comandante inteligente deve compreender que cada soldado se julga o indivíduo mais importante do mundo.

Definindo a psicologia, dissemos que era o estudo do comportamento dos indivíduos. Tratando desse assunto, esperamos ajudar os comandantes a apreciar, instruir e controlar tanto em si próprios como aos outros. A despeito da crítica dos mal avisados, o Exército realizou um trabalho notável, resolvendo os problemas pessoais de mais de doze milhões de homens e mulheres. Ninguém nega o fato de que se fez o melhor possível e que o Exército está desenvolvendo o máximo esforço para continuar fazendo-o. Os especialistas têm procedido a pesquisas intensivas sobre guerra psicológica, fadiga de combate, centros de reabilitação, moral, instrução, educação, etc. Os ensinamentos adquiridos com a experiência da última guerra e das pesquisas futuras devem ser incorporados aos conhecimentos ministrados a todos os comandantes militares, pois constituem a base do êxito dos chefes.

Há aproximadamente 15 anos, o Professor Henry Kissinger, em seu livro "Armas Nucleares e Política Externa", defendeu a necessidade de uma doutrina, com a idéia fundamental de que precisamos de uma filosofia para conferir aquilo que vamos fazer o sentido dos nossos objetivos.

Na oportunidade, comparou os líderes ocidentais com os líderes soviéticos (então em moda). Ressaltou que os líderes soviéticos, além de nervos de aço — para sobreviver, em todos os sentidos — e da especialização necessária, sempre apresentavam forte formação filosófica e política, preocupando-se fundamentalmente com a preservação de definições estratégicas, com grande flexibilidade tática e inflexibilidade de objetivos.

São, ainda, desse livro as citações seguintes:

"A estabilidade de uma sociedade depende de sua capacidade de *organização*, que lhe permite reagir mecanicamente a problemas *comuns* e utilizar os seus recursos com os melhores resultados. A grandeza de uma sociedade decorre de sua disposição de conquistar novas áreas, fora dos limites da rotina. Sem organização, cada problema representa um caso especial. Sem *inspiração*, a sociedade irá estagnar; perderá a capacidade de adaptar-se a novas circunstâncias ou de gerar novos objetivos."

"A sociedade deve sua vitalidade à capacidade de encontrar o equilíbrio entre os requisitos da *organização* e a necessidade de *inspiração*. Ênfase excessiva em organização conduz à burocratização e ao debilitamento da imaginação. Excessiva ênfase em inspiração produz um *tour de force* sem continuidade ou estabilidade organizativa."

Essa associação de organização e inspiração deve estar presente quando cuidamos de novas dimensões do Brasil.

I — AS NOVAS REALIDADES DA SITUAÇÃO MUNDIAL NO INÍCIO DOS ANOS 70

No final dos anos 60 e início da presente década, os seguintes aspectos essenciais da situação mundial devem ser ressaltados:

No campo político

1) Multipolarização do poder mundial, em ambos os blocos — oriental e ocidental —, em lugar da bipolarização da guerra fria, no início do pós-guerra. Como consequência, a emergência de novas potências (Japão, Europa, China, Iugoslávia), e liderança diversificada, assim como a relativização das áreas de influência, conquanto fenômenos como o da Tcheco-Eslováquia ainda possam verificar-se.

O Balanço do Poder Econômico Mundial apresentava-se, na altura de 1969, na forma do Quadro I. Os indicadores de poder econômico escolhidos são o território, população, renda *per capita* e PIB, resultando numa média ponderada que seria o indicador global.

Nota-se, em particular, a posição de três potências emergentes: Canadá, Índia e Brasil. Os demais da lista ora se credenciam por certo indicador, ora por outro. E por isso mesmo, muito pode acontecer, nas próximas décadas.

2) Tanto no bloco ocidental como no bloco comunista enfoque muito mais pragmático e menos ideológico das grandes potências em suas relações: com os países do mesmo bloco, com os adversários e com o mundo subdesenvolvido.

Os dois aspectos apontados têm como consequência a possibilidade de *negociação* em lugar do confronto, sem que tenha havido, evidentemente, o fim da ideologia. Apenas, todos reconhecem que há vantagens na intensificação das relações econômicas e ninguém abre mão das oportunidades de comércio, financiamento e absorção de tecnologia, por motivos meramente ideológicos. Salvo em determinadas emergências.

QUADRO I

Indicadores de Poder Econômico — 1969

PAISES	Território (1.000 km ²)	População (1.000 hab.)	PIB Per Capita 1969 US\$	PIB US\$ Milhões
1. Estados Unidos	9.363,3	203.213	4.664	947,800
2. Mercado Comum Europeu (inclusive Reino Unido) ..	1.414,1	240.588	2.231	536,992
3. URSS	23.213,5	294.469	1.400	415,154
4. Japão	369,8	102.321	1.626	116,394
5. China (*)	9.561,0	740.000	137	101,480
6. Potências intermediárias (ou Candidatos)				
Canadá	9.976,1	21.089	3.114	65,677
Índia	3.268,0	536.984	85	45,707
Brasil	8.511,9	90.665	383	34,790
Polónia	312,6	32.555	1.300	42,352
Alemanha Oriental	107,7	15.993	2.342	37,480
Austrália	7.695,8	12.296	2.548	31,334
México	1.972,5	48.933	583	28,535
Argentina	2.778,8	23.983	828	19,860
Paquistão	946,7	111.830	144	16,158
Indonésia	1.491,5	116.000	95	11,107
Tcheco-Eslováquia	127,8	14.418	2.132	30,751
R.A.U.	1.001,4	32.501	190	6,199

Fonte dos dados básicos:

- Statistical Yearbook — 1970 (ONU)
- I Plano Nacional de Desenvolvimento
- "The Year 2.000", de Herman Kahn e A. J. Wiener.

(*) Em geral, os dados relativos a países comunistas são estimativa de estimativa.

3) Dissolução dos impérios coloniais e fusão entre terceiro e quarto mundos. Permaneceu, desses dois, apenas o terceiro mundo, o subdesenvolvido, que foi assim ampliado numericamente. Ainda como consequência, houve o reconhecimento, praticamente universal, da autodeterminação dos povos, que levou a recente política norte-americana a fazer o chamado "disengagement", com cada país procurando o seu próprio rumo, mas sem aquele excessivo engajamento americano que se verificava no estágio anterior.

No campo econômico

1) Transformação do capitalismo, no que podemos hoje chamar de *economia moderna de mercado*, passando o objetivo de crescimento a constituir mística não apenas para os países subdesenvolvidos, como também para os desenvolvidos. O ciclo econômico passou a ser controlado, com recessões sem maior alcance. É idéia hoje generalizada de que cabe à sociedade prover, a cada ano, padrão de vida superior ao do ano anterior, a todas as camadas da população.

2) Crescimento muito maior do intercâmbio internacional do que o verificado no PIB dentro dos países, com expansão maior nas áreas desenvolvidas, destacando-se:

a) Efeitos diretos da revolução tecnológica:

- mudança nas vantagens comparativas (custos de fretes, sucedâneos sintéticos etc.);
- novas oportunidades de investimentos (setor quaternário; eletrônica, informática, melhor qualidade dos produtos industriais e agrícolas); advento da sociedade pós-industrial;
- agravamento dos problemas de poluição.

b) Advento de novas estruturas:

- conglomerados
- dimensão da escala (fusão)
- advento da empresa multinacional.

Nesse campo deve ser destacada, além dos famosos conglomerados japoneses, a verdadeira onda de fusões nos Estados Unidos registrada nos anos 60 (a primeira data do início do século, envolvendo a indústria siderúrgica, automobilística e outras; a segunda, nos anos 20, quase de defesa, com a união de empresas médias para se protegerem contra os gigantes nascidos na primeira onda) e o aparecimento das empresas multinacionais.

O advento das empresas multinacionais criou o terceiro poder econômico mundial: as empresas norte-americanas localizadas na Europa. O surgimento dessas empresas leva a uma tendência para que pelo menos 20 a 25% da produção industrial realizada nos países desenvolvidos e em grande número de países subdesenvolvidos provenham dessas organizações. Isso coloca a importância de que os países, na sua estratégia levem explicitamente em conta a forma de relacionamento entre o poder nacional e as empresas multinacionais.

Essas novas realidades, tanto no campo político, como no econômico, permitem, pelo menos, duas conclusões para as áreas subdesenvolvidas: a idéia do subdesenvolvimento, como instrumento de negociação com as áreas desenvolvidas, perdeu muito do "glamour" que tinha nos anos 60, pelo fato de que cada país está hoje muito mais preocupado com seus próprios problemas de poluição, renovação urbana, crescimento etc., do que com a idéia de uma comunidade internacional; os programas de cooperação com o desenvolvimento vão continuar, mas dentro de uma nova orientação, ou seja, num *esforço calculado*, com as áreas desenvolvidas dispostas a colocar apenas um certo volume de recursos à disposição dos subdesenvolvidos, sem qualquer idéia de esquemas grandiosos.

Tais fatos têm implicações para uma estratégia brasileira que deve observar alguns pressupostos básicos e, antes de tudo, a prevalência do interesse nacional, seja nas relações entre o Governo e o setor privado, seja sobre os aspectos setoriais, os aspectos regionais, os interesses de classe, nas relações internacionais.

Por outro lado, o Brasil é um dos poucos países que ainda tem oportunidade de crescimento através da ocupação de espaços vazios. É outro pressuposto básico o aproveitamento dessa oportunidade de crescer para dentro, assim como o é a oposição às tendências de "congelamento do poder mundial", e, notadamente, a preservação da possibilidade de acesso à sociedade dos desenvolvidos.

Imposta a rejeição de muitas dessas idéias que surgem ora nas Nações Unidas, ora nas negociações de desarmamento, e que fundamentalmente significam congelar a situação de poder mundial, tal como ela se apresenta hoje, ou seja: as grandes potências continuam sendo grandes potências; as potências intermediárias para chegar a grandes potências, enfrentariam dificuldades adicionais; e os pequenos países, para chegar a potências intermediárias, teriam dificuldades ainda maiores.

A posição brasileira é a de não permitir que a pretexto de poluição e desarmamento, a sociedade desenvolvida se transforme num clube fechado.

II — A CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE DE CONSUMO E OS PROBLEMAS DA MODERNA ECONOMIA

Notadamente com relação ao Centro-Sul os desafios que deveremos enfrentar são, principalmente:

1) Analisando-se os problemas da concentração industrial no Grande São Paulo e os caminhos da descentralização, não se parte, evidentemente, da idéia de que São Paulo vai parar. São Paulo não pode parar. Trata-se, sim, de descobrir soluções mediante as quais sejam eliminados os inconvenientes das deseconomias sociais, definindo-se uma linha de descentralização em termos de grandes pólos macro-regionais (criação de um pólo no Sul, outro no Nordeste, e ainda outro na Região Amazônica), assim como de pólos micro-regionais. No último aspecto, na região Centro-Sul, podemos considerar a descentralização no sentido do interior de São Paulo, e ainda a descentralização ao longo do vale do Paraíba, para formar o "continuum" econômico entre Guanabara e São Paulo.

Os problemas da excessiva concentração urbana (Grande Rio e Grande São Paulo, por exemplo), em confronto com, no outro extremo, a pulverização de cidades de pequena dimensão, criam a necessidade de estabelecer as regiões metropolitanas, formalmente, assim como aglomerados urbanos menos formalmente definidos, as "áreas metropolitanas".

2) Há, também, o problema representado pela necessidade de maior dimensão da escala e da construção das novas estruturas, num modelo brasileiro de capitalismo industrial. Essencialmente, é a idéia de que o País já está criando um sistema financeiro para a realização de grandes projetos industriais; realizando uma política de fusões, pelos incentivos financeiros e fiscais; e amparando a pequena empresa, para que ela adquira porte médio, com viabilidade nos setores em que a escala não for significativa.

3) A realização de um *projeto tecnológico brasileiro* compreende três principais aspectos: 1) no Centro-Sul, o estabelecimento da moderna tecnologia, pela absorção da tecnologia e pela elaboração tecnológica própria. Um complexo tecnológico, principalmente no Rio e em São Paulo, deverá cobrir, pelo menos, duas categorias principais: a das indústrias básicas (petróleo, comunicações, energia elétrica, energia nuclear etc.) e a das outras indústrias que, no Brasil, são exploradas basicamente pelo setor privado. O que se vai realizar é a criação do centro tecnológico da Guanabara, mais para as empresas de Governo e para a área de infra-estrutura, ao lado de um grande projeto em São Paulo, que atenderia principalmente ao setor privado. 2) Esses dois núcleos poderiam dar apoio à criação da tecnologia de trópico semi-árido (Nordeste) e, em menor escala, à criação da tecnologia de trópico úmido, na Amazônia

O Brasil deve gastar, nesse projeto tecnológico, Cr\$ 2,2 bilhões no período 1972/74.

No complexo industrial-tecnológico, o Brasil realizará os seguintes investimentos:

QUADRO II

Investimentos no Complexo Industrial-Tecnológico (Período 1972-1974)

Cr\$ milhões de 1972

<i>I — Indústria</i>	30.400
Siderurgia	7.700
Química	5.500
Mecânica e Elétrica	8.000
Celulose e Papel	2.800
Cimento	1.000
Bens de Consumo Não Duráveis	4.000
Outros	1.400
<i>II — Ciência-Tecnologia</i>	2.200
<i>III — Total</i>	32.600

III — CONDIÇÕES DE VIABILIDADE DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Os formadores da nacionalidade brasileira realizaram a única coisa que realmente podemos chamar de milagre: o milagre da unidade nacional. Essencialmente, o sentido da nova dimensão que se quer dar à sociedade brasileira é a tarefa, de fato digna, de realizar esforço visando, dentro de médio prazo, à integração nacional, cujo sentido está na prevalência do interesse nacional sobre qualquer forma de interesse regional. O que é bom para o Brasil é bom para São Paulo, o que é bom para o Brasil é bom para o Nordeste. E é bom para o Brasil, em termos econômicos, sociais e políticos, que se fortaleça o pólo do Nordeste e que se crie o pólo da Amazônia.

A integração nacional deve ter uma viabilidade geral e uma viabilidade econômica. Os principais elementos da primeira seriam: conferir densidade econômica aos programas que vão realizar-se no Nordeste e Amazônia; assegurar a presença da empresa privada nos programas; e realizar a mobilização nacional, para que os programas não fiquem apenas como iniciativa de Governo.

As condições de viabilidade econômica de integração nacional são as seguintes:

a) quanto ao Nordeste — a industrialização é essencial, mas deve ser complementada pela criação de agricultura de mercado (pólo industrial-agrícola);

b) quanto à Amazônia — a necessidade de uma industrialização que se apóie na base agrícola e na mineral (pólo agro-industrial e minero-industrial);

c) construir a infra-estrutura não é suficiente; deve haver equilíbrio entre os setores diretamente produtivos e a área de infra-estrutura;

d) poupar o fator escasso: capital; e

e) criação de capacidade empresarial, como fator vital.

O dimensionamento do esforço nacional de desenvolvimento do Nordeste e Amazônia é apresentado a seguir:

QUADRO III

O Esforço Brasileiro de Integração Nacional

Cr\$ milhões de 1972

I — Dispendios no Nordeste e Amazônia — 1972/1974

Novos programas	6.400
Incentivos Fiscais e Regionais	4.400
Transferências para Estados e Municípios (inclusive Fundos Vinculados)	6.000
Subtotal	16.800
Ministérios — Dispendios	8.900
Total	25.700

II — Novos Programas de Integração — 1972/1974

PIN	3.090
PROTERRA	3.000
PROVALE	840
PRODOESTE	650

III.1 — Estratégia da Amazônia

Os instrumentos de ocupação econômica e desenvolvimento da Amazônia compreendem o pólo de desenvolvimento da Transamazônica; os incentivos fiscais e a Zona Franca de Manaus (abrangendo, nesta, os setores industrial, agrícola e comercial).

As funções da Transamazônica (e da Cuiabá — Santarém) são: a criação de um pólo econômico na região, que compreenda colonização e projetos agrícolas e pecuários (Cr\$ 550 milhões no período 1972/1974), projetos minerais e, finalmente, industrialização de produtos agrícolas e minerais (densidade econômica); a integração física da Amazônia com o Nordeste e o Centro-Sul; a integração dos principais núcleos da margem direita do Amazonas; a integração com o sistema sul-americano; a criação de vasos comunicantes entre Amazônia—Planalto Central—Nordeste, com integração das estratégias de desenvolvimento das regiões.

É importante considerar os assuntos relacionados com a criação do pólo econômico da Transamazônica.

Antes de tudo, desejo assinalar: *não tem validade técnica querer exigir estudo de viabilidade econômica* da Transamazônica para efeito de uma decisão sobre se a estrada deveria ou não ser construída.

Apoiamos inteiramente que a regra geral, quanto a projeto de Transportes, Comunicações, Energia etc., seja a exigência do estudo de viabilidade técnica e econômica.

Sem embargo, certas decisões que envolvem o próprio rumo da estratégia global de desenvolvimento, transcendem aos critérios de economicidade existentes.

Não é válido invocar, no caso, critérios de custo-benefício, produtividade marginal social ou tantos outros que a fertilidade dos economistas tem criado. Salvo se na produtividade marginal social for possível incluir o efeito de criação do sistema de vasos comunicantes para flexibilidade dos fatores de produção e a própria integração das duas regiões.

Uma das críticas mais comuns ao programa da Transamazônica diz respeito ao custo de construção. É oportuno dimensionar este custo: segundo as informações do Ministério dos Transportes, a Transamazônica propriamente dita, nos trechos entre Estreito—Itaituba e Itaituba—Humaitá (o primeiro com 1.245 km de extensão e o segundo com 1.165 km), num total de 2.410 km, corresponde a um custo de Cr\$ 440 milhões no período 1971/1973, custando cada quilômetro Cr\$ 185 mil (notando-se que se trata das *duas* fases da Transamazônica, quando inicialmente se havia determinado a construção apenas da primeira fase — Estreito/Itaituba). A Cuiabá—Santarém, com 1.618 km, terá o custo de Cr\$ 400 milhões.

Isto significa três coisas: a) a Transamazônica sozinha corresponde um custo aproximado a US\$ 70 milhões e a Cuiabá—Santarém, cerca de US\$ 60 milhões, dimensão perfeitamente razoável para uma estrada brasileira; b) o custo das duas estradas significa o custo de uma estrada de boa dimensão no Centro do País; e c) as duas representam menos da metade do custo da primeira etapa de um dos metrôes que estão sendo construídos na região Centro-Sul. Por outro lado, a Transamazônica está sendo construída com menos de que os 30% dos recursos de incentivos fiscais para a Amazônia que foram transferidos para o PIN. Ela não implica, assim, em deslocamento de recursos do Nordeste para a Amazônia.

Problema a considerar diz respeito à tendência das experiências de colonização da Amazônia à atividade de subsistência. Isso tem solução nos produtos de densidade econômica, na presença da empresa privada e na industrialização, conferindo-se densidade econômica ao programa.

No tocante à crítica de estar-se fazendo a ligação no sentido dos paralelos, Leste-Oeste ("ligação do deserto úmido com o deserto árido"), já se mostrou: a) que essa ligação é importante para permitir a mobilidade dos fatores, notadamente mão-de-obra, e b) que também se fez a ligação no sentido dos meridianos, Norte-Sul, pela Cuiabá—Santarém.

Finalmente, o perigo da poluição e outros pecados ecológicos: a Transamazônica, mesmo com a exploração de uma faixa de dez quilômetros em torno dela que é a primeira etapa, constitui apenas um risco na floresta amazônica. Desse modo, não há dimensão, pelo menos na década de 70, para cogitar-se de um perigo de desertização da floresta.

Segundo, o programa evidentemente vai ser realizado com atenção ao problema, prevendo o reflorestamento de 50% de qualquer área que venha a ser colonizada.

Finalmente, é simultânea a realização de um programa de pesquisa do trópico úmido, com prioridade para três pesquisas: a) sobre agro-silvicultura, integrando esforços do INPA, IPEAN, IPEANOC e Escola de Agronomia do Norte, instalação e custeio durante 12 meses da Estação Experimental de Agro-silvicultura em Altamira e Itaituba; b) sobre etiologia, epidemiologia, profilaxia e tratamento das hepatites, programa integrando esforços do Instituto Evandro Chagas, INPA, Universidade do Amazonas e do Pará; c) inventários florestais com objetivos papeleiros, programa integrando esforços do INPA, e IBDF, em áreas selecionadas conforme o Projeto RADAM.

O Programa do Trópico Úmido deve responder ao problema fundamental, ou seja, a manutenção do equilíbrio ecológico das áreas colonizadas, evitando-se ou minimizando-se a rápida lixiviação dos

solos, apontada como primeira, rápida e brutal consequência do desmatamento mal orientado.

A conclusão a tirar, notadamente em face dos dados de custos apresentados, é de que a Transamazônia, em verdade — em confronto com as alternativas apresentadas, de lagos e outras idéias — constitui o enfoque menos dispendioso, mais realista e de resultados mais imediatos ao problema da Amazônia.

III.2 — Construção do Pólo Industrial-Agrícola do Nordeste

A reorientação da Política de Industrialização prevê: 1) os grandes empreendimentos, como Central Petroquímica da Bahia, Sal-Gema, Potássio, Cobre, Fertilizantes, mobilizando recursos da ordem de Cr\$ 1,8 a Cr\$ 2 bilhões; 2) plena utilização do potencial de recursos naturais (industrialização de produtos agrícolas e minerais); 3) exportação de produtos manufaturados; 4) substituição de importações do Centro-Sul, levando em conta a necessidade do poder de competição e de acesso à Amazônia.

A transformação da Agricultura, através do PROTERRA e do PROVALE, prevê a reformulação fundiária, dentro das áreas prioritárias do Plano de Desenvolvimento do Nordeste; nova tecnologia para culturas básicas, como cana, algodão e pecuária; presença da empresa na agricultura, através de projetos de dimensão adequada; agro-indústria, exportação de produtos agrícolas e criação de um "corredor de exportação"; expansão da fronteira agrícola dentro do Nordeste, pelos rios São Francisco, Parnaíba e outros da região; e alternativas de absorção de mão-de-obra fora do Nordeste, como pelo Planalto Central e Transamazônica (integração das duas estratégias) e criação de Centrais de Abastecimento.

Por outro lado, deverão ser criados, na região, os seguintes fatores estratégicos: formação do empresariado, principalmente na agricultura, tecnologia, para utilização dos recursos naturais e adaptações às condições ecológicas; qualificação de recursos humanos, evitando-se a atitude alienante de um ensino desligado da realidade regional.

IV — ESTRATÉGIA EXTERNA E INTEGRAÇÃO SOCIAL

De 1964 para cá, o Brasil, mercê de uma experiência de desenvolvimento bem sucedida, tem construído o seu modelo nacional de desenvolvimento. Modelo que não recriou o mundo, nem redescobriu a pólvora, mas consubstancia a experiência humana brasileira na sociedade de nossos dias.

Nessa experiência, o Brasil tornou-se maior, pela aventura calculada da integração nacional, transformando o Nordeste e pro-

curando resolver o enigma da Amazônia, imaginativa e programadamente.

Também vem crescendo o Brasil em duas outras dimensões: a da estratégia externa, orientada no sentido de sustentar uma taxa maior de expansão do PIB; e a da integração social, para evitar que, nesse horizonte de grandeza, se forme uma sociedade pequena e fechada.

A prevalência do interesse nacional, no *campo das relações externas*, significa conduzir tais relações em consonância com a estratégia nacional de desenvolvimento, orientando-as para os objetivos de crescer mais rapidamente e contribuir para a modernização e maior poder competitivo da economia nacional.

Não é verdade que a maior integração na economia internacional signifique mais vulnerabilidade da economia nacional em face do exterior. A conjugação de um esforço interno bem sucedido com a orientação adequada da estratégia externa — nos campos da expansão de exportações, da política de investimento estrangeiro, da política de câmbio, da política de endividamento externo e da transferência de tecnologia do exterior — pode permitir a consolidação da única forma de nacionalismo viável: a dos países que, pela racionalidade e objetividade na solução dos próprios problemas, pela expansão e diversificação dos mercados no exterior, pela diversificação das fontes de financiamento externo, pela posição de reservas, adquirem maior capacidade de manobra e maior flexibilidade no uso de políticas instrumentais para comportar-se dentro da comunidade internacional.

O Brasil elevou o valor de suas exportações, de US\$ 1,4 bilhão em 1964 para o nível esperado de US\$ 3,3 a US\$ 3,4 bilhões em 1972. A posição do balanço de pagamento saiu de um *deficit* médio anual da ordem de US\$ 300 milhões no biênio 1962/1963 para um *superavit* médio anual superior a US\$ 500 milhões, no triênio 1969/1971.

Sem embargo, não pretende o País satisfazer-se com os resultados já alcançados e parte para nova ofensiva econômica, procurando dar nova dimensão a seu comércio, por exemplo com o Japão, levando, inclusive, a empresa estrangeira a engajar-se ativamente na exportação, para diferentes mercados, de manufaturados na área de bens de consumo durável e de bens de capital; e abrindo, dramaticamente, nova frente na exportação em larga escala de produtos agrícolas não tradicionais e minérios, mediante a construção de "corredores de exportação".

Essa estratégia externa é conduzida dentro de um clima de relações maduras com os Estados Unidos e com os demais países do continente.

Com os Estados Unidos, significando a ausência de complexos que obscureçam a objetividade e a racionalidade.

Com os demais países da América Latina, significando ausência de procura consciente de liderança — ao lado da preocupação de realizar bem a tarefa que nos cabe, de transformar o Brasil em nação desenvolvida, consciente de sua significação atual e do seu potencial, empenhada em intensificar suas relações com os demais povos amigos do continente, infensa ao isolacionismo e sempre pronto à colaboração, quando desejada e viável.

Na *dimensão da integração social*, o Brasil parte do reconhecimento do que está por fazer, sem, por isso, achar que deve pedir desculpas ao mundo.

É verdade que certas parcelas da população, pelos indicadores econômicos e sociais disponíveis, ainda estão fora dos benefícios da sociedade moderna.

Também é verdade que o reconhecimento de ser o País ainda pobre — ou seja, com níveis de renda *per capita* e de produtividade ainda baixos, segundo os padrões de áreas desenvolvidas — não pode levar-nos a uma atitude dilatória, de passar a preocupar-nos com a distribuição de renda, somente quando houver renda alta para redistribuir.

O crescimento e a política de distribuição de renda devem articular-se dentro de uma estratégia que, simultaneamente, garanta a preservação da expansão do PIB a taxas entre 8 e 10% e conduza progressivamente à melhor distribuição do produto nacional. Melhor distribuição através de programas bem definidos, em campos como: disseminação direta dos resultados do progresso econômico, através da política salarial e de preços que transferem, para o trabalhador e para o consumidor, respectivamente, os ganhos de produtividade, e do PIS, que suplementa a renda e a poupança dos trabalhadores; uso maciço dos investimentos sociais (Educação, Habitação, Saúde-Saneamento, Previdência Social) como instrumento de redistribuição de renda; e incentivos à democratização do capital das empresas, dando início ao capitalismo do grande número, para evitar que o aumento da dimensão média das empresas, necessário à redução de custos, signifique maior concentração de renda.

Na efetivação dessa orientação, é preciso ver claro que o redistributivismo prematuro, sacrificando o crescimento global, não seria a solução do problema da pobreza relativa, no País.

Isso porque a pobreza relativa, dentro do Brasil, é um animal completamente diferente da pobreza relativa, dentro dos Estados Unidos, por exemplo. Neste último caso, os 15% a 20% de pobreza se referem, notadamente, a desajustamentos sociais ou situações peculiares: as minorias (exemplo: porto-riquenhos), as famílias cujo chefe não pertence à força de trabalho (incapacitados, velhos, mulheres sem qualificação profissional etc.).

No caso brasileiro, os 30% de pobreza relativa (percentagem indicativa, em especulação tão boa quanto outra qualquer) estão ligados a três fatores, freqüentemente cumulativos: atividades econômicas de subsistências (como serviços pessoais, nas zonas urbanas, e agricultura de subsistência, na faixa semi-árida do Nordeste), pobreza regional e baixo nível de educação. Em uma palavra: as camadas de renda baixa estão nos setores ou regiões de produtividade anormalmente baixa, situação agravada pelo analfabetismo ou insuficiente instrução. Quer dizer: sem subestimação dos simples desajustamentos sociais, a marginalização econômica de certas categorias sociais está indissociavelmente vinculada à problemática nacional do desenvolvimento.

De modo que esse tipo de pobreza se elimina é pela política nacional de desenvolvimento, atribuindo prioridade à transformação econômica do Nordeste, principalmente no setor agrícola, à ocupação econômica da Amazônia, à revolução na Educação, na Saúde e em outras áreas sociais, à expansão acelerada do emprego nas zonas urbanas, para evitar a proliferação dos serviços de subsistência.

Como encerramento, vale dizer que se levarmos em conta os quatro principais indicadores de poder econômico escolhidos, será possível verificar como o Brasil se afirma na condição de potência intermédia, emergindo, progressivamente, como sociedade desenvolvida e como grande potência. O País constitui, realmente, uma economia altamente dotada — em dimensão, recursos naturais, recursos humanos, capacidade empresarial e técnica —, e cujo potencial se pode, sem demora, efetivar.

"A corporação militar é um elemento vital para a preservação da paz. As armas devem ser poderosas e estarão prontas para serem empregadas a fim de que nenhum agressor em potencial se veja tentado a arriscar a própria destruição."

SUBSÍDIOS PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE DESPORTOS

Maj J. A. PIRES GONÇALVES

1 — O DESPORTO E SUAS INTERLIGAÇÕES ECONÔMICO-FINAN- CEIRAS

É a primeira vez, na época atual, que este assunto é tratado. É mais um inventário sistemático dos problemas, formulando diversas hipóteses de trabalho e traçando algumas orientações para a pesquisa. Estabelecemos aqui um quadro que permite interpretar a intruncada e complexa rede de relações entre os poderes públicos e o meio desportivo, e explicamos as causas e modalidades de conflitos que advêm delas.

O Desporto, segundo sua concepção mais moderna, não é tão apenas uma diversão nos momentos de lazer nem tampouco, somente, um processo de atingir a melhoria física — é, antes de tudo, um meio de cultura.

Se a influência política de um determinado setor social depende, em grande parte, de seus efetivos, temos que convir que o Desporto pesará mais e mais no conceito administrativo das nações.

Acredita-se na Inglaterra que o nível mediocre de performances do país no panorama desportivo internacional é devido a dois motivos: insuficiência de meios postos à disposição dos jovens nas cidades e falha do sistema educativo, no qual a maioria dos adolescentes e adultos não contraem hábitos de se exercitar fisicamente. No Brasil, juntaríamos ainda a carência de professores de Educação Física, a falta de equipamentos desportivos e instalações.

1.1. Desporto-propaganda

Passaremos a seguir a utilizar alguns dados sobre o papel do desporto, como propaganda.

O penúltimo campeonato mundial de futebol reuniu 1.450.000 (um milhão, quatrocentos e cinquenta mil) espectadores nos estádios ingleses e calcula-se que a final, entre Inglaterra e Alemanha,

tenha sido assistida por 400.000.000 (quatrocentos milhões), através da televisão. No México, repetiu-se o fato, tendo sido estimados já em 800.000.000 (oitocentos milhões) o número de pessoas que assistiram à final entre Brasil e Itália.

É ponto pacífico ainda que no começo a imprensa socorreu o Desporto, porém, hoje em dia, serve-se dele, a fim de contribuir para o seu próprio crescimento, fenômeno social da época que é.

Em recente pesquisa feita pelo Centro de Estudos de Publicidade, de Paris, o jornal "L'Équipe" (dedicado aos desportos em geral) é o mais vendido na França às segundas-feiras (2.250.000 exemplares).

A maioria dos jornais europeus dedica cerca de 10% (até 20%, na Grã-Bretanha) da sua superfície diária ao Desporto, sendo que alguns utilizam mais espaço do que em política internacional. No Brasil, o normal é pelo menos uma página (quando não duas), abrindo, não raro, manchetes na primeira página, como foi o caso dos "Correio Braziliense", "Jornal do Brasil" e "O Globo", considerados entre os melhores do País, em março de 1970.

Destes fatos redundou uma guerra entre a imprensa televisada e escrita, julgando-se esta última prejudicada pela ação daquela (através das transmissões diretas), havendo mesmo a idéia de que a "TV esvaziara os estádios..." Fato em parte constatado no Rio de Janeiro, desde que a partida não despertasse grande interesse ou o dia fosse de alta temperatura. Uma idéia salutar, já posta em prática, e que atende a todos os interesses, é a de não televisar as manifestações desportivas na região onde ela tem lugar.

A título de informação, em pesquisa realizada entre dirigentes ingleses, há opinião generalizada de que a transmissão pela TV suscitou um ressurgimento de interesse pelos desportos amadores. Contrariamente o mesmo não se deu com o futebol, pois a assistência diminuiu com o aumento da percentagem de famílias que possuem aparelhos de TV.

1.2. Desporto-técnica

É da concordância atual entre os maiores especialistas que a classe e o estilo não são mais suficientes, ainda que conjugados, para uma performance de nível internacional. O desportista de hoje em dia necessita ser um atleta completo na verdadeira acepção da palavra.

Há necessidade do apelo a outras forças, e o recurso da ciência, com a finalidade de atingir o objetivo: — resultado de alto nível, tais como a análise das capacidades postas em jogo, o auxílio da medicina, psicologia, filosofia e sociologia. Há técnicos que declaram enfaticamente que a utilização das ciências humanas pode ser decisiva neste setor.

Na realidade, o campo da especialização técnica não pára de crescer em todos os domínios da vida social, e não vemos mesmo razão para que o Desporto escape deste movimento universal. A prova disto é o grande número de Congressos de Medicina Esportiva, em todo o mundo.

1.3. Desporto-profissão

O atleta profissional é aquele que vive de competições desportivas. Há autores que consideram que a pratica desportiva remunerada não perde suas características intrínsecas; outros há que acham que esta prática muda a própria natureza da disputa, considerando-a a própria negação do Desporto, sobrepondo-se a tudo, o desejo de vencer.

A verdade é que há atletas profissionais que ganham praticamente o que desejam (o caso de Edson Arantes do Nascimento, o "Pelé"). Na Europa e Estados Unidos há automobilistas, golfistas, esquiadores, beisebolistas e jogadores de futebol americano (rugby) que recebem verdadeiras fortunas anualmente, não sendo incomuns contratos de trezentos e quatrocentos mil dólares (Cr\$ 16.500.000,00/22.000.000,00).

A própria noção do amadorismo já está sendo retificada, devido à evolução dos tempos. Já há a idéia de reembolsar os atletas que tomam parte em competições de âmbito nacional ou internacional do correspondente aos salários perdidos durante aquelas competições. Este assunto já deu margem a discussões, inclusive em Congressos de Educação Física e reuniões do Comitê Olímpico Internacional (COI).

Ernest Hemingway com muita propriedade declarou que desde que um determinado desporto é atraente o suficiente para obrigar um espectador a pagar, o germe do profissionalismo já está contido nele. São do conhecimento público as vultosas somas com que são fechados os contratos de determinados patrocinadores de competições esportivas (futebol e boxe, principalmente), no Brasil.

A outra razão forte para que o amadorismo agonize é a busca do recorde. Este é consequência do progresso técnico: há necessidade de utilização de melhor material, melhores implementos, transformação das condições de vida (a fim de permitir ao atleta dedicar um tempo maior ao treinamento), alimentação mais racional, balanceada e dispendiosa, para citar os principais. E isto tudo custa caro, e exige dedicação total — sem a recompensa, como é o caso do amadorismo.

1.4. Desporto-jogo — A Loteria Esportiva

A aposta no jogo era conhecida nos antigos Jogos Olímpicos.

Para se ter uma idéia em relação a números, na Itália, o Totobola rende Cr\$ 335.000.000,00 (trezentos e oitenta e cinco milhões de cruzeiros) anuais. E desde que foi instalado em Portugal há 8 (oito) anos — dados relativos a 1968 — já rendeu ao país Cr\$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de cruzeiros) líquidos, que foram distribuídos, entre outras instituições, para: Fundo de Fomento ao Desporto, Assistência aos Diminuídos Físicos, Bolsas de Estudos e Entidades Desportivas.

No Brasil, arrecada-se anualmente uma quantia bruta que poderíamos estimar em cerca de Cr\$ 420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de cruzeiros), considerando a média do primeiro semestre de 1971.

E isto para o segundo ano de existência, sabendo-se que a observação, em 38 (trinta e oito) países onde existe o concurso, permitiu constatar um aumento de cerca de 30% (trinta por cento), em relação ao ano anterior, até o quarto ano, quando se estabiliza a arrecadação.

Baseados nestes números iniciais, estes dados não nos parecem absolutamente exagerados, já que dois milhões de apostadores representam uma percentagem de cerca de 2,2% (dois virgula dois por cento) da população atual do Brasil, estimada em outubro de 1971 (pequena na realidade, pois no restante do mundo varia de 5,6% a 26,6%). O concurso atraía atenção de todo o País, pois cada brasileiro julga-se um "expert" em futebol. Poderíamos prever uma renda bruta a partir do quarto ano de existência do concurso entre Cr\$ 450.000.000,00/500.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta e quinhentos milhões de cruzeiros) anuais, menor apenas que o orçamento dos maiores Estados da Federação.

Trata-se, como se depreende facilmente, de assunto de interesse público, para não dizer mesmo nacional.

O CFD e o DED (ambos do MEC) receberam neste ano de 1971 cerca de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) para aplicar no fomento da Educação Física, Desporto e Recreação

Não nos parece difícil deduzir o bem que advirá na aplicação judiciosa e consciente de verbas oriundas da Loteria Desportiva. Problemas tais como construção de estádios, piscinas, quadras; instalações de escolas de Educação Física e centros de pesquisa; constituição de bibliotecas dinâmicas, contratação de técnicos estrangeiros nas modalidades em que estamos mais fracos; envio de bolsistas a outros países (somente para citar alguns benefícios), seriam suplantados.

Será dinheiro que voltará ao povo destilado, reabilitado, purificado, na forma dita no parágrafo anterior.

Outrossim, já ficou provado em alguns países europeus que a Loteria Esportiva supera a aposta dos jogos de azar. Não será uma forma de terminar definitivamente com o jogo do "bicho", de maléficas conseqüências e que nada rende à Nação?

Parece-nos, para finalizar, que a participação do público em geral nas apostas tende a aumentar ainda mais o interesse pelo Desporto, trazendo, como resultado, de maneira indireta, conseqüências benéficas.

1.5. Desporto-publicidade

Resultado da estrondosa ressonância que têm as competições desportivas, em virtude do suporte dado por imenso público, o Desporto foi recrutado para servir à atividade publicitária. Assim temos o "Jornal dos Sports", da GB, patrocinando a Corrida da Fogueira, os Jogos da Primavera e os Jogos Infantis, de grande repercussão entre os jovens; a "Gazeta Esportiva", em São Paulo, apadrinhando a Corrida de São Silvestre e os Jogos Abertos do Interior; "O Globo", da GB, organizando as "Luvas de Ouro" e as "Luvas de Prata" — para citar alguns.

É sabido, na imprensa escrita, que os jornais desportivos não têm problemas no que tange a anunciantes.

Nos Estados Unidos o preço de 1 (um) minuto de anúncio na TV durante os jogos finais da Liga Nacional de Rugby ascende à cifra espetacular de Cr\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil cruzeiros).

O México, por ocasião da Copa Jules Rimet, concluiu com o Brasil um contrato para televisionar diretamente os Jogos por uma quantia astronômica, praticamente imposta.

A propaganda chega a tal ponto que, em certos desportos, vemos o próprio nome de empresas escrito na roupa ou implemento (caso, entre outros, do automobilismo, ciclismo, boxe, e esqui).

Atletas famosos, como Pelé, pintam de preto as três listras brancas de suas chuteiras, a fim de não mostrar que usam artigos da fábrica alemã Adidas, que nada lhes paga (como fizeram outras organizações, com as quais ele assinou contratos que ascendem várias dezenas de mil cruzeiros).

Após as últimas Olimpíadas, realizadas no México, estourou um escândalo internacional, no qual estiveram envolvidas firmas acusadas de pagarem atletas para competirem com o seu material. Uma delas, diz-se, dava sapatos de prego para corrida aos mais famosos, a título de brinde, dentro dos quais estavam notas de dólares...

No Brasil, são raras as manifestações desportivas em que nos intervalos não haja anúncio de marca de cerveja, ou cigarro (coisa que julgamos não deveria ser permitida pelo órgão de direito), já que influencia jovens para o vício da bebida e fumo.

1.6. Desporto-empresa

Em um mundo, onde o dinheiro é motor trágico, o Desporto não escapa a esta tendência generalizada. Além do mais, seria justo afirmar que uma especulação lucrativa na Bolsa de Valores é mais honesta que o suor gasto por um Gérson, correndo e dando chutes horas a fio, numa bola de futebol?

O fato é que, na realidade, o Desporto torna-se cada dia um negócio excelente: seja pelas inúmeras firmas relacionadas com ele, através de contratos com a TV, construções, propaganda, aposta. Girará daqui para a frente com um numerário cada vez maior — atingindo, acreditamos, quantias fabulosas, em futuro não muito distante.

A título de exemplo, citaremos Pelé, que fatura cerca de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) mensais, sendo Cr\$ 141.000,00 (cento e quarenta e um mil cruzeiros) só com o futebol e os restantes entre contratos com a Shell, (gasolina), Gillete (lâminas de barbear), Puma (chuteiras), Ducal (roupas), Monark (bicicletas), Ray-o-Vac (pilhas), Sparta (roupas), Dulcora (drops), Banco Industrial de Campina Grande (Relações Públicas) e "royalties" diversos.

Pode-se mesmo afirmar ser o Desporto hoje em dia um negócio bastante lucrativo, havendo firmas que confeccionam implementos e material de uso pessoal de capital vultoso (Adidas, Puma, Sandvik) com ramificações em vários países. Investidores tradicionais e famosos por sua judiciosa forma de aplicar capitais envolvem-se com o Desporto, como o caso da família Rotschild, que constituiu uma firma somente para apoiar o desporto de inverno, mais chamado de "Ouro Branco".

2 — CARACTERIZAÇÃO DA REALIDADE DESPORTIVA NO PAÍS : SUA ORGANIZAÇÃO

Tentaremos, em rápidas pinceladas, caracterizar a organização da Educação Física e dos Desportos no Brasil. Neste retrato sucinto, procuraremos dar uma visão panorâmica, para os interessados nestas atividades, da grandeza e da complexidade da matéria.

Analisando todas as leis que regem a Educação Física e os Desportos no Brasil, verificamos que o órgão "pater", que tem sob controle, direta ou indiretamente, essas atividades, é o MEC, Ministério da Educação e Cultura.

O MEC, para a consecução de seus objetivos nessa área, possui dois grandes órgãos, que são responsáveis pela Educação Física e os Desportos no Brasil: o DED (Departamento de Educação Física e Desportos) e o CFD (Conselho Federal de Desportos), antigo CND.

Analisaremos cada um de per si, por serem distintas suas áreas de atuação.

O DED — Departamento de Educação Física e Desportos (antiga Divisão de Educação Física) é o órgão responsável pela Educação Física, os Desportos e a Recreação na área estudantil, em todo o território nacional. Ele é um órgão de planejamento, coordenação e supervisão (sic); opera através de projetos oriundos dos municípios, elaborados com base nos Planos Estaduais de Educação e canalizados até ele por intermédio das Secretarias de Educação ou Departamentos de Educação Física, Desportos e Recreação.

O CFD — Conselho Federal de Desportos, é o órgão normativo destinado a "orientar, fiscalizar e incentivar" (sic) a prática dos desportos em todo o País.

O que nos parece falho neste contexto, é que nenhum dos dois órgãos é executivo.

O DED tem como extremidade de seu fluxograma os Departamentos Estaduais de Educação Física e Desportos (que são apenas quatro no momento em todo o País), órgãos estes que não são federais já que pertencem aos complexos administrativos estaduais.

O CFD, por sua vez, tem como órgãos executantes (se é possível dizer-se isto de um conselho, essencialmente normativo) as Confederações, que são entidades privadas. Como se depreende, as duas cadeias sofrem um hiato em determinado ponto de seus elos.

Dentre as Confederações existentes, duas nos parecem de maior destaque: a CBD — Confederação Brasileira de Desportos e a CBDU — Confederação Brasileira de Desportos Universitários.

A primeira, por ser eclética, tem sob sua tutela, além do futebol mais 22 (vinte e dois) desportos diferentes, uma vez que os mesmos não possuem Confederação própria.

A segunda, também eclética, tem seu grau de importância em relevo, porque todos os desportos (mesmo os que tenham Confederações próprias), desde que praticados por universitários, estão sob a sua égide.

O CFD e as Confederações, são, portanto, órgãos de direção nacional dos desportos (excluídas a Educação Física e Recreação) sendo que, nos Estados, esses órgãos são representados pelas Federações, que também podem ser especializadas ou ecléticas.

No setor universitário, cada Estado possui sua Federação eclética, sendo que as faculdades, através de suas associações atléticas acadêmicas, se filiam a ela diretamente, ainda que as mesmas se encontrem em municípios.

Finalmente, deparamo-nos com as Associações desportivas, que são o elo entre as Federações e os Clubes, nos quais os desportos são ensinados e praticados, constituindo-se assim toda a base da organização desportiva nacional.

Ao iniciarmos esse capítulo, dissemos que o MEC tinha sob seu controle, direta ou indiretamente, a organização desportiva nacional. Fizemos uma demonstração do que diretamente está ligado a ele ou a seus órgãos. Indiretamente, vamos encontrar mais 2 (duas) entidades desportivas na organização do CFD, que estão apenas ligados em linha de assessoria (pontilhada), que são a CDFA — Comissão Desportiva das Forças Armadas e o COB — Comitê Olímpico Brasileiro.

O CDFA pertence ao Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), é um órgão de direção desportiva, com características próprias, por ser adstrito às Forças Armadas do País.

Quanto ao COB, já o analisaremos com mais profundidade no capítulo 12, à parte. Assim, portanto, pretendemos, numa demonstração clara e simples, mostrar a organização da Educação Física e dos Desportos no Brasil.

3 — DIRETRIZES GERAIS PARA UM PLANO INTEGRADO

Não nos move a intenção de dar soluções finais. Este trabalho, pois, é apenas uma base de partida, não uma meta a chegar.

Inicialmente pretendemos situar e debater os pontos básicos, analisando aqueles itens que são, no consenso internacional, considerados o "calcanhar de Aquiles" de qualquer estrutura político-desportiva. Nossas referências fundamentais são as atividades desportivas:

- para as massas;
- como meio de educação do povo;
- nas Forças Armadas;
- na empresa privada;
- nas confederações;
- no seio da juventude;
- nos clubes;
- na Alta competição.

Mova-nos o objetivo de convencer os pais, os professores, o empresariado em geral, os chefes militares e os poderes públicos, de suas verdadeiras responsabilidades face aos objetivos da Educação, da formação física e moral, voltando-lhes as vistas para uma de suas mais nobres missões.

Aos pais, aos professores, ao empresariado em geral e aos chefes militares deve ser lembrado:

- sua responsabilidade na educação permanente, incluindo a atividade física como uma componente da Educação total;
- a conveniência de incorporação, a curto prazo, do educando como elemento ativo na sociedade dos determinantes de comportamento desportivo;
- da necessidade da manutenção física pela ocupação das horas de lazer, para empregados e subordinados, com o propósito de promover um aproveitamento eficiente do tempo;
- que, em última análise, o Desporto deve ter também para o adulto o sentido de promover a co-participação;
- da importância da integração de todos os elementos da sociedade como partes constituintes de um sistema, útil para o aprimoramento desportivo em níveis nacionais;
- de que o Desporto deve merecer de todos, filhos, alunos, empregados e empregadores, o estelo e a fórmula para o desenvolvimento da personalidade humana.

Aos poderes públicos, cabe, como responsáveis pela adoção de um planejamento objetivo:

- atuar de modo a contribuir, para a ação educativa, por meio das atividades físicas;
- favorecer o franco desenvolvimento do desporto como parte integrante da Educação e da Cultura, investindo na educação pré-esportiva;
- preservar a liberdade desportiva, sem discriminação social, política, racial e religiosa, cooperando com todos os organismos atuantes na promoção do Desporto;
- empenhar seus esforços de maneira que a escola, responsável pela primeira etapa da educação, assegure aos alunos a prática desportiva de base, despertando as vocações para o esporte;
- proporcionar ajuda positiva, estimular o desporto recreativo e educativo como meios de salvaguardar o hábito da prática desportiva e/ou a "atividade pela própria atividade";

- atender à demanda de pessoal especializado, proporcionando bolsas de estudos e cursos no exterior, criando um quadro de pessoal e técnicos eficientes para assessorar os programas a serem executados;
- despertar a população para as atividades físicas não competitivas do tempo de lazer (ginástica voluntária) que, sob o ponto de vista individual e social, constituem uma necessidade imperativa dos tempos modernos;
- empenhar os esforços para atingir sua organização estrutural, compatível, que será, em última análise, um importante instrumento de apoio para a política social;
- atuar como organismo de coordenação para o "Desporto de competição seletiva", quando isto seja requerido em âmbito nacional;
- apoiar financeiramente a construção de estádios, ginásios, quadras, piscinas, parques e equipamentos vários, em benefício dos trabalhos e práticas desportivas.

As organizações desportivas vinculadas às entidades privadas cabe:

- possibilitar a recuperação física e mental do trabalhador, proporcionando amplas oportunidades de práticas desportivas e de recreação;
- utilizar racionalmente, o sistema "Colônias de Férias" para funcionários, operários e família, de modo a restaurar as energias despendidas durante o ano de esforço;
- promover o máximo de atividades desportivas no período de férias;
- aproveitar o esporte, através das atividades não competitivas e de conjunto, como estímulo para a preservação de caráter liberal e democrático de seus dependentes diretos e indiretos;
- coordenar esforços para o atendimento especial dos deficientes e inferiorizados no campo do trabalho físico;
- multiplicar as instalações desportivas de forma a satisfazer as necessidades de atividade física de massa para as crianças, adolescentes e adultos, vinculados a empregos.
- construir terrenos destinados aos desportos terrestres, salas de musculação e piscinas em todos os centros habitacionais, a fim de possibilitar a todos membros da comunidade oportunidade de treinamento regular.

Pensamos que, devido ao lugar hoje em dia ocupado pelo Desporto e suas implicações subjetivas, além do seu número de praticantes, dirigentes, associados e outros envolvidos direta ou indiretamente

com ele, representando uma grande percentagem da Nação, a intervenção estatal neste setor, além de um direito, constitui-se numa necessidade evidente. É uma consequência lógica da ajuda e fomento prestados ao Desporto, ditar as condições, fiscalizar e exercer o controle sobre as atividades desportivas do País, no qual 76% dos seus jovens, nos últimos anos, são recusados por incapacidade física nos exames médico e físico para prestação do serviço militar.

O Desporto, dentro de sua mais alta concepção, é um todo indivisível. Será investir, se o incrementarmos em todas as suas formas, seja no ensino elementar, médio, universitário, nos períodos de descanso, nos estádios ou nos encontros de alta competição.

É natural que se deseje para o Desporto o maior desenvolvimento possível. Porém, jamais conseguiremos isto, sem a implantação de uma mentalidade desportiva nas escolas, ou antes que as escolas despertem na juventude o hábito de gostar da atividade física. Quando se conseguir isto, poderemos assistir à expansão da nossa potencialidade desportiva, integrada ao plano de desenvolvimento geral do País. Impõe-se, para tanto, uma política de promoção e proteção ao Desporto.

O problema do desenvolvimento, sabemos, está intimamente ligado à Educação, e o desenvolvimento só será para todos, quando houver educação para todos. O Desporto, possibilitando o encontro do homem consigo mesmo, com a comunidade, com as estruturas e com o momento histórico em que vive, é um poderoso instrumento de difusão da Educação.

4 — DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A MASSA

Alguns podem considerar o Desporto e Educação Física como uma meta de pequena prioridade no plano nacional. É preciso ver, entretanto, que contribuindo para melhorar a saúde, a resistência, o rendimento e produtividade das massas, e para diminuir as tensões sociais, pode cooperar de modo decisivo para a aceleração do crescimento da nação, já que traz em seu bojo justificativas próprias.

É justo admitir que todos têm o direito de praticar desportos. Neste século de avanço permanente da tecnologia de múltiplas exigências, tais como atenção prolongada, reações rápidas, coordenação de movimentos, é indispensável estender o Desporto ao povo, como fator de compensação e equilíbrio. O Desporto passa a ter uma importância tal que o estado deve colocá-lo ao alcance de todos, como uma conquista fácil, sem obstáculos de qualquer natureza. Levado à massa, através de uma estrutura adequada, possibilita aumentar o rendimento homem/hora no trabalho, cria maiores condições de resistência à fadiga, aumenta a potência orgânica e equilibra seu sis-

tema nervoso. Novas qualidades, tais como a pertinácia, decisão, coragem, iniciativa, poderão aflorar como resultado da dinamização das atividades físicas do homem.

O Desporto é incontestavelmente um elemento básico de cultura, de formação e de pleno desenvolvimento da personalidade humana. Desta forma, há que integrá-lo também na massa escolar nos três níveis, na massa militar e na massa operária, para que ele se constitua, verdadeiramente, em fonte de saúde e equilíbrio.

Sua ativação, entretanto, dependerá da montagem de um planejamento mais consciente e amplo ajustado ao comportamento das massas, articulando-se no tempo e espaço como meio de integração local e nacional. Tal planejamento deve levar em conta, no levantamento dos dados existentes, aquele mínimo de praticantes de esportes, os grupos associados que constituem uma "elite" desportiva fechada e incomunicável, o pequeno e inexpressivo número de escolares que praticam a Educação Física e o descomprometido espectador que lota as arquibancadas, sem a compreensão e respeito àquela minoria que se apresenta nos estádios para as "performances" físicas; o cotejo das estatísticas, testemunho irrefutável da falta de orientadores e técnicos; o escasso número de estimuladores do trabalho desportivo, e mais, a urgência no aprofundamento das técnicas, no aparelhamento dos recursos e aptidões físicas do homem, como ser biológico e social.

No ato de planejar, deve-se propor como objetivos imediatos a curto, médio e longo prazos, não uma manifestação escassa, aprioristicamente consumada em termos de execução fortuita e transitória (como são as demonstrações de Educação Física) mas o trabalho diário, que só frutifica após algum tempo.

Deve-se, isto sim, atentar para a realidade desconcertante em que se encontra a Educação Física e os Desportos, nas escolas. Pressas de um planejamento obrigatório, por força de imposições burocráticas e administrativas, o saldo positivo a favor das atividades físicas realizadas pelos alunos é desalentador.

Os calendários escolares fazem com que apenas uma minoria participe das práticas, resultando a marginalização desportiva da maioria. A conscientização para um trabalho de massa, no Desporto, ainda não foi despertada.

Impõe-se ampliar a zona de participação dos educandos nas atividades da escola, convidando-os a empreenderem livremente a ginástica de solo, a natação e os jogos coletivos. Fazer valer um currículo em que sejam determinados os valores e os créditos para o desenvolvimento das atividades esportivas e os lares, não só como higiene mental, mas como fator formativo e de comunicabilidade.

Criam-se seções especializadas nos periódicos e revistas, fazem-se programas e debates na televisão que entram pela madrugada adentro; compram-se, a peso de ouro, horários especializados nas principais emissoras de rádio do País. E para que? Para atrofiar toda uma massa diversificada que passa a reservar seus períodos de lazer para um divertimento estacionário, esquecendo-se de quanto melhor seria se estivesse praticando e não assistindo.

Cremos que o Desporto desempenhará, cada vez mais, se for adotado com justeza e realidade, um papel preponderante na vida moderna. Toynbee já declarou que mediremos o grau das civilizações do fim deste século pela maneira judiciosa de aplicar as horas de lazer. A importância disto é avaliada quando verificamos que os países mais adiantados já planificam a semana de quatro dias e o dia de cinco horas de trabalho. Cabe, portanto, sem paixões, dar um amplo lugar à temática desportiva, integrando-a, de fato, à organização social. Prever as atividades extraclases nas escolas, de campismo, excursões, montanhismo, como aparecem nos planejamentos. Levar o efeito formativo da educação do físico a todos, numa operação globalizada e conjunta.

Deste modo, o Desporto, como Educação, tornará o homem cónscio de suas virtualidades e possibilitará que ele aproveite com equilíbrio suas energias. Seria uma obra de integração da maioria, no processo global, equipando toda a Nação para uma ação inteligente e metodizada.

Um dos grandes objetivos do Desporto é atingir a massa com todo o seu potencial educacional e formativo, para tirá-la de sua inércia, de sua estagnação, evitando o esclerosamento e o enfarte, mostrando-lhe seu papel ativo e criador, num mundo onde o conhecimento e a tecnologia se encontram num estado perpétuo de dinâmica e progresso.

5 — MEIO DE EDUCAÇÃO DO POVO

O Desporto praticado sob as suas mais variadas formas contribui, como sabemos, de maneira decisiva para a educação de um povo. Sua missão dinamizadora das massas, uma vez aplicados os meios adequados, tem profundos reflexos na formação integral dos indivíduos. Permite que estes se conheçam e se respeitem de modo pleno, despertando em todos um sentimento de ampla solidariedade. Daí afirmarmos que um grupo desportivo é uma espécie de família, onde predomina, como base fundamental, a coesão, cujo segredo repousa na simpatia e no calor humano que o Desporto consegue despertar.

O Desporto é uma disciplina formadora por excelência, porque exige o empenho do corpo e da mente. Esta capacidade de completar a formação do homem já era reconhecida mesmo nas civilizações

primitivas. Seja através de uma prática orientada, seja por meio de jogos na sua forma simples e recreativa, concorre para que se estabeleça o equilíbrio e harmonia psicofísica, o que justifica sobejamente o lugar privilegiado que ocupa na Educação dos povos.

Se queremos um povo desenvolvido, não podemos prescindir, na formação do homem, da componente desportiva, fator de sua relevância em qualquer sistema educativo. Como meio de educação para o povo, aquela componente deve ser considerada sempre e posta a serviço de toda a Nação.

A educação real não repousa sobre a obrigatoriedade, mas sim no consentimento e esta é uma das razões pela qual o Desporto deve ser encarado como forma "sui generis" de Educação.

As gerações crescem e se sucedem. Como afiançar um desdobramento na eugenia, se não assegurarmos no presente uma formação desportiva adequada do jovem?

Se a população brasileira, essencialmente moça, (cerca de 75% na faixa até 30 anos) não utiliza, não pratica, não experimenta, não atua em competições, não poderá transferir como herança aos seus descendentes um sentimento favorável em relação ao Desporto.

"Uma só geração, a que não tenham faltado os meios para uma verdadeira Educação, será capaz de constituir uma Pátria livre, digna e feliz".

No processo educacional de transferência através das sucessivas gerações, estão os preceitos de alto sentido humano, de herança cultural e espiritual, que asseguram a continuidade de um povo através do tempo. A tradição em práticas educativas de desportos e competições deve ser evidenciada, não só pelo próprio valor que assume nesse contexto, como pela satisfação que propicia aos jovens no desenvolvimento de suas necessidades psico-sócio-biológicas.

Há necessidade imperiosa de que todos os elementos do complexo educativo sejam levados em conta. Sendo a Educação intimamente ligada à existência humana, aspectos pedagógicos especializados das atividades físicas e dos desportos proporcionam ao indivíduo uma vasta categoria de habilidades, atitudes e qualidades, permitindo-lhe a sublimação e recriação do organismo. Mas para que o Desporto possa exercer esses efeitos há que inclui-lo na vida da criança. Esta terá que adquirir o hábito das atitudes desportivas, adotando a prática sistemática de jogos, de um planejamento real e objetivo.

A exploração criativa de movimentos fundamentais (exercícios) conduz ao controle do corpo, ao equilíbrio e à coordenação sensório-motora, provendo um campo rico para aprendizagem de valores, possibilitando uma gama de satisfação que a escola deve enfatizar.

Há, portanto, muito o que fazer no campo das atitudes físicas, dos desportos e da exploração das potencialidades infantis. Apesar deste tipo de atividade ser constantemente mencionado e continuamente tratado, quando se fala em Educação, a verdade é que o ambiente da escola restringe o comportamento da criança no que se refere à liberação física.

A feição do mundo moderno tem acentuado, cada vez mais, a propriedade da educação intelectual, abandonando a função e os valores das atividades gímico-desportivas, para a qual, quase sempre, elaboram-se programações ambiciosas, mas totalmente distantes da realidade.

Sabemos que as atividades lúdicas, além de possibilitar uma melhor compreensão de como crescem as crianças, atuam como um benéfico elemento transformador, provocando-lhes ação e determinação no sentido de novas necessidades e interesses. Desde que essas necessidades hajam sido especificadas, a prática dos jogos poderá servir como elemento propiciador de recursos educativos, morais, intelectuais e sociais.

Falamos de algumas particularidades da vida escolar, no que se refere às atividades físico-desportivas infantis. O mesmo quadro desalentador existe no nível dos jovens, "raia moça de nosso País". Eles também devem adquirir o hábito das práticas desportivas, através das quais assimilarão, quase que inconscientemente, os padrões formativos que os desportos proporcionam.

O Desporto poderá ser um elemento catalisador para a juventude, tão marginalizada nos tempos atuais e que vai buscar seus derivativos nos exageros do campo sexual e no consumo de entorpecentes. Suas "viagens" ao terreno do desconhecido e das sensações extra-sensoriais talvez sejam a consequência da falta de um dos componentes de sua educação capaz de equilibrar seu estado psíquico e sua fisiologia.

Há, repetimos, urgência em aproximar o Desporto do povo, em virtude de sua caracterização de verdadeira escola social. E isso só conseguiremos reformulando sua prática, com o objetivo de elevar o padrão de saúde do País, sabidamente colocado nos últimos postos das estatísticas internacionais.

6 — O DESPORTO E A EDUCAÇÃO

Sendo um fator de desenvolvimento individual e parte essencial de toda organização social, o Desporto contribui para o progresso humano e influi diretamente no desenvolvimento de um povo. Se a sua organização é rudimentar em um país ou se, naqueles em que existe, não se acha orientada no sentido da Educação, pode-se deduzir que está havendo omissões.

É incompatível com o espírito que norteia o Desporto qualquer restrição ao mesmo, por considerações de ordem social, política ou religiosa, ou ainda a falta de planejamento educacional desportivo. A nova estrutura administrativa do País leva-nos a acreditar existir condições mais adequadas a qualquer esforço que se faça neste setor. No campo da Educação Física sugerimos que se aproveite esta situação procurando usufruir um momento que é oportuno para a orientação das massas.

Observe-se o entusiasmo pelas atividades desportivas. O surgimento de novos times de futebol, os descamisados varzeanos, a abertura de novos campos com suas traves toscas e as agremiações operárias de torcida organizada. Há um começo de transferência de opiniões para a importância do Desporto, partindo ainda de um pequeno público. E é este pequeno público que nos importa, pela sua extrema boa vontade, e inusitado interesse. Impõem-se providências para um esclarecimento maior na divulgação, aproveitando-se o entusiasmo e a satisfação interior que anima os praticantes e os aficionados.

É tarefa inadiável dos poderes públicos empenhar-se por colocar um mínimo, seja de instalações, seja de professores, seja de técnicos ou monitores, à disposição desses praticantes e ensuasiastas dos desportos.

Julgada a imperiosa necessidade de exploração das atividades físicas e dos desportos, para perfazer o manancial de recursos apreensíveis ao equilíbrio do homem, detemo-nos na constante tempo-espaço da Educação, onde todas estas necessidades foram revistas e caracterizadas como pedras basilares do processo.

Nessa incursão no terreno sócio-educativo, destacamos a premissa de que: o homem deve ser educado para ser o que é, e que deve ser educado para ser o que não é.

Em verdade, estas premissas têm sua caracterização no conceito de liberdade, para o qual envereda e caminha o sentimento democrático humano. A finalidade da Educação, nesse caso, só se pode desenvolver ao mesmo tempo que a singularidade e a consciência do indivíduo em termos de reciprocidade sociais.

A pedagogia moderna considera a Educação, não apenas um processo de individualização, senão também de integração, ou seja, a reconciliação da singularidade individual com a unidade social. Dentro deste ponto de vista, o indivíduo estará ajustado à medida que realiza sua individualidade dentro do complexo da comunidade.

Segundo Mannheim, as "técnicas sociais" que influenciam o comportamento humano, de maneira a enquadrá-lo aos padrões de interação e organização sociais, são as mesmas empregadas como recursos de favorecimento na Política, na Educação e na Comunicação.

A existência de técnicas sociais é particularmente evidente nas Forças Armadas, cuja eficiência repousa, principalmente, sobre a organização, o treinamento físico, a disciplina e os desportos. Mas também na vida civil, as pessoas têm de ser condicionadas e educadas para se ajustarem aos padrões dominantes da vida social. O trabalho nas fábricas requer treinamento especializado em habilidades, comportamento específico, disciplina, hierarquia, uma divisão bem definida de trabalho, e controle das relações entre as pessoas com suas tarefas.

— “A educação não molda o homem em abstrato, mas em uma dada sociedade e para ela.”

Os professores buscarão encarar a sua missão educadora na formação física e moral como fatores de amoldamento social, participando da ação desse ajustamento. A escola, como “grupo constituído”, deve estabelecer a vinculação do sistema social com outros sistemas “instituídos”, acelerando a integração sócio-educativa. A fim de resolver o problema da organização das massas, a sociedade moderna terá de aperfeiçoar e estender essas técnicas sociais. São elas alternativas para exercícios do alto controle das populações.

Enquanto a sociedade era regulada pela interação natural entre pequenas unidades fechadas, os controles mútuos eram fáceis de ser exercidos. Um indivíduo podia controlar o outro. Os grupos podiam controlar outros grupos e os indivíduos. Isto já não é simples na sociedade atual. De algum tempo para cá, as técnicas modernas têm sido associadas ao complexo administrativo, constituindo-se em força incrementadora do poder.

Em consequência, o problema de condução da massa passa a ter, além do aspecto político-governamental, um outro sentido. Não mais se trata de “estabelecer técnicas”, “dominar técnicas”, mas exercer técnicas determinadas com perfeito conhecimento de suas implicações sócio-políticas. Trata-se de dominar os pendores potenciais: aqueles cujo poder se apropria de todas as possibilidades de incremento e execução dos fatores condicionantes da problemática social-desportiva. Obrigando-os a compreender, realmente, a natureza social do Desporto, seja na escola (elementar ou média), clubes desportivos ou universidades, criando nos grupos sob suas responsabilidades uma ampla base de ação que transcenda aos simples interesses informativos do Desporto, mas inspirados pelo ideal de promover o desenvolvimento humano, através dele.

E donde retirar a principiologia, o conteúdo? Do lúdico. O termo deve ser tomado na sua acepção mais ampla e no seu sentido mais profundo — o Desporto.

Não há dúvida nenhuma que a sociedade atual se orienta nessa direção. Dever-se-ia, portanto, aproveitar a oportunidade para criar um órgão de planejamento e coordenação dos esforços das Municí-

palidades, Confederações (ou Federações), das Universidades ou Faculdades, das Grandes Empresas Comerciais e das Forças Armadas, para que estes setores, devidamente ativados, passassem a ser um verdadeiro cadinho, a forjar a sã mentalidade desportiva. Mobilizar-se-iam, desta forma, todos os meios para assegurar a compreensão exata das atividades desportivas.

Para se citar exemplos no setor escolar: não seria autorizada pela Ministério da Educação e Cultura a construção de nenhum estabelecimento de ensino que não dispusesse de instalações básicas para prática desportiva, proporcionais ao seu tamanho e também ao número de alunos (um ginásio e/ou um estádio). A par disso, deveria ser incrementada a construção de praças desportivas nos estabelecimentos educacionais já existentes e que não as possuam. Poder-se-ia aceltar, e mesmo estimular a participação ativa dos alunos do ensino médio e universitário nas agremiações estudantis ligadas ao Desporto. Isto faria com que se melhorassem no futuro os quadros de dirigentes desportivos do País. Seria um trabalho para substituir os famosos "cartolas" normalmente tão desprovidos de conhecimentos técnicos ou desatualizados, por gente com conhecimento dos problemas relativos ao Desporto.

Sabemos das necessidades dos "cartolas", pois reconhecemos que eles são um mal necessário, o "abre-te-sésamo" para o equacionamento de muitos problemas que, pela complexidade e uma série de outros fatores, só encontram solução através da atuação daqueles burocratas do Desporto. É válida a tentativa de melhorarmos o seu nível de conhecimentos de organização e técnica desportiva.

Pelo exposto, sentimos a tremenda urgência da reformulação da orientação desportiva dos poderes públicos, em virtude da responsabilidade do País face à atividade física. E assim fazendo, estaremos cooperando para a democratização do Desporto, que exige a mobilização de todas as energias, a participação dos governos, dos educadores, dos pais, dos praticantes, dos responsáveis econômicos e sociais. E a democratização pressupõe congregação e justo equilíbrio entre a iniciativa privada e os poderes públicos.

7 — EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS NA ORGANIZAÇÃO PRIVADA

Conceituadas várias formas de dinâmica desportiva e feito o enfoque de situações compatíveis ao seu pleno e total atendimento, vimos que é impossível argumentar em termos de sociedade e capacitação física, sem a conseqüente determinante da execução lúdica.

Passemos a considerar o Desporto dentro da iniciativa privada, setor que de maneira alguma pode ser descuidado num planejamento integral. Aglutinando em seu sistema empresarial vasto número de

funcionários, operários e servidores, as organizações privadas têm grande possibilidade de cooperação e participação no Desporto.

Desde os clãs da Idade da Pedra, observamos a enorme importância do valor humano assentado em bases gregárias. Impelido pelo instinto de sobrevivência, o Homem venceu as forças da natureza, lutou contra vários obstáculos e se arregimentou em grupos tribais. Trocando produtos, partilhando experiências, equacionando situações, moldando e manufaturando seus próprios instrumentos, desde a pré-história, acabou por criar o mundo social como hoje conhecemos.

Dirigindo nossas reflexões e observando o potencial por orientação das nossas massas nas entidades estatais, paraestatais e organizações privadas, sentimos toda sua capacidade catalisadora, que poderá ser aproveitada para o incremento do espírito desportivo do povo.

Se apreciarmos as relações entre o trabalho e a dinâmica social, veremos as razões que justificam a ênfase com que pugnamos por uma plena articulação entre as empresas, organizações privadas de comércio e indústria com os métodos desportivos que projetam valores e conseguem ordenar o grupo até a sua plenitude.

Não basta melhorar as condições materiais de vida dos operários. Há que criar oportunidades para aquelas práticas harmônicas e compatíveis com sua função biológica. Evitar que a ocupação de quase toda uma existência fique limitada a simples tarefa de suprir as necessidades materiais. O trabalho atraente deve substituir o trabalho rotineiro e enfadonho.

As grandes firmas têm necessidade de dinamizar o setor desportivo de seus funcionários e digirentes. Isto poderá ser alcançado, seja através de uma prática bem orientada (colônia de férias, ginástica de pausa, competição entre as diversas fábricas, criação de praças desportivas etc.), seja através de convênios entre os Ministérios da Educação e Cultura — Ministério da Fazenda — Ministério do Interior — Ministério da Indústria e Comércio — Indústria Privada. Deveria haver a obrigatoriedade de as grandes organizações proporcionarem meios materiais (campo de futebol e/ou quadras e/ou piscina) efetivos para a prática desportiva nos arredores da empresa, a qual passaria a desempenhar uma importante função social na região. O rendimento de trabalho e, conseqüentemente, a produção apresentaria um crescimento apreciável.

Ainda que algum dono ou gerente de empresa possa pensar que o Desporto praticado nos intervalos ou em horas preestabelecidas por planejamento, vá fatigar os empregados, o efeito é comprovadamente contrário, pois ele atua como uma autêntica ginástica de pausa, compensando as tensões e aumentando o rendimento da organização.

E o lado psicológico? E a atividade lúdica? Os operários passariam a referir-se à equipe de futebol de "sua fábrica", ao "seu" ginásio, num autêntico e benéfico "esprit du corps".

As grandes companhias asiáticas, européias e americanas têm nas suas equipes desportivas uma excelente arma de propaganda da forma. "Em passant", citaremos a Yashica e a Hitachi, do Japão, com seus fabulosos times de vólibol feminino; a Bayer, da Alemanha, com seus campeões olímpicos de atletismo e a Caterpillar e a Chevrolet, dos Estados Unidos, com suas poderosas equipes de basquetebol. São gastos absorvidos pelo imposto de renda.

No Brasil, para citar um exemplo a ser seguido pelas demais companhias e organizações, a Fábrica Bangu, na Guanabara, patrocina um expressivo quadro de futebol e apresenta uma excelente equipe de natação.

O investimento far-se-á de modo a transformar o esforço-trabalho em trabalho-prazer, impulsionando com uma rentabilidade imprevisível os lucros empresariais. Trata-se, por paradoxal que possa parecer, de um investimento dos mais rentáveis. Serão carreados para as organizações o interesse e o entusiasmo pela atividade atraente, pela pacificação, que só o Desporto pode canalizar e encaminhar. Por outro lado, as entidades da organização privada precisam estar conscientes da necessidade de criar, entre seus membros, além da simples afinidade para com as atividades desportivas, o sentimento de que elas são uma contribuição valiosa para a formação do homem.

Mas, assim como as massas operárias necessitam aproximar-se do terreno desportivo, também os patrões precisam ter o seu controle médico-fisiológico e suas salas de musculação (manutenção) com duchas e saunas. Tudo existindo em proveito da organização privada e do próprio indivíduo como Homem.

É indispensável que o Desporto ofereça a cada um numerosas opções, que satisfaça o indivíduo em todas as necessidades e vontades! Urge que as pessoas a quem não agradam ou apetece as formas tradicionais do desporto de competição, encontrem condições adequadas, que lhes permitam praticar atividades físicas adaptáveis às suas possibilidades. Mas isso só se consegue planejando, e planejando com vontade de acertar e com conhecimento de causa.

Não seguir fórmulas que só exijam dos indivíduos participações passivas, sem possibilidades de iniciativa e de criação. Dinamizar, para que o capital investido gire. O campo de iniciativa privada é bastante favorável para tal empreendimento.

Em Washington, os funcionários mais bem pagos do Programa Espacial são obrigados a cumprir três vezes por semana um programa de atividades físicas, com fichas de carga de trabalho para cada um.

O governo norte-americano alega não poder prescindir prematuramente (por um derrame, enfarte, ou outra qualquer complicação) de homens deste quillate, e se previne, desta forma, atendendo às funções biológicas que, sem dúvida alguma, equipam melhor o indivíduo.

O estilo de vida da pessoa comum no mundo moderno requer, cada vez mais, a necessidade desse utilitarismo, dessa afirmação física. Sentir-se parte atuante, sentir-se requisitado, prover com sua existência os minutos e as horas de labuta humana, com as virtudes específicas pessoais e biológicas, fazer-se presente, não como peça da máquina, mas como a força que a impulsiona, é fator que auxilia e ajusta o mecanismo do desenvolvimento.

No caso da iniciativa privada, é preciso interessá-la, há que mostrar a necessidade da dinamização desportiva da massa que utiliza, para conseguir, através disso, um sorriso em lugar de um rosto fechado, a alegria substituindo a contrariedade e a angústia. O resultado será, sem dúvida, a cooperação em vez da omissão, a produção em vez da inércia, ou do descontentamento. Teremos, assim, conseguido um inteligente investimento em termos de humanismo.

"Em matéria de disciplina o exemplo exerce uma ação bem mais eficaz que as palavras e o soldado regula sua obediência pelo que é praticado por seus chefes."

NAPOLÊÃO

CORRIDA DA INTEGRAÇÃO NACIONAL — FOGO SIMBÓLICO DA PÁTRIA

COMISSÃO DO SESQUICENTENÁRIO

A Corrida do Fogo Simbólico da Pátria, desde 1938, vem sendo realizada sob os auspícios da Liga de Defesa Nacional.

Essa Maratona Cívica de 7.162 km, sem precedentes na história do mundo, percorrendo quase todo o território pátrio, na missão de cultivar o amor aos fastos dos nossos maiores no passado, exaltando-os condignamente, este ano será realizada como parte das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil.

Terá início no dia 1.º de maio, partindo dos pontos extremos do país e terminando a zero hora do dia 1.º de setembro, com o acendimento da chama Sagrada da Pátria, que arderá eternamente no Monumento do Ipiranga, em São Paulo.

Serão 4 as rotas que trarão dos pontos mais afastados do Brasil as vibrações de todo o povo brasileiro ao Monumento do Ipiranga.

Essas rotas serão:

— Rota JAVARI, que partirá de BOA VISTA (RORAIMA) às 8 horas no dia 17 de maio;

— Rota CHUI, que partirá desse ponto extremo sul do País no dia 27 de maio às 8 horas;

— Rota CABO BRANCO, que partirá desse ponto extremo leste do Brasil às 8 horas do dia 1.º de maio;

— Rota OIAPOQUE, que partirá dessa localidade às 7 horas do dia 9 de maio.

Os atletas, conduzindo permanentemente acesa a Tocha Olímpica, passarão por 648 localidades do País. Toda a corrida será feita a pé, com exceção de alguns trechos da rota JAVARI que contará com a colaboração da nossa Marinha de Guerra e da Força Aérea Brasileira.

Por todas as localidades por onde passar o Fogo Simbólico da Pátria, serão distribuídas às professoras e aos jovens as mensagens referentes ao acontecimento. A população em geral serão distribuídos o folheto da história em quadrinhos que conta a história da nossa Independência e o de Símbolos Nacionais e Bandeiras Históricas do Brasil.

No dia 1.º de setembro estarão presentes no Monumento do Ipiranga a zero hora dois jovens atletas de cada Estado ou Território, para representá-los, com suas respectivas bandeiras, no acolhimento do Fogo Simbólico, que chegará precisamente àquela hora ao Monumento do Ipiranga.

PROVAS DO EXAME DE ESCOLARIDADE AO CAS/72

A) CONHECIMENTOS MILITARES

1ª PARTE : Sv INT E EXT/ADM MIL

Responda às perguntas abaixo :

1. Quem é o Comandante da Guarda da Subunidade?
2. Quem é o detentor direto da carga da Subunidade?
3. A que horas o Comandante da Guarda deve entregar as chaves do xadrez ao Oficial de Dia?
4. Quem deve colocar em forma, 15 minutos antes da parada diária, as praças que devam entrar de serviço?
5. Quem fornece ao Cmt da Subunidade, todas as informações relativas ao pagamento?
6. Qual é a autoridade competente para mudar a QMP de um Sargento?
7. A que Arma ou Serviço pertence uma praça qualificada com o indicativo 05?
8. Um soldado com um ano de serviço foi punido com uma prisão e três detenções. Qual o seu comportamento ao fim do referido ano?
9. Qual é o documento que trata especificamente dos uniformes do Exército?
10. Como se classificam as transgressões disciplinares?
11. Em que comportamento é classificada uma praça ao ingressar no Exército?
12. Quais são as penas disciplinares que pode sofrer um Sargento?
13. Qual o comportamento em que é classificada uma praça que estava no comportamento "Bom" e recebe uma "prisão em separado"?
14. Quando se inicia a contagem do tempo de uma prisão?
15. Quais são as circunstâncias agravantes, no julgamento de uma transgressão disciplinar? Cite quatro.
16. Quais são as circunstâncias atenuantes, no julgamento de uma transgressão disciplinar? Cite duas.
17. Qual é o prazo máximo para um pedido de reconsideração de ato?

18. Quem deve pôr em forma a subunidade para as formaturas e revistas?
19. Quem deve conduzir as praças que vão render os quartos de sentinela?
20. Quem é o principal auxiliar do Subtenente?

2ª PARTE : MINAS E ARMADILHAS

Responda às perguntas abaixo :

1. Qual a carga que fornece o poder destruidor às minas?
2. Como denominamos o ato de retirar das minas o conjunto acionador-espoleta?
3. Como denominamos o ato de remover das minas, todos os dispositivos de segurança?
4. Onde está situado o explosivo mais sensível de u'a mina?
5. Qual é o objetivo principal, no emprego de armadilhas?
6. Qual o acionador normalmente empregado em locais onde existam cercas de arame?
7. Quando se poderá cortar um arame de tropeço, sem perigo de funcionar a armadilha?
8. Como denominamos nas minas o dispositivo que mediante ação exterior fará explodir-la?
9. De que tipo de material é o invólucro das minas detectadas por um "detector de minas"?
10. Que denominação damos à mina que possui acionador secundário, que provocará sua detonação quando deslocada?

3ª PARTE : COMUNICAÇÕES

Assinale com um "X" a única alternativa que completa corretamente cada item abaixo :

DEIXE EM BRANCO QUANDO NÃO SOUBER

1. A Central telefônica EB 11 (CTL 202) possui:
 - a) 12 direções
 - b) 6 direções
 - c) 4 direções
 - d) 10 direções
 - e) Nenhuma das alternativas acima
2. O único tipo de chamada telefônica que interrompe as outras ligações é a:
 - a) Normal
 - b) Conferência telefônica
 - c) Urgente
 - d) Através tronco
 - e) Nenhuma das alternativas acima

3. A mensagem que circula dentro da área de um PC é a:
 - a) De trânsito
 - b) De chegada
 - c) Local
 - d) De partida
 - e) Nenhuma das alternativas acima
4. A responsabilidade pela classificação de uma mensagem, quanto à precedência, é do:
 - a) Mensageiro
 - b) Expedidor
 - c) Redator
 - d) Destinatário
 - e) Nenhuma das alternativas acima
5. Quando a precedência da mensagem não for indicada, ela é considerada:
 - a) Secundária
 - b) Comum
 - c) Urgente
 - d) Prioridade
 - e) Nenhuma das alternativas acima
6. O prazo de entrega de uma mensagem "Secundária" não deve exceder a:
 - a) 12 horas
 - b) 48 horas
 - c) 1 hora
 - d) 24 horas
 - e) Nenhuma das alternativas acima
7. O meio de comunicações mais seguro é o:
 - a) Mensageiro
 - b) Telefone
 - c) Telégrafo
 - d) Rádio
 - e) Nenhuma das alternativas acima
8. A mensagem "Comum" é redigida em:
 - a) Cinco vias
 - b) Três vias
 - c) Duas vias
 - d) Uma via
 - e) Nenhuma das alternativas acima

9. O meio de comunicações que possui maior mobilidade e velocidade é o:
- a) Telefone
 - b) Mensageiro
 - c) Rádio
 - d) Painei
 - e) Nenhuma das alternativas acima
10. A mais alta precedência que se pode dar às mensagens administrativas é a:
- a) Urgente
 - b) Comum
 - c) Prioridade de Operações
 - d) Secundária
 - e) Nenhuma das alternativas acima

4ª PARTE : ARMAMENTO E TIRO

Assinale com um "X" a única alternativa que completa corretamente cada item abaixo :

DEIXE EM BRANCO QUANDO NÃO SOUBER

ITEM I — METRALHADORA .45 INA

1. O seu alcance útil é de:
- a) 400 m
 - b) 500 m
 - c) 350 m
 - d) 250 m
 - e) Nenhuma das alternativas acima
2. A capacidade de seu carregador é de:
- a) 40 cartuchos
 - b) 20 cartuchos
 - c) 30 cartuchos
 - d) 32 cartuchos
 - e) Nenhuma das alternativas acima
3. Durante o recuo da culatra móvel, a Mtr executa as seguintes operações:
- a) Abertura, extração e ejeção
 - b) Abertura, carregamento e engatilhamento
 - c) Fechamento, carregamento e engatilhamento
 - d) Fechamento, extração e ejeção
 - e) Nenhuma das alternativas acima

4. Para desmontar a arma, colocamos o registro de segurança:
 - a) Em S
 - b) Em R
 - c) Em F
 - d) Entre S e F
 - e) Nenhuma das alternativas acima
5. A munição empregada pela arma é a:
 - a) .45M3
 - b) .45M1
 - c) .45M4
 - d) .45M2
 - e) Nenhuma das alternativas acima
6. A velocidade prática de tiro é de:
 - a) 30 a 40 t/min
 - b) 60 a 70 t/min
 - c) 100 a 200 t/min
 - d) 55 a 60 t/min
 - e) Nenhuma das alternativas acima
7. Após cada tiro, a culatra é impulsionada para a retaguarda pelo(a):
 - a) Transportador
 - b) Força muscular do atirador
 - c) Cartucho deflagrado
 - d) Carregador
 - e) Nenhuma das alternativas acima

ITEM II — LANÇA-ROJÃO — C 2.36

8. O número de raia do tubo é:
 - a) Zero
 - b) Cinco
 - c) Seis
 - d) Três
 - e) Nenhuma das alternativas acima
9. A massa de mira e o visor estão montados:
 - a) Na parte anterior
 - b) Na parte posterior
 - c) Do lado esquerdo
 - d) Do lado direito
 - e) Nenhuma das alternativas acima

10. A elevação para o alcance máximo da arma é de:

- a) 50°
- b) 35°
- c) 45°
- d) 40°
- e) Nenhuma das alternativas acima

11. O tubo tem a finalidade de dar ao rojão o(a):

- a) Rotação
- b) Direção
- c) Impulso
- d) Poder de destruição
- e) Nenhuma das alternativas acima

12. Os rojões M6A1 e M6A3 HE são pintados de:

- a) Azul-turquesa
- b) Oliva-castanho
- c) Amarelo
- d) Preto
- e) Nenhuma das alternativas acima

13. O anteparo serve para dar:

- a) Direção do rojão
- b) Rotação ao rojão
- c) Impulso ao rojão
- d) Proteção ao atirador
- e) Nenhuma das alternativas acima

14. O protetor da culatra está montado na(o):

- a) Seção anterior
- b) Seção posterior
- c) Lado direito
- d) Lado esquerdo
- e) Nenhuma das alternativas acima

ITEM III — METRALHADORA .50M2 — HB

15. O seu alcance máximo é de:

- a) 6.900 m
- b) 500 m
- c) 1.200 m
- d) 2.200 m
- e) Nenhuma das alternativas acima

16. O cartucho traçante é identificado por ter a ponta:
- a) Sem pintura
 - b) Vermelha
 - c) Preta
 - d) Marrom
 - e) Nenhuma das alternativas acima
17. A sua divisão interna, para efeito de estudo, é:
- a) Ferrolho, tampa e caixeta
 - b) Caixa, tampa e armação
 - c) Caixa, tampa e bloco de fechamento
 - d) Ferrolho, caixeta e armação
 - e) Nenhuma das alternativas acima
18. Uma das peças utilizadas para mudar o sentido de alimentação, chama-se:
- a) Acelerador
 - b) Resvaladouro
 - c) Desvio
 - d) Alavanca de manejo
 - e) Nenhuma das alternativas acima
19. Na montagem da arma, a alavanca de armar deve estar voltada para:
- a) O lado direito
 - b) O lado esquerdo
 - c) Frente
 - d) Trás
 - e) Nenhuma das alternativas acima
20. O carregamento se processa:
- a) Durante o avanço
 - b) Durante o recuo
 - c) Durante o avanço e o recuo
 - d) Independente do avanço e do recuo
 - e) Nenhuma das alternativas acima

5ª PARTE : TOPOGRAFIA

1.ª QUESTÃO: Coloque, nos parênteses da Coluna "A", o(s) número(s) da Coluna "B" que lhe(s) corresponde(m).

DEIXE EM BRANCO QUANDO NÃO SOUBER

Formas compostas do terreno e seus tipos

COLUNA "A"

COLUNA "B"

- | | |
|-------------------------------------|-----------------|
| a () Elevações grupadas | 1. Montanha |
| | 2. Colina |
| | 3. Garganta |
| | 4. Serra |
| | 5. Desfiladeiro |
| b () Depressões | 6. Baixada |
| | 7. Descampado |
| | 8. Vales |
| | 9. Cordilheira |
| | 10. Mamelão |
| | 11. Maciço |
| c () Planícies | 12. Pampas |

2.ª QUESTÃO: Assinale com um "X" a única alternativa que completa corretamente cada item abaixo:

DEIXE EM BRANCO QUANDO NÃO SOUBER

1. O lançamento é um ângulo contado a partir do Norte:

- a) Magnético
- b) Verdadeiro
- c) De quadricula
- d) Geográfico
- e) Nenhuma das alternativas acima

2. O valor do contra-azimute de 54° é:

- a) $180^\circ - 54^\circ$
- b) $180^\circ + 54^\circ$
- c) $360^\circ - 54^\circ$
- d) $360^\circ + 54^\circ$
- e) Nenhuma das alternativas acima

3. Numa carta iluminada, os rios são representados pela cor:

- a) Preta
- b) Azul
- c) Vermelha
- d) Verde
- e) Nenhuma das alternativas acima

4. A figura abaixo representa um(a):

- a) Espigão
- b) Garupa
- c) Esporão
- d) Mamelão



- e) Nenhuma das alternativas acima

5. O Símbolo que representa uma companhia é:

- a)
- b)
- c)
- d)

- e) Nenhuma das alternativas acima

6. O Símbolo que representa uma fração de Artilharia é:

- a)
- b)
- c)
- d)

- e) Nenhuma das alternativas acima

7. A precisão de uma carta topográfica depende do(a):
- Tamanho da carta
 - Região representada
 - Escala
 - Papel utilizado
 - Nenhuma das alternativas acima
8. O lançamento $2331''$, transformado em rumo tem o valor de:
- $3200'' - 2331''$ para SW
 - $3200'' - 2331''$ para SE
 - $2331'' - 1600''$ para NE
 - $2331'' + 1600''$ para NW
 - Nenhuma das alternativas acima
9. Na carta anexa, a convergência de meridianos (γ) é igual a:
- $1^\circ 06' 26''$ Leste
 - $16^\circ 24'$ Leste
 - $1^\circ 06' 26''$ Oeste
 - $16^\circ 24'$ Oeste
 - Nenhuma das alternativas acima
10. Na carta anexa, o valor do ângulo QM, em 1971, é:
- $16^\circ 24' - 1^\circ 06' 26''$ para Leste
 - $16^\circ 24' + 1^\circ 06' 26''$ para Oeste
 - $16^\circ 24' - 1^\circ 06' 26''$ para Oeste
 - $16^\circ 24' + 1^\circ 06' 26''$ para Leste
 - Nenhuma das alternativas acima

3ª QUESTÃO: Utilizando a carta anexa, Trecho do Campo de Instrução da EsSA, resolva os problemas propostos, abaixo:

a) Determine em graus o lançamento do Ponto Cotado (1033), na quadricula (90 — 05), para o Ponto Trigonométrico (1023), Base NW, na quadricula (91 — 06).

b) Determine, em metros, a distância real entre o Ponto Trigonométrico (1039), Pedro Junqueira, na quadricula (92 — 05) e o Ponto Trigonométrico (1064), Observatório, na quadricula (92 — 07).

c) Sabendo-se que o lançamento de Pedro Junqueira para Observatório é $332^\circ 46'$, calcule o azimute verdadeiro desta direção.

6ª PARTE: INSTRUÇÃO TÁTICA COLETIVA

1ª QUESTÃO: Responda as perguntas abaixo:

- Quais são os tipos gerais de patrulha?
- Em que condições será permitido que as patrulhas combatam?

3. Quais os dois fatores essenciais ao sucesso de um Golpe de Mão?
4. Qual é o documento que o Cmt de uma Patrulha confeccionará, após seu regresso às linhas amigas?
5. Como denominamos o ponto do terreno, utilizado por uma patrulha para se reagrupar, em caso de dispersão?
6. Em que situação uma patrulha deverá fazer prisioneiros?
7. Qual a conduta de uma patrulha ao encontrar uma trilha, se estiver combatendo dentro de mata?
8. Quais os fatores que influem na escolha da formação de uma patrulha? Cite quatro.
9. Uma patrulha tem por missão atingir um ponto "A". No seu itinerário encontra um povoado. Como deve proceder?
10. Qual a formação empregada por uma patrulha nos deslocamentos através de matas?
11. Qual a formação básica de uma patrulha, que oferece segurança efetiva em todas as direções?
12. Como, normalmente, são dados os comandos às patrulhas durante o dia?
13. A constituição de uma patrulha é variável ou fixa?

2ª QUESTÃO: Assinale com um "X" a única alternativa que completa corretamente cada item abaixo:

DEIXE EM BRANCO QUANDO NÃO SOUBER

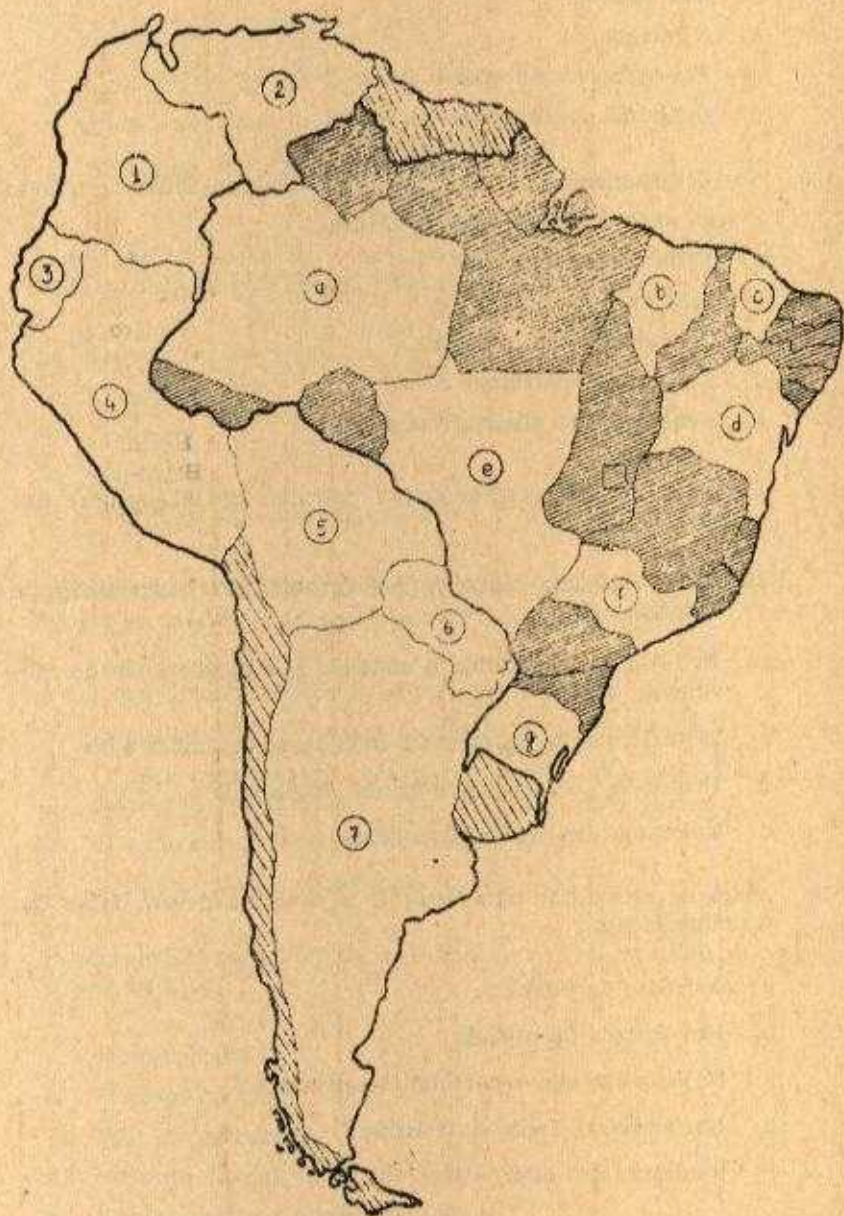
1. O processo mais eficiente para a orientação de uma patrulha é pelo(a):
 - a) Bússola
 - b) Relógio
 - c) Cruzeiro do Sul
 - d) Posição do Sol
 - e) Nenhuma das alternativas acima
2. Para o cumprimento de sua missão, uma patrulha deverá conduzir grande variedade de equipamentos. São obrigatórios, em qualquer tipo de patrulha:
 - a) Cordas e relógio
 - b) Ferramentas de sapa e facão
 - c) Equipamentos infravermelho, para visão noturna da carta
 - d) Bússola e binóculo
 - e) Nenhuma das alternativas acima

3. Na Ordem Preparatória de uma patrulha, deverá constar obrigatoriamente a:
- a) Hora da ação no objetivo
 - b) Missão da patrulha
 - c) Conduta da patrulha em relação a prisioneiros e feridos
 - d) Hora da partida
 - e) Nenhuma das alternativas acima
4. A melhor formação para uma patrulha noturna, tendo-se em vista principalmente a má visibilidade, é:
- a) Linha
 - b) Losango
 - c) Coluna
 - d) Cunha
 - e) Nenhuma das alternativas acima
5. Na escolha de um itinerário para atingir o objetivo, o Cmt da Patrulha deverá levar em consideração, principalmente:
- a) O que oferecer melhores coberturas e abrigos
 - b) O que apresentar maior facilidade à progressão
 - c) O mais impraticável, pois, normalmente, não está sujeito à observação do inimigo
 - d) O mais curto, para ganhar tempo
 - e) Nenhuma das alternativas acima
6. O responsável pela direção e itinerário que a patrulha deverá seguir, será o:
- a) Homem-carta
 - b) Homem-bússola
 - c) Cmt da patrulha
 - d) Adjunto da patrulha
 - e) Nenhuma das alternativas acima

7. Nas paradas de uma patrulha, a segurança sempre deverá ser feita:
 - a) A frente
 - b) Nos flancos
 - c) A retaguarda
 - d) Em todas as direções
 - e) Nenhuma das alternativas acima
8. Nos deslocamentos de uma patrulha, a responsabilidade quanto à segurança à frente, caberá ao(aos):
 - a) Esclarecedor de ponta
 - b) Cmt da patrulha
 - c) Componentes da patrulha
 - d) Adjunto da patrulha
 - e) Nenhuma das alternativas acima
9. Ao encontrar um desfiladeiro, a patrulha deverá, sempre que possível:
 - a) Utilizá-lo como itinerário, por fornecer excelentes abrigos e cobertas
 - b) Evitá-lo, por dificultar o controle e a coordenação do movimento
 - c) Evitá-lo, porque se presta à montagem de emboscadas
 - d) Utilizá-lo, por ser um caminho desafiado
 - e) Nenhuma das alternativas acima
10. Antes de atravessar uma estrada, a patrulha deverá fazer um reconhecimento:
 - a) A frente da estrada
 - b) Nos flancos da estrada
 - c) No lado em que a patrulha se encontra
 - d) Em ambos os lados da estrada
 - e) Nenhuma das alternativas acima

B) GEOGRAFIA

1ª QUESTÃO: Abaixo apresentamos o mapa da América do Sul. Quais são os países que estão marcados com números e quais os Estados Brasileiros, marcados com letras?



2ª QUESTÃO: Coloque, nos parênteses da Coluna "A", o(s) número(s) da Coluna "B" que lhe(s) corresponde(m).

DEIXE EM BRANCO QUANDO NÃO SOUBER

Item I — Liderança dos Estados ,em diferentes setores da Economia Brasileira.

Coluna "A"	"Coluna "B"
a () Minas Gerais	1. Fumo
b () Bahia	2. Carvão
c () São Paulo	3. Manganês
d () Santa Catarina	4. Sal marinho
e () Paraná	5. Cacau
f () Pará	6. Algodão fibra longa (mocó)
g () Amapá	7. Café
h () Rio Grande do Sul	8. Minério de ferro
	9. Pimenta-do-reino
	10. Erva-mate
	11. Madeira
	12. Rebanho Bovino
	13. Petróleo Bruto
	14. Trigo
	15. Cana-de-açúcar

Item II — Principais Atividades Econômicas dos países citados.

Coluna "A"	"Coluna "B"
a () Atividades Agrícolas	1. México
b () Atividades Industriais	2. França
c () Atividades Pastoris	3. Bolívia
	4. Espanha
	5. Venezuela
	6. Uruguai
	7. Japão

Item III — Países e respectivas Capitais

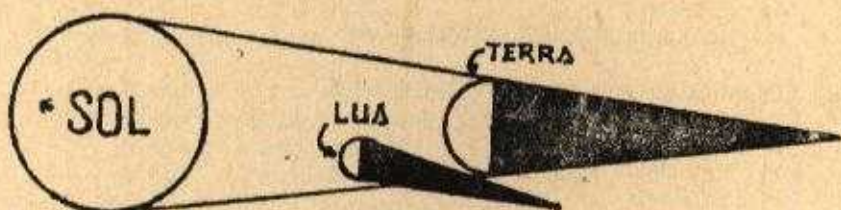
Coluna "A"	Coluna "B"
a () EUA	1. Ottawa
b () Canadá	2. Gotemburgo
c () Suécia	3. Hanói
d () República Democrática Alemã	4. Bonn
e () República Federal da Alemanha	5. Montreal
f () Vietnã do Sul	6. Washington
	7. Pankow
	8. Estocolmo
	9. Nova York
	10. Saigon

3ª QUESTÃO: Assinale com um "X" a única alternativa que completa corretamente cada item abaixo:

DEIXE EM BRANCO QUANDO NÃO SOUBER

- 1) Um dos componentes mais importantes do ar atmosférico, constituindo 78% do mesmo:
 - a) Oxigênio
 - b) Hidrogênio
 - c) Nitrogênio
 - d) Argônio
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 2) Tipos de nuvens semelhantes a filamentos de lã, situadas a grandes altitudes:
 - a) Nimbos
 - b) Estratos
 - c) Cúmulus
 - d) Cirros
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 3) Camada da atmosfera onde se processam os fenômenos terrestres:
 - a) Ionosfera
 - b) Troposfera
 - c) Quemosfera
 - d) Estratosfera
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 4) Precipitações atmosféricas que se originam na superfície da Terra:
 - a) Orvalho e geada
 - b) Granizo e neve
 - c) Geada e neve
 - d) Granizo e orvalho
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 5) Aparelho utilizado para medir a quantidade de água caída em determinada região:
 - a) Higrômetro
 - b) Barômetro
 - c) Pluviômetro
 - d) Termômetro
 - e) Nenhuma das alternativas acima

- 6) O Sol é uma estrela de:
- 1.^a magnitude
 - 2.^a magnitude
 - 4.^a magnitude
 - 5.^a magnitude
 - Nenhuma das alternativas acima
- 7) Se dermos nosso lado direito à direção onde o Sol se esconde, o ponto cardinal que ficar à nossa retaguarda será o:
- Sul
 - Leste
 - Norte
 - Oeste
 - Nenhuma das alternativas acima
- 8) Latitude é a distância, contada em graus, de um lugar ao:
- Trópico de Câncer
 - Trópico de Capricórnio
 - Círculo Polar Ártico
 - Meridiano de Greenwich
 - Nenhuma das alternativas acima
- 9) A figura indica um eclipse:
- Total da Lua
 - Parcial da Lua
 - Total do Sol
 - Parcial do Sol
 - Nenhuma das alternativas acima



- 10) Corrente marítima que, depois de bipartir-se, percorre nosso litoral com o nome de *Corrente do Brasil*:
- Norte Equatorial
 - Sul Equatorial
 - "Gulf-Stream"
 - Labrador
 - Nenhuma das alternativas acima

11) Maior oceano, em extensão:

- a) Atlântico
- b) Pacífico
- c) Índico
- d) Glacial Ártico
- e) Nenhuma das alternativas acima

12) A profundidade da plataforma continental não vai, em geral, além de:

- a) 200m
- b) 100m
- c) 50m
- d) 2000m
- e) Nenhuma das alternativas acima

13) Marés são movimentos do mar, resultantes da ação do (da, dos):

- a) Ventos
- b) Temperatura
- c) Sol e da Lua
- d) Movimento da Terra
- e) Nenhuma das alternativas acima

14) Maior rio do Mundo, em extensão:

- a) Amazonas
- b) Nilo
- c) Mississipi
- d) Missouri
- e) Nenhuma das alternativas acima

15) O minuano e o pampelo são ventos:

- a) Locais
- b) Periódicos
- c) Variáveis
- d) Constantes
- e) Nenhuma das alternativas acima

16) As estepes caracterizam-se pela:

- a) Riqueza de flores
- b) Abundância de vegetação
- c) Pobreza de vegetação
- d) Riqueza de frutas
- e) Nenhuma das alternativas acima

- 17) O maior dos Continentes é o:
 - a) Antigo
 - b) Novo
 - c) Novíssimo
 - d) Austral
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 18) Mais importante meio de transporte da Amazônia:
 - a) Aéreo
 - b) Marítimo
 - c) Fluvial
 - d) Rodoviário
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 19) A conquista do Sertão Nordestino decorreu, principalmente, do ciclo do (a):
 - a) Pau-brasil
 - b) Mineração
 - c) Café
 - d) Cana-de-açúcar
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 20) A Floresta Amazônica é do tipo:
 - a) Tropical
 - b) Subtropical
 - c) Boreal
 - d) Equatorial
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 21) Afluentes da margem direita do Rio Amazonas:
 - a) Javari — Purus — Madeira — Tapajós
 - b) Javari — Purus — Madeira — Negro
 - c) Javari — Purus — Trombetas — Negro
 - d) Javari — Xingu — Madeira — Tapajós
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 22) Estado em cujo litoral apresentam-se as mais altas marés brasileiras, com alturas superiores a 7m:
 - a) Pará
 - b) Rio Grande do Norte
 - c) Ceará
 - d) Pernambuco
 - e) Nenhuma das alternativas acima

23, Maior bacia fluvial, inteiramente brasileira:

- a) Tietê
- b) Amazonas
- c) São Francisco
- d) Paraná
- e) Nenhuma das alternativas acima

24) É considerada a "Terceira Revolução Industrial Brasileira":

- a) Petroquímica
- b) Petrobrás
- c) Indústria automobilística
- d) Indústria Siderúrgica
- e) Nenhuma das alternativas acima

25) Principal porto brasileiro, exportador de minério de ferro:

- a) Vitória
- b) Tubarão
- c) Santos
- d) Rio de Janeiro
- e) Nenhuma das alternativas acima

26) Maior riqueza agrícola do Centro-Oeste brasileiro:

- a) Trigo
- b) Milho
- c) Feijão
- d) Arroz
- e) Nenhuma das alternativas acima

27) Ministério brasileiro que recebe atualmente as maiores verbas do Governo Federal (cerca de 4,4% do PIB):

- a) Do Exército
- b) Da Marinha
- c) Da Aeronáutica
- d) Da Educação e Cultura
- e) Nenhuma das alternativas acima

28) Primeiro "degrau" do Planalto Brasileiro:

- a) Serra da Mantiqueira
- b) Serra do Mar
- c) Serra do Caparaó
- d) Serra do Espinhaço
- e) Nenhuma das alternativas acima

- 29) Maior potencial hidrelétrico do Brasil:
- a) Ilha Solteira
 - b) Furnas
 - c) Três Marias
 - d) Urubupungá
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 30) Maior baía brasileira:
- a) Todos os Santos
 - b) Paranaguá
 - c) Guanabara
 - d) Guaratuba
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 31) Órgão do Governo Federal que atua em Santa Catarina:
- a) SUDECO
 - b) SUDESUL
 - c) SUDENE
 - d) SUPRAMA
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 32) As capitais de Alagoas, Sergipe, Acre e Rondônia são, respectivamente:
- a) Maceió, Aracaju, Boa Vista e Porto Velho
 - b) Aracaju, Maceió, Rio Branco e Porto Velho
 - c) Maceió, Aracaju, Rio Branco e Porto Velho
 - d) Aracaju, Maceió, Rio Branco e Boa Vista
 - e) Nenhuma das alternativas acima



COLABORAÇÕES

- 1 — Datilografados — em espaço 2 ou 3 — em um só lado do papel — máximo de 20 folhas (em princípio).
- 2 — Gráficos, croquis, organogramas, desenhos em geral: em papel vegetal (ou semelhante), tinta nanquim (preta).
- 3 — Fotografias: cópias em preto e branco: para reproduções, fotos já publicadas deverão ser suficientemente nítidas. Legendas numeradas, curtas e explícitas.
- 4 — Traduções: nome do autor e do tradutor — indicação completa da fonte — autorização (quando for o caso).
- 5 — Salvo em casos excepcionais, originais de colaborações não serão devolvidos.
- 6 — **IMPORTANTE!** Os originais devem ser entregues à Redação em condições adequadas, isto é: revisão da datilografia — disposição correta de títulos, subtítulos, números, letras, etc. — referências oportunas a gráficos, fotos, etc. — clareza das correções feitas a mão — emprego apropriado de maiúsculas, grifos, carimbo, etc.
- 7 — Abreviaturas — somente as de uso consagrado, que não deixem margem a dúvidas; e as constantes do C 21-30, nos trabalhos cuja natureza as recomende.
- 8 — **AOS NOSSOS COLABORADORES!**

As páginas da A DEFESA NACIONAL estão abertas, como sempre estiveram, a todos quantos queiram colaborar conosco, enviando-nos seus trabalhos para publicação. Nem sequer é condição, para a aceitação de colaborações, que os seus autores sejam assinantes da Revista. Mas, é claro que preferiríamos que todos aqueles que ainda não tenham assinatura da "DEFESA" procurassem tomá-la, pois assim estariam ampliando a sua valiosa colaboração e, ao mesmo tempo, cooperando para a melhoria crescente e para o maior prestígio desta Revista, que já é "a sua Revista".



Trincheira árabe, campo de mina e dunas nas proximidades de Rafa

As Guarnições

O fator mais importante da vitória dos blindados israelenses foi a qualidade e eficiência das guarnições dos carros. Basicamente venceram porque cada carro de combate combateu com eficiência, especialmente no que concerne à precisão do tiro. Uma granada de 75mm, de velocidade média, que acerta o alvo é melhor do que as granadas de 100 ou 122mm, de alta velocidade, que não acertam. Em parte, a superioridade das guarnições dos carros israelenses se deve à natureza de cada indivíduo. Os israelenses possuem uma coragem e um patriotismo que os leva a agir com mais perseverança e maior abnegação.

Há 19 anos os judeus viviam em sua pátria, mas cercados por árabes interessados em destruí-los.

A desvantagem de Israel era grande. Os discursos violentos de Nasser podem não ter melhorado seu próprio exército, mas incutiram nos israelenses uma vontade de lutar d'fícil de igualar.

Desde 1948 que muitos jovens israelenses vinham lutando e morrendo pelas aldeias onde viviam. Isto não chega a ser novidade na história do mundo, pois os jovens sempre foram bravos e patriotas. Entretanto, é singular o fato de que a maioria desses jovens aprendeu tudo o que precisava saber sobre armas e equipamento mecânico em seus *kibbutzim*, antes de prestar o serviço militar. Receberam boa instrução geral e alguma instrução paramilitar que, em alguns casos, incluía o combate. Menos de 25% dos jovens israelenses experimentaram este tipo de vida existente nas aldeias,

mas quase todos receberam alguma instrução antes da incorporação. Uma espécie de folhas de alterações registravam a experiência, as aptidões e a escolha para o ramo da força armada.

A Instrução

Os recrutas que se destinam aos blindados são todos voluntários e revelaram qualidades que eram importantes para os carros de combate. Aqueles que irão fazer parte das guarnições dos carros iniciam sua instrução especializada no primeiro dia de ingresso no exército. Passam 30 árduos meses nos blindados. Os dois aspectos mais destacados da instrução israelense de blindados são a ênfase na unidade da guarnição e o número de milhas rodadas e tiros disparados em manobras reais. Em uma brigada blindada, os instrutores que se encarregam dos novos recrutas transformam-se, muitas vezes, no comandante do carro, depois que a guarnição é escolhida.

Há uma competição intensa pelas posições nas viaturas de combate; apenas 25% de um batalhão blindado israelense opera realmente os carros. Mas, uma vez formada a guarnição ela vive e trabalha como uma unidade. Das guarnições de 4 ou 5 homens e que lutaram em junho de 1967, algumas já estavam constituídas em 1956. Sempre que possível a mesma guarnição maneja o mesmo carro, desde que ambos estejam disponíveis. Homens maduros mas ainda inteiramente dedicados ao serviço funcionam me-

lhor aos 40 anos do que aos 20. Em uma guarnição veterana, todos os homens conhecem a viatura toda, particularmente as peculiaridades das armas.

Manobras Reais

O segundo aspecto pouco comum da instrução israelense de carros de combate é ainda mais importante do que o primeiro. Os israelenses realizam manobras e tiros reais numa proporção pelo menos 10 vezes maior do que os árabes. A isto se deve a diferença impressionante demonstrada pelos dois povos no manuseio dos carros de combate. Embora Israel fosse um país pobre, necessitando de muitas coisas, os israelenses investiram muito dinheiro em munição, combustível e peças de carro, inclusive lagartas, sapatas e tubos de canhão. O dinheiro não poderia ter sido gasto de forma mais sábia. As guarnições dos carros israelenses eram melhores nos deslocamentos e nos tiros em combate porque haviam praticado intensamente.

Os melhores carros de combate de Israel são o *Centurion* inglês, com canhão de 105mm e o *Patton* M43A1 norte-americano, a maioria deles comprados de terceira mão na Alemanha Ocidental com autorização dos Estados Unidos. Possuem também os *Shermans* norte-americano da 2ª Guerra Mundial, que pode ser considerado muito velho para qualquer coisa exceto para fins de instrução, mas que nas mãos dos israelenses constitui um excelente carro de combate.

Todos os *Shermans* empregados no Sinal contra os egípcios possuíam novos canhões, sistema de suspensão e motores. Alguns estavam armados como o canhão inglês de 105mm, de grande velocidade. Equipado dessa forma, um "super" *Sherman* era equivalente ao T55 soviético. Embora mais lento, com maior silhueta e instabilidade, funcionava com maior segurança proporcionava mais conforto à guarnição e possuía canhões melhores. Tinha que parar para atirar, mas os israelenses normalmente preferiam este processo. A silhueta alta tinha algumas desvantagens, mas também tinha vantagens particularmente nas cidades do Oriente Médio.

Melhoramentos

Os israelenses não hesitaram em melhorar seus carros *Patton* e *Centurion*. Uma companhia de carros norte-americanos M48A1 foi dotada com canhões 105mm ao invés de 90mm normal, com motores diesel e tanques auxiliares externos para combustível. Os carros de combate eram potentes, sem serem mais vulneráveis ao fogo inimigo do que os carros com motor a gasolina e tanques normais de combustível, e eram capazes de funcionar durante 24 horas sem reabastecimento.

As forças israelenses também dispunham de uma quantidade substancial de carros de combate leves AMX franceses, funcionando de modo irregular. Disparavam granadas de 75mm capazes de perfurar a melhor blindagem so-

viética a distâncias de até 700m. Mesmo no deserto, foram destruídos muito mais carros a menos de 700m do que a mais. Entretanto, a maioria dos israelenses não gosta desses carros porque são muito apertados e de pouca confiança.

O AMX tem pouca resistência às minas. A blindagem inferior era muito fraca, mas o verdadeiro problema residia na exposição do motorista à explosão da mina por causa da sua posição. O AMX era inferior ao *Sherman*, até mesmo o velho tipo com canhão de 76mm empregado pelos israelenses contra os jordanianos e sírios nas cidades. Sua silhueta muito baixa constituía uma desvantagem bastante séria.

As forças terrestres são organizadas em brigadas e não em divisões. Estas, quando constituídas, tinham caráter temporário e não eram padronizadas. Em Israel, as brigadas encarregam-se de sua própria administração e suprimento. Têm também espírito de corpo próprio. As brigadas israelenses parecem estar criando o tipo de história e continuidade dos regimentos ingleses.

Brigada Blindada

As brigadas israelenses continuam a existir seja em serviço na ativa, seja como reserva. Todo o pessoal da reserva reside nas proximidades do QG da unidade e de seus carros de combate. O serviço ativo exigido de todos significa grande aprestamento para o combate — os oficiais e sargentos devem dedicar mais de um mês por ano à instrução for-

mal. As guarnições da reserva conhecem seus carros de combate e outros equipamentos porque tratam deles permanentemente.

Uma brigada blindada israelense compõe-se de três BCC, uma companhia de carros de reconhecimento, uma unidade de artilharia e serviços normais de suprimento e administração. No seu efetivo não há infantaria mecanizada, embora a infantaria possa integrá-la. Muitas companhias de reconhecimento são dotadas dos carros de combate franceses AMX, mas não existem carros em número suficiente para todas.

A artilharia consiste de um grupo de morteiros 120mm transportados em viatura blindada transporte de pessoal. Os morteiros podem ser disparados de dentro das viaturas, mas parece que preferem dispará-los do solo. A artilharia autopropulsada — obuses 105mm norte-americanos e alguns obuses de 155mm — foi empregada em junho de 1967. Como as peças são atribuídas às "divisões", não constituem parte orgânica de uma brigada blindada. Do mesmo modo, os carros de combate não fazem parte das brigadas de infantaria ou de artilharia.

O BCC tem três companhias a três pelotões. O pelotão tem três carros de combate. O pelotão norte-americano conta com cinco carros. Essa diferença é muito importante. São 11 carros de combate em cada companhia israelense e 35 em cada batalhão, contra 17 e 54 nas unidades norte-americanas. Entretanto, o

efetivo israelense é, sem sombra de dúvida, melhor para exércitos pequenos e guerras curtas. Esta organização triangular faz com que um homem controle no máximo três em qualquer nível. De há muito esta organização é importante, especialmente na guerra em terreno limpo, como a que se realiza no deserto.

Uma outra razão para as unidades de menor efetivo é a doutrina israelense para carros de combate, que impõe um entrosamento do comando e uma verdadeira liderança pessoal até o nível batalhão. O carro do comandante sempre encabeça um assalto. Na ruptura de Rafa o comandante da brigada que constituía a Força Sul do General-de-Brigada Israel Thal fez mais do que isto. Contrariando os regulamentos, levou seu carro de combate e respectiva guarnição ao ascender do comando do batalhão ao da brigada. Liderou pessoalmente sua coluna ao dirigir-se para o norte ao encontro do inimigo.

Uma outra característica impar do comando nos blindados israelenses é o comandante manter sua escotilha aberta, mesmo durante a travessia de cidades inimigas. Não há nada escrito a este respeito. Custa muitas vidas, mas elimina a perda de carros de combate e respectivas guarnições por ação inimiga contra as partes dos carros que escapam à observação da guarnição. O processo da escotilha aberta combinado com a falta de empenho dos árabes reduziu quase a zero as perdas de

carros israelenses provocadas por armas anticarro inimigas disparadas a curta distância.

Israel seguiu os ensinamentos de Liddell Hart mais do que qualquer outro país do mundo. Entre as duas guerras mundiais, ele e o General J. F. C. Fuller fizeram evoluir a teoria da penetração profunda empregada por Rommel, Guderian e Patton.

Os israelenses aceitaram essa idéia e estudaram cuidadosamente as obras de Liddell Hart. Entretanto, perceberam oportunidades especiais. Por exemplo, os carros de combate israelenses eram capazes de avançar sobre as posições fortificadas dos árabes que não haviam sido previamente danificadas. Liddell Hart não recomendou este tipo de tática que, provavelmente, não obteria sucesso contra uma posição mais forte. Mas deu resultado para a Força Norte do General Thal em Khan Yunis.

Uma outra idéia também formulada por Liddell Hart e seguida pelos israelenses diz respeito a abordagem indireta: lançar um ataque partindo de uma direção em uma oportunidade ou de uma forma não esperada pelo inimigo. No Sinai, a estratégia israelense foi direta. Atacaram Rafa, a charneira da linha egípcia, a fim de realizar a ruptura de modo a impedir que os egípcios atacassem Israel. Mas os verdadeiros assaltos foram indiretos. Uma das colunas do General Thal deslocou-se para o sul através do que os egípcios consideravam como dunas intransponíveis e atacou par-

tindo da retaguarda. A outra coluna do General Thal atacou uma divisão egípcia que defendia Khan Yunis e Gaza, passou por entre ela sem se deter e utilizou-se das estradas da retaguarda egípcia para romper o dispositivo das tropas de melhor qualidade que defendiam Rafa.

Ação do Fogo

Outra inovação israelense na tática de blindados é seu processo de "conquistar pelo fogo". Durante séculos, os exércitos hesitaram em deixar na sua retaguarda posições fortificadas do inimigo. Durante a 2ª Guerra Mundial preferiu-se desbordá-las. Os israelenses foram mais longe ainda. Criaram um sistema de avançar os carros de combate através das cidades ou mesmo de pontos fortificados das defesas, disparando contra tudo que significasse resistência, mas sem fazer qualquer esforço de limpeza.

Este procedimento foi empregado contra egípcios e jordanianos. Teria sido empregado contra os sírios em El Kunetra no dia da guerra, se eles não se tivessem retirado antes. O procedimento pode ser perigoso, pois uma posição que poderia ter sido conquistada com relativa facilidade no primeiro assalto, pode ser reforçada e consolidada. Pode tornar-se quase inexpugnável. Mas, atravessando as áreas povoadas ou os cinturões fortificados, atraindo e avançando, os carros de combate israelenses parecem ter evitado que isso acontecesse.

Os *Centurions* da Força Norte do General Thal atravessaram, disparando os canhões, 10 quilômetros de área fortificada em Jerardi, deixando-os para trás. Entretanto, prosseguiram no avanço e provocaram tamanhas perdas nas forças egípcias mais a oeste que o inimigo não pôde reforçar as posições ultrapassadas. Três horas depois, o batalhão de *Shermans* da mesma Força, repetiu a operação em Jerardi, desta vez esmagando completamente a posição.

Os israelenses acham que os carros de combate podem ir a qualquer lugar e fazer de tudo. Foram favorecidos por uma região de operações onde não existem rios intransponíveis e há poucos pântanos. A areia nos desertos não é firme. Em alguns lugares — dependendo da época, local, água, vento e vegetação — pode suportar carros de combate; outros trechos são movediços. Os israelenses aprenderam a escolher trilhas por onde podiam se deslocar sem embaraço a maior parte do tempo. Onde isto não era possível, mandavam na frente uma viatura leve, de tração nas quatro rodas e com pneu balão, desenrolando tela de arame. Com isso criavam uma passagem sobre a qual os carros de combate podiam se deslocar.

Os israelenses criaram também alguns expedientes úteis para escalar montanhas. O ataque a Kefer Szold foi feito através de trilhas juncadas de "dente de dragão", mas os *bulldozers* comerciais removeram-nos e encheram

de terra os fossos anticarro. Parecia impossível que os carros de combate escalassem as elevações na direção de Tawafik mas, com antecedência, planejaram-se pormenorizadamente diversos caminhos e todos foram tentados no ataque. Um deles revelou-se o mais fácil e foi utilizado pela maioria dos carros de combate e viaturas blindadas transporte de pessoal.

A idéia israelense de que os carros podem "fazer tudo" baseia-se na capacidade que possuem de provocar surpresa, deslocar-se rapidamente e golpear forte. As guarnições israelenses conquistaram fortificações notáveis, atacando com a força esmagadora. Escolhiam os pontos onde os árabes eram fracos e impediam que o inimigo trouxesse reforços.

No ataque às alturas de Golã os sírios ocupavam posições naturais potentes, razoavelmente bem fortificadas, mas fracamente guardadas. Foram surpreendidos pelos três assaltos na sexta-feira no tocante aos pontos atacados. Apesar do que se escreveu, os sírios não tinham um cinturão de fortificações de concreto como a linha Ziegfried ou a Linha Maginot. Alguns de seus batalhões de infantaria ocupavam frentes de mais de oito quilômetros.

A maioria das trincheiras e abrigos de tijolo e concreto destruídos nos ataques às alturas de Golã, no Sinai e na Cisjordânia não eram estruturalmente fortes nem estavam ocupadas em força. Sempre atirando, as guarnições israelenses abriram caminho por

sobre tudo. Algumas vezes, a Força Aérea isolava as regiões atacadas. Nas poucas ocasiões em que os carros de combate não puderam avançar — na cidade de Jerusalém e em Tel Fakhr, nas alturas de Golã — a infantaria a pé entrou em ação e venceu.

O fato de os comandantes subordinados de blindados poderem

decidir por si próprios trouxe vantagens aos israelenses. Durante a breve duração da guerra, os comandantes de pelotão a batalhão tomaram decisões táticas. Nem sempre foram as melhores decisões, mas a liderança israelense era corajosa, audaciosa e normalmente eficiente em combate.

